NOVAFCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

O Mosteiro de Chelas: Da Fundação à Extinção

Jorge Filipe Matamouros Resende Frade Campos

Dissertação de Mestrado em História da Arte

Agosto, 2022

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História da Arte, área de especialização em Artes da Época Moderna e da Expansão, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Nuno Senos.

Aos meus pais e irmãos.

Sem a ajuda de várias pessoas, que foram marcantes ao longo do meu percurso académico, não teria sido possível a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador Professor Doutor Nuno Senos que me tem acompanhado no meu percurso na História da Arte desde o meu primeiro ano da Licenciatura. Tem tido um papel fulcral no meu entendimento da disciplina, principalmente no que toca à Arquitetura Portuguesa do Renascimento. Também ao longo do período da realização desta dissertação, a sua paciência e conselhos foram essenciais para a sua conclusão.

Também gostaria de agradecer à Professora Doutora Raquel Henriques da Silva por todo o apoio que foi dando ao longo deste percurso, principalmente pelo seu papel dinamizador inicial que me ajudou a entrar em contacto com este tema de dissertação.

À Arquiteta Hélia Silva pela ajuda inicial na escolha do tema de dissertação, e por todas as conversas que tivemos sobre o Mosteiro de Chelas ao longo deste período. Todas essas conversas, partilhas de informação e dicas foram fulcrais para desenvolvimento desta dissertação.

À equipa do Projeto "Olisipógrafos. Os Cronistas de Lisboa", com quem tenho trabalhado em paralelo com a realização da dissertação. É uma equipa fantástica, e que me permitiu desenvolver as minhas capacidades de investigação e crescer enquanto investigador.

À Raquel Seixas por me ter incentivado a ir pesquisar documentação sobre o Mosteiro de Chelas na Torre do Tombo, e me ter ajudado na minha primeira ida a esse arquivo. Sem ela e o seu incansável apoio o resultado desta investigação seria deveras diferente.

Ao Manuel Apóstolo por toda a assistência que me deu, por todas as dicas que me deu, por me ter emprestado alguma da sua sabedoria e experiência que me ajudou a perceber melhor o mosteiro.

Ao Professor Doutor António Camões Gouveia por ter sido sempre prestável quando precisei da sua ajuda.

À Teresa Oliveira pela sua assistência na transcrição da documentação. As suas capacidades paleográficas foram essenciais para esta dissertação chegar a bom porto.

Aos meus pais e irmãos que sempre me apoiaram. Já há mais de 2 décadas que me apoiam e aconselham de maneira a eu poder ser o mais bem-sucedido e feliz possível.

À minha Tia que também me tem apoiado sempre que pode neste meu percurso.

Ao Ricardo Neto pelas conversas que vamos tendo, sobre História da Arte e outros temas.

À Neves por me aquecer o coração e estar lá para mim quando mais preciso.

O Mosteiro de Chelas: Da Fundação à Extinção

Jorge Filipe Matamouros Resende Frade Campos

Resumo

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura religiosa, mosteiro, igreja, claustro, reformas pré-tridentinas, ordens religiosas, renascimento

A presente dissertação pretende aprofundar a investigação sobre as campanhas de obras a que o Mosteiro de Chelas foi sendo sujeito, com particular atenção nas que tiveram lugar no século XVI, procurando perceber as iniciativas construtivas ocorridas nesse período, numa perspetiva arquitetónica, mas também cruzando-as com o ambiente social e religioso da época, nomeadamente as reformas pré-tridentinas que na primeira metade do século XVI já estavam a condicionar as ordens com um decisivo espírito moralizante.

Não obstante essa maior focalização no período quinhentista, existiu uma preocupação de fazer uma análise crítica, desde a fundação do mosteiro, até à sua extinção, sem esquecer a sua relação com o mundo exterior, ou seja, o modo como influenciou o contexto social em que se inseria, e também em que medida foi condicionado por esse envolvente.

Ao investigarmos esse período tão falho em informação, procurámos ajudar a completar a cronologia do mosteiro e mesmo a compreensão dos seus momentos-chave, numa visão abrangente, desde a sua fundação até ao momento da sua extinção. Acresce a esses aspetos que o século XVI terá seguramente constituído um dos períodos mais importantes da sua história, seja do ponto de vista do impulso construtivo, seja atendendo à comunidade conventual.

A pesquisa desenvolvida para este trabalho recorreu a documentação inédita, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.

Abstract

KEYWORDS: religious architecture, monastery, church, cloister, pre-tridentine reforms, religious orders, renaissance

This dissertation intends to deepen the research on how the campaigns of works to which the Monastery of Chelas was subjected, with particular attention to those that also had initiatives that took place in that period, from an architectural perspective, but intersecting with the social and religious environment of the city at that time, namely the pre-Tridentine reforms that in the first half the 16th century were already conditioning the orders with a decisive moral spirit.

Despite this greater focus on the sixteenth century, there was a concern to make a critical analysis, from the foundation of the monastery, until its extinction, without forgetting its relationship with the outside world, that is, the way it influenced the social context in which it was inserted, and also, to what extent it was conditioned by this environment.

By researching this period so lacking in data, we tried to help complete the chronology of the monastery and even the understanding of its key moments, in a comprehensive view, from its foundation to the moment of its extinction. In addition to these aspects, the 16th century must have been one of the most important periods in its history, whether from the architectural point of view, or in terms of the convent community.

Índice

1. Introdução.....1
2. Cronologia do Mosteiro.....4
    a. Origens do Mosteiro.....4
    b. Campanhas Medievais.....12
    c. Campanhas Quinhentistas e Seiscentistas.....19
        i. Campanha Manuelina.....20
        ii. Campanha(s) no dormitório.....24
        iii. Campanha(s) da igreja.....35
        iv. Campanha(s) do claustro novo.....38
            1. Reformas quatrocentistas e quinhentistas pré-tridentinas.....39
                a. Reforma dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.....40
                b. Reforma do Mosteiro de Chelas.....42
            2. Cronologia da campanha.....47
            3. Análise do claustro.....62
                a. Claustro novo do Mosteiro de Chelas.....66
        v. Campanha de 1604.....70
            1. Problemática da datação.....71
            2. Mosteiro de Chelas e o mito fundador de Lisboa.....72
    d. Campanhas Setecentistas e Extinção Oitocentista do Mosteiro.....74
        i. Terramoto de 1755.....74
        ii. Extinção do Mosteiro.....76
3. Conclusão.....79
4. Fontes e Bibliografia.....81
5. Anexos.....90

1. Introdução

Na preparação do trabalho, começou-se por analisar a documentação disponível, cruzando essas informações, e avaliando a sua credibilidade, atendendo às fontes citadas. Nessa investigação foi possível perceber que a historiografia do Mosteiro de Chelas tem menosprezado as campanhas de obras quinhentistas, reduzindo a sua abordagem à campanha manuelina (coincidente com o arranque do século XVI), saltando depois diretamente para a campanha de 1604. Como exemplo dessa historiografia podemos referir o artigo de Inácio de Vilhena Barbosa, publicado no "Archivo Pittoresco" em 1864, com o título "Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)"[1], e o artigo de Eduardo Sucena, publicado na revista "Arqueologia & História em 2006/2007, com o título "O Vale e o Convento de Chelas".[2]

Atendendo às reformas nas ordens religiosas, que incidiram de forma muito significativa na vida religiosa do século XVI, e que condicionaram, e mesmo revolucionaram, a vida conventual durante essa época, e considerando ainda o crescimento da comunidade religiosa, nomeadamente no Mosteiro de Chelas, pareceu-nos determinante aprofundar o estudo do que foi acontecendo no mosteiro, ao longo dessas décadas.

Vimos portanto que o material historiográfico atualmente disponível é omisso nas referências ao que aconteceu em todo o século XVI – mesmo relativamente à campanha manuelina, existe uma grande imprecisão, como veremos no capítulo respetivo. Daí resultam narrativas com discrepâncias entre si, seja no que diz respeito à datação da campanha, geralmente referida de modo apenas aproximado e algo divergente, e observando-se também alguma inconsistência relativamente ao que foi intervencionado nessa campanha.

Ao investigarmos esse período tão falho em informação, procurámos ajudar a completar a cronologia do mosteiro e mesmo a compreensão dos seus momentos-chave, numa visão abrangente, desde a sua fundação até ao momento da sua extinção. Acresce a esses aspetos que o século XVI terá seguramente constituído um dos períodos mais

[1] BARBOSA, Inácio de Vilhena — "Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)", *Archivo Pittoresco*, vol. VII, Lisboa: Typographia de Castro & Irmão,1864, pp. 374-376.
[2] SUCENA, Eduardo, "O Vale e o Convento de Chelas" in *Arqueologia & História*, vol. 58|59, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2006|2007, pp.167-176.

importantes da sua história, seja do ponto de vista do impulso construtivo, seja no que respeita à vida da comunidade conventual.

Atendendo a essa falta de referências relativas ao que diz respeito ao Convento de Chelas nessa época, para consubstanciar essas informações e ter fontes credíveis, procurámos documentação inédita, conforme referenciada na bibliografia. Essa documentação foi resultante de investigação desenvolvida no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nomeadamente, no Fundo do Mosteiro de Chelas, relativo ao século XVI. Por ser material inédito, que obrigou a recorrer a transcrições paleográficas, desenvolvidas para suporte deste trabalho, decidimos incluí-las como anexos à dissertação.

A abordagem que adotámos na realização do trabalho assentou numa lógica temporal, procurando que esse enquadramento cronológico, pela sequência que envolve, pudesse facilitar a compreensão do que foi motivando a ocorrência dos vários acontecimentos.

Ainda que a dissertação esteja maioritariamente concentrada nos aspetos arquitetónicos do complexo conventual e nos impulsos construtivos que foi sofrendo, não negligenciámos a análise do envolvente político-social, e naturalmente do enquadramento clerical, pela importância que sempre teve no que foi sendo desenvolvido a nível de campanhas de obras.

Assim, será relevante, e tal está desenvolvido no respetivo capítulo, que as origens do Mosteiro de Chelas quase se confundem com as da própria cidade de Lisboa, muito antes da fundação de Portugal. Nessas teorias, suportadas por inscrições epigráficas, encontramos ligações à mitologia de Ulisses, assim como indicações referindo que na origem do mosteiro também estaria um templo de Vestais.

A relevância dessas considerações, além do conhecimento e compreensão da sua história, prende-se ainda com o facto de, como veremos mais à frente, a campanha de obras de 1604, durante a ocupação filipina, e também parcialmente condicionada por isso, terá dado grande relevo a essas origens, conforme se comprova por legados epigráficos de então.

Relativamente à comunidade religiosa albergada pelo mosteiro, e recuando a épocas próximas da conquista de Lisboa aos Mouros, veremos à frente que o próprio rei

D. Afonso Henriques terá apoiado uma campanha de obras que terá possivelmente sido liderada pela primeira prioresa crúzia do mosteiro. Neste âmbito veremos a grande dinâmica que foi vivida no mosteiro, no que diz respeito às ordens religiosas a que terá estado ligado no período pós-1147, já que poderá ter desde logo sido entregue aos Cónegos e Cónegas Regrantes, ou a uma ordem religiosa militar. No final do século XII pensa-se que terá tido vínculo às Donas de São João de Coimbra e, nesse período, o Mosteiro de Chelas poderá ter tido uma comunidade dúplice, masculina e feminina.

Veremos à frente, no capítulo dedicado à época medieval, que logo nas primeiras décadas do século XIII, terá sido estabelecido um vínculo das religiosas de Chelas com a Ordem dos Pregadores, ainda que continuassem a ser Cónegas Regrantes, associando assim uma situação de filiação aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho com um governo por parte dos dominicanos. No entanto, no final desse século, em 1295, esse vínculo com a Ordem dos Pregadores acabaria por se romper, quando a comunidade do mosteiro, rejeitando a clausura e querendo gerir o seu património fundiário, o conseguiu abandonar.

Durante os anos quarenta do século XVI, a reforma pré-tridentina das ordens religiosas foi finalmente aplicada no Convento de Chelas, introduzindo um rígido respeito pelos deveres de clausura.

Excluindo um período na transição entre os séculos XIV e XV, o Mosteiro de Chelas conseguiu ter um poderio económico que lhe foi permitindo não só ser alvo de atenção por parte do clero e da nobreza, como desenvolver numerosas campanhas de obras que asseguraram a sua continuidade, e até períodos de crescimento e renovação.

Assim, veremos adiante que o Mosteiro, com maior ou menor apoio da casa real, e por vezes condicionalismo quanto ao que ia ser feito, foi sempre desenvolvendo importantes campanhas de obras no seu complexo edificado.

Essas obras, como se verá no capítulo das campanhas quinhentistas e seiscentistas, envolveram intervenções de vulto no dormitório, importantes renovações na própria igreja e, não menos relevante, até por ser o centro que condiciona a geometria e comunicações entre todas as dependências, e pelo simbolismo que contém, a construção de um claustro novo.

2. Cronologia do Mosteiro

a. Origens do Mosteiro

O Vale de Chelas desde cedo foi local de ocupação humana, devido aos seus terrenos férteis e abundância de água, propiciadores da exploração agrícola. A existência de um braço navegável do Tejo, que o percorria, permitia ainda o fácil acesso às mercadorias vindas nas embarcações mediterrâneas. Segundo Eduardo Sucena, este esteiro do Tejo prolongar-se-ia até à baixa Paiã.[3] Luiz Marinho de Azevedo relata-nos que, durante a campanha de obras de 1604, no local onde hoje em dia se encontra o claustro, foram encontradas "muitas argolas de ferro, e bronze, prezas nas pedras de hum caes de enxelharia, a que se amarravaõ as embarrcaçoens, que pelo esteiro subiaõ até o templo".[4]

Descobertas arqueológicas e epigráficas permitem-nos perceber que o lugar terá sido habitado no período romano. A descoberta de um marco miliário embutido numa parede da igreja do mosteiro parece indicar que a estrada de Olisipo para Scallabis passaria por Chelas.[5] Em relação a esse período existem duas possibilidades para o que terá existido no local onde viria a ser fundado o Mosteiro de Chelas. A primeira advém de uma narrativa mitológica de ligação da cidade de Lisboa, e em particular de Chelas, aos dois heróis gregos, Aquiles e Ulisses. Segundo essa narrativa, Lisboa terá sido fundada por Ulisses, e Chelas terá albergado um Templo de Vestais. Para os autores que defendem esta hipótese, terá sido neste templo que Aquiles foi escondido por sua mãe, a nereida Tétis, para que não fosse combater na Guerra de Troia, e não no Palácio de Licomedes como os autores antigos indicam. Para Luiz Marinho de Azevedo, o "melhor fundamento de todos he conservar Chelas o nome de Achiles grande numero de anos, sem mais corrupção, que trocarse as letras e, i".[6] Para este autor, a similitude entre o nome do herói e a maneira como o topónimo era grafado no século XIII (Achelis) era de tal modo flagrante que não deixava dúvida em relação à sua origem. No entanto, Leite de

[3] SUCENA, Eduardo, "O Vale e o Convento de Chelas", *Arqueologia e História*, vol. 58-59, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2006-2007, p.168.
[4] AZEVEDO, Luiz Marinho de, *Fundaçam, Antiguidades, e Grandezas da muy insigne Cidade de Lisboa*, Lisboa, Oficina de Domingos Rodrigues, 1753, Livro 2, Capitulo VI, p. 139.
[5] ALARCÃO, Jorge, Portugal Romano, p. 78; Vieira da Silva, Epigrafia de Olisipo, p. 66
[6] AZEVEDO, Luiz Marinho de, *Fundaçam, Antiguidades, e Grandezas da muy insigne Cidade de Lisboa*, Livro 2, Capitulo VI, Lisboa, Oficina de Domingos Rodrigues, 1753, p. 126

Vasconcelos vê a etimologia deste topónimo de maneira diferente. Para este autor, a origem está no étimo latino *planus, planellas* > chaellas > *Chellas*.[7]

Além disso, os defensores[8] da teoria sustentada por Marinho de Azevedo apresentam algumas inscrições epigráficas e descobertas arqueológicas, para tentar corroborar a sua tese. A primeira que é utilizada neste sentido consta de um cipo funerário encontrado na campanha de obras de 1604, que teria a seguinte inscrição[9]:

IULIA. Q.F. F. V.
Q. IULIUS. Q.F. C.
SEVERUS
H.S. SUNT

Os defensores [10]da existência de um templo de Vestais em Chelas leem a inscrição da seguinte forma:

IULIA QUINTI FILIA FLAMEN VESTALIS IULII,
QUINTUS IULIUS QUINTI FILIUS, CAIUS
SEVERUS
HIC SEPULTI SUNT

A tradução[11] para português seria a seguinte:

AQUI ESTÃO SEPULTADOS, JÚLIA FLAMINEA, VESTAL, FILHA DE QUINTO, QUINTO JÚLIO FILHO DE QUINTO,
E CAIO SEVERO

No entanto, Borges de Figueiredo[12] tem uma leitura diferente da inscrição:

---

[7] VASCONCELOS, João Leite de — "Da Etymologia de Chellas", Revista Archeologica e Historica, vol. IV, nº 1, Lisboa, Janeiro, 1890, p. 38.
[8] Como exemplos de defensores desta teoria temos Inácio de Vilhena Barbosa e o Capitão Luís Marinho de Azevedo – AZEVEDO, Luiz Marinho de — *Fundaçam, Antiguidades, e Grandezas da muy insigne Cidade de Lisboa, Primeira Parte*. Lisboa: Oficina de Domingos Rodrigues, 1753.
BARBOSA, Inácio de Vilhena — "Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)", *Archivo Pittoresco*, vol. VII, Lisboa: Typographia de Castro & Irmão,1864, pp. 374-376.
[9] AZEVEDO, Luiz Marinho de — *Fundaçam, Antiguidades, e Grandezas da muy insigne Cidade de Lisboa, Primeira Parte*. Lisboa: Oficina de Domingos Rodrigues, 1753, livro 2, capítulo VI, pp. 136-137
[10] Ver nota 6
[11] Tradução feita por Vilhena Barbosa – BARBOSA, Inácio de Vilhena — "Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)", *Archivo Pittoresco*, vol. VII, Lisboa: Typographia de Castro & Irmão,1864, pp. 374-376.
[12] FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de — "Antiguidades Romanas de Chellas" *Revista Archeologica e Historica*, vol. IV, nº 1, Lisboa, Janeiro 1890, pp. 1,15, 30, 37,126 e 128.

[I]ULIA Q. F [ilia] FVN [dana]
Q. IULIUS Q. F [ilius], G [al (eria tribu)], SEVERUS
H. [ic] S.[iti] SVN [T].

A tradução para português seria a seguinte:
JÚLIA FUNDANA
QUINTO JÚLIO SEVERO DA TRIBO GALERIA
FILHOS DE QUINTO JÚLIO FUNDANO
AQUI ESTÃO SEPULTADOS

Uma outra inscrição que é utilizada nesta discussão é um letreiro que terá sido colocado na igreja em 1604, aquando de uma campanha de obras patrocinada pelo Arcebispo D. Miguel de Castro. A inscrição diz o seguinte:

> "Este convento é de conegas regrantes de Santo Agostinho por escripturas antiquissimas. Foi casa das vestaes antes da vinda de Christo Nosso Senhor, o que se vè pelos vestígios de pedras que estão na crasta velha, e pelo cippo de Julia Flaminea, e ara das vestaes, com o buraco da urna do igne perpetuo. Assim que se acha ser reedificada esta capella quatro vezes, uma em tempo das vestaes, outra na primitiva egreja de Hespanha, e duas depois."[13]

Esta inscrição resume sucintamente a tese do templo de Vestais como antecedente do Mosteiro de Chelas, e foi alvo de crítica por parte de Frei Luís de Sousa. Este cronista dominicano queria provar que o mosteiro teria sido de fundação dominicana[14], tese que este letreiro não servia. No entanto, isso não retira mérito aos argumentos que apresentou. Para este autor, não era possível que tivesse sido um Templo de Vestais pois não os houve fora de Roma, uma vez que era "contra as leis, e ritos d'ellas".[15]

[13] É transcrita quer por Luiz Marinho de Azevedo, quer por Vilhena Barbosa.
AZEVEDO, Luiz Marinho de — *Fundaçam, Antiguidades, e Grandezas da muy insigne Cidade de Lisboa, Primeira Parte*. Lisboa: Oficina de Domingos Rodrigues, 1753, Livro 2, capítulo V, p. 133.
BARBOSA, Inácio de Vilhena — "Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)", *Archivo Pittoresco*, vol. VII, Lisboa: Typographia de Castro & Irmão,1864, pp. 374-376.
[14] SOUSA, Frei Luís de — *Primeira Parte da História de S. Domingos*, vol. I, Capítulo XXXIII, 3.a edição, Lisboa, Typografia do Panorama, 1866, pp. 121-123
[15] *Ibidem*, p. 121

D. Rodrigo da Cunha contra-argumenta afirmando que já existiam desses templos em Tróia, Lavínio e Alba Longa antes da fundação de Roma.[16] No entanto, de acordo com a historiografia sobre o tema, no período pós-fundação de Roma não aparenta ter existido qualquer Templo de Virgens Vestais para além do existente no Fórum daquela cidade.[17]

Além disso, Frei Luís de Sousa alude a uma questão importante. Uma inscrição epigráfica de 1604 apenas nos dá informação sobre o que a pessoa que a encomendou sabia sobre a questão, ou sobre o que essa pessoa queria que se soubesse; por isso, como qualquer outra fonte, tem que ser lida e analisada criticamente, e cruzada com as outras informações que temos ao nosso dispor.

A inscrição acima refere ainda um outro objeto: uma "ara das vestaes, com o buraco da urna do igne perpetuo". Esse objeto terá sido supostamente encontrado no claustro velho, durante a campanha de obras de 1604, e serviria para guardar o fogo eterno como era função das Virgens Vestais. Na descrição de Vilhena Barbosa, a ara seria "quadrada de alabastro, com um buraco oval no meio, e quatro mais pequenos nos cantos."[18] Borges de Figueiredo já não a conseguiu encontrar, mas aventou que, na eventualidade da sua existência, poderia ser a parte superior de um altar doméstico ou de um monumento fúnebre. O que lhe foi apresentado como sendo a ara das vestais era "uma pedra quase quadrada, com uma larga cavidade rectangular d'um lado e arredondada do outro, e com um só orifício da banda semi-circular"[19], e que ele identificou como sendo uma pia de esgoto.

Sendo que as provas pareciam não corroborar a hipótese de que o antecedente do Mosteiro de Chelas tivesse sido um templo de Vestais, Borges de Figueiredo apresentou uma alternativa. Segundo este autor, durante a época romana aquele local terá albergado uma villa romana de um afluente cidadão de Olisipo. Baseado numa diferente interpretação das inscrições epigráficas atrás referidas, sugere mesmo que teria sido alguém da tribo Galéria, com o nome Julio. A historiografia mais recente parece concordar com a ideia de que este seria o local de uma villa romana, apesar de regra geral

[16] CUNHA, D. Rodrigo da — *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, Parte II, Capítulo XXXVIII, Lisboa, 1642
[17] BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon — *Religions of Rome. Volume I. A History*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 51-54
[18] BARBOSA, Inácio de Vilhena — "Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)", *Archivo Pittoresco*, vol. VII, Lisboa, Typographia de Castro & Irmão,1864, pp. 379
[19] FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de — "Antiguidades Romanas de Chellas" Revista Archeologica e Historica, vol. IV, nº 1, Lisboa, Janeiro, 1890, pp. 1,15, 30, 37,126 e 128.

não acompanharem a conclusão da identificação do seu dono. Jorge Alarcão refere que na "área de Chelas (...) registam-se achados que correspondem certamente a "'villae' romanas."[20] Irisalva Moita atribui os vestígios romanos encontrados no local a uma "poderosa villa, com seu santuário e cemitério anexos"[21], e acrescenta que posteriormente terá sido aproveitada, no período paleocristão, para assentamento duma comunidade religiosa.

A historiografia sobre o monaquismo paleocristão mostra-nos que não era incomum os edifícios de antigas villae romanas serem reaproveitados para albergar comunidades monásticas dúplices, com homens e mulheres.[22] Este tipo de comunidades é referido na *Regula Communis* por contraste com o tipo de monaquismo que era defendido nessa regra, demonstrando desta maneira que era algo recorrente o suficiente para ser digno de crítica.[23] Isto é especialmente importante no caso do Mosteiro de Chelas, uma vez que temos notícias posteriores referindo que o mosteiro terá sido dúplice. Por isso, abre-se a possibilidade que o tenha sido desde a sua fundação até ao século XII.

Apesar de não ser completamente claro qual a data da fundação do mosteiro, tradicionalmente usa-se para este efeito a deposição das relíquias de São Félix, do ano de 665. Supõem-se que poderá decorrer da continuidade de um mosteiro já existente, talvez ligado ao fenómeno atrás referido de fundação de uma casa dúplice numa antiga villa romana, ou então que possa ter sido fundado para acolher as relíquias de São Félix. Importa referir que a deposição das relíquias no mosteiro pode ter decorrido de terem sido solenemente entregues ao monarca Recesvinto duma forma planeada, ou que a barca com as relíquias se tenha dirigido para lá por um feliz acaso. [24]

---

[20] ALARCÃO, Jorge — Roman Portugal. Vol. II. Fasc. 2 Coimbra & Lisboa, Warminster: Aris & Phillips ldt, 1988, p. 123

[21] MOITA, Irisalva — Chelas. In *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa. Volume 5*, Lisboa, Livros Horizonte 2007, p. 147

[22] BEACH, Alison Isdale; JUGANARU, Andra — The Double Monastery as a Historiographical Problem (Fourth to Twelfth Century). In BEACH, Alison Isdale and COCHELIN, Isabelle (eds.), *The Cambridge History of Medieval Monasticism in the Latin West*, Cambridge, Cambridge University Press, 2020, p. 561- 578

[23] MATTOSO, José — "Monaquismo" *in Dicionário de História Religiosa de Portugal,* vol. 3, Carlos Moreira de Azevedo (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 255-258.

[24] FERNANDES, Paulo Almeida — "O Mosteiro Baixo-Medieval de Chelas: Interrogações a respeito de uma observância mendicante" in GOMES, Ana Cristina Costa; MOURÃO, José Augusto; FRANCO, José Eduardo; SERRÃO, Vítor (coord.) — *Monjas Dominicanas. Presença, Arte e Património em Lisboa*. Lisboa: Aletheia, 2008. p.20;

No entanto, para Paulo Almeida Fernandes parece certo que nessa altura o edificado foi alvo de uma campanha de obras muito significativa[25], mas da qual não existem vestígios. Uma outra grande campanha de obras terá acontecido aquando da segunda deposição de relíquias. Dessa vez, terão sido relíquias de Santo Adrião, de sua esposa Santa Natália, e de seus companheiros. Paulo Almeida Fernandes afirma mesmo que "não devem permanecer dúvidas sobre o impacte que ambas [as campanhas de obras] representaram no panorama artístico e cultural da Lisboa visigótica e moçárabe". [26]

Nos dois séculos que separam as duas deposições de relíquias a paisagem sociopolítica da Península Ibérica mudou significativamente. As tropas muçulmanas chegam em Julho de 711 e derrotam, em batalha, o rei visigodo Rodrigo, nas margens do Wadi Lago[27]. A zona ocidental da Península terá sido conquistada por Abd al-Aziz entre 714 e 716. Nessa campanha uma série de cidades entre o Mondego e o Tejo acordaram a sua submissão aos muçulmanos em troca da manutenção de uma série de liberdades. O tratado terá sido celebrado em 714 com Aidulfo, senhor pertencente à família real visigótica que teria a sua capital em Conímbriga e controlaria um território que ia até Lisboa. Este tratado garantia uma certa autonomia à população dessas cidades, permitindo que os cristãos mantivessem as suas propriedades e o seu culto, mediante o pagamento de um tributo. A capitulação acordada permitiu que nessa altura Lisboa não sofresse grandes danos patrimoniais e que o culto cristão se tivesse mantido sem repressão.

Essa relativa autonomia terá sido perdida aquando da resposta do emir al-Hakam I ao ataque de Afonso II à cidade de Lisboa, em 798. O contra-ataque omíada terá acontecido entre 809 e 813 e levou a que este território fosse dividido e ficasse sujeito ao poder central de Córdova.[28]

---

[25] FERNANDES, Paulo Almeida — "O Mosteiro Baixo-Medieval de Chelas: Interrogações a respeito de uma observância mendicante" in GOMES, Ana Cristina Costa; MOURÃO, José Augusto; FRANCO, José Eduardo; SERRÃO, Vítor (coord.) — *Monjas Dominicanas. Presença, Arte e Património em Lisboa*. Lisboa: Aletheia, 2008. pp. 20.

[26] FERNANDES, Paulo Almeida — "O Mosteiro Baixo-Medieval de Chelas: Interrogações a respeito de uma observância mendicante" in GOMES, Ana Cristina Costa; MOURÃO, José Augusto; FRANCO, José Eduardo; SERRÃO, Vítor (coord.) — *Monjas Dominicanas. Presença, Arte e Património em Lisboa*. Lisboa: Aletheia, 2008. pp. 20.

[27] MACÍAS, Santiago — Resenha dos factos políticos. In MATTOSO, José (coord.) — História de Portugal. Volume 1. Antes de Portugal. Edição Comemorativa XX Aniversário. Maia: Círculo de Leitores, 2013, pp.464-465

[28] SILVA, Carlos Guardado — *Lisboa Medieval. A Organização e s Estruturação do Espaço Urbano*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, p. 56

Apesar do controlo islâmico, a comunidade moçárabe da cidade continua a existir e em certos períodos a florescer, como o próprio Mosteiro de Chelas demonstra.[29] Tudo indica que o momento de deposição de um novo grupo de relíquias terá impulsionado uma campanha de obras de renovação do mosteiro. Estas relíquias têm uma origem bizantina e tinham como fim a Igreja San Adrián de Tuñón mandada construir pelo rei Afonso III; no entanto, ao fazerem escala em Lisboa, foi decidido deixar uma parte delas no Mosteiro de Chelas. A data apontada por Marinho de Azevedo para esta deposição é o ano de 890.[30]

Como testemunho da campanha de obras que então se fez, subsistem atualmente alguns fragmentos escultóricos, hoje pertencentes ao espólio do Museu Arqueológico do Carmo. Estes fragmentos foram extensamente analisados pelo historiador da arte Paulo Almeida Fernandes[31], cujo estudo vamos seguir. Trata-se de um fragmento de pilar e do chamado Friso dos Leões. A historiografia costumava datar estas peças como sendo da época visigótica, mas Paulo Almeida Fernandes, devido ao trabalho historiográfico desenvolvido por uma série de autores nas últimas décadas, propõe no seu texto uma datação mais tardia, inserindo-as num contexto moçárabe.[32] O autor identifica algumas caraterísticas islâmicas omíadas no fragmento de pilar; nomeadamente o "horror ao vazio", o recurso aos medalhões como forma de separar os mundos representados, e ainda o tratamento miniatural dos corpos dos animais, com relevo para as linhas anatómicas do dorso e das asas.[33] Não esquece também, contudo, uma aparente influência bizantina, fazendo um paralelo entre a peça e os tecidos bizantinos dos séculos IX e X. Mostra assim que a influência bizantina na Península se manteve durante o período da presença islâmica, ao ponto de influenciar as soluções artísticas. O autor conclui a sua análise do

[29] Para mais informações sobre as comunidades moçárabes de Lisboa durante o período de domínio islâmico ver o artigo: FERNANDES, Paulo Almeida — Os Moçárabes de Lisboa e a sua Importância para a Evolução das Comunidades Cristãs Sob Domínio Islâmico. In *Lisboa Medieval: os Rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 71-83.

[30] FERNANDES, Paulo Almeida — "O Mosteiro Baixo-Medieval de Chelas: Interrogações a respeito de uma observância mendicante" in GOMES, Ana Cristina Costa; MOURÃO, José Augusto; FRANCO, José Eduardo; SERRÃO, Vítor (coord.) — *Monjas Dominicanas. Presença, Arte e Património em Lisboa*. Lisboa: Aletheia, 2008. pp. 21.

[31] FERNANDES, Paulo Almeida — Visigótico ou Moçárabe? O Núcleo da Alta Idade Média. In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela (coord.) — *Construindo a Memória. As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005. pp. 264-293.

[32] *Ibidem*, p. 271

[33] *Ibidem*, p. 274/275

pilar referindo que se pode considerar uma "solução claramente mediterrânea subordinada a uma dupla influência islâmica e bizantina."[34]

No que toca ao Friso dos Leões, é possível percecionar relações com o Oriente bizantino e com o contexto cristão em que foi criada a peça. Contudo, o autor frisa que existem manifestas diferenças entre os dois objetos, nomeadamente no tratamento plástico da composição.[35] O friso aparenta ser uma representação do Paraíso, sendo possível ver representados dois leões e uma Árvore da Vida. Esses elementos são também utilizados noutros temas de outras culturas mediterrânicas, o que lhes dá um caráter de universalismo.[36] Observa-se que o tema da Árvore da Vida é utilizado na representação dos mitos de criação do homem na cultura sassânida, na islâmica e na cristã. No entanto, apesar da "universalidade transcivilizacional dos símbolos representados", o facto do tema ser especificamente cristão dificulta o exercício de paralelismo com peças de outras culturas, como o autor fez para o pilar anteriormente analisado.[37]

No que toca à questão da periodização deste objeto, Paulo Almeida Fernandes considera que o friso será coevo do pilar anteriormente referido. O facto de terem sido encontrados no mesmo local, durante a campanha de obras realizado no Mosteiro em 1604, indicia que serão contemporâneos um do outro, e que provavelmente terão a sua origem na mesma campanha moçárabe. Além disso, o facto de, segundo Luís Marinho de Azevedo, estas peças terem sido encontradas ao abrir os alicerces da capela-mor, leva o autor a apresentar a possibilidade de "equacionando os pilares com uma *eikonostasis* e o friso com os muros (interiores ou exteriores) da capela-mor" que toda a zona que rodeia o *sancturium altaris* apresentasse iconografia do Paraíso.[38]

Assim sendo, segundo o autor, a análise iconográfica dessas duas peças arqueológicas permitirá inferir que deveriam fazer parte da área mais restrita do templo, ou seja, da capela-mor, refletindo ainda uma complexa conjugação de influências culturais, patente na campanha de obras num enquadramento moçárabe.[39]

O autor considera que a influência da tradição bizantina nos leões do friso é fundamental e, para sustentar esta sua interpretação, invoca as parecenças das representações de leões no friso com a representação de leões numa peça têxtil do século

[34] *Ibidem*, p. 275
[35] *Ibidem*, p. 276
[36] *Ibidem*, p. 276
[37] Ibidem, pp. 278-279
[38] *Ibidem*, p. 279
[39] *Ibidem*, p. 279.

X que esteve na Bayerisches Museum de Munique, mas que hoje em dia se encontra no Museu Diocesano de Passau. Compara-o ainda com o tecido bizantino que se conserva em Bruxelas. Estas analogias formais são mais fortes com peças bizantinas anteriores ao ano mil. O autor também assinala que no friso, devido ao tema ser de natureza cristã, a influência omíada não se manifesta tanto como no pilar.[40]

Será assim sustentável contextualizar essa campanha de obras como o resultado duma complexa conjugação de influências paleocristãs e visigóticas, numa leitura em que os pressupostos islâmicos também estão presentes.

Desta maneira conseguimos percecionar não só a existência de uma comunidade moçárabe, como também a vitalidade da mesma. Importa referir que esta campanha de obras em Chelas é apenas um dos vários exemplos de implantação da comunidade em certos locais da cidade. Outras situar-se-iam em redor das igrejas de São Mamede, de Santa Justa e de Santa Rufina, para além das no termo da cidade, nos mosteiros de Santos-o-Velho e no de Chelas.[41]

b. Campanhas Medievais

Em 1147 Lisboa é conquistada aos muçulmanos por D. Afonso Henriques e o seu exército, com auxílio de soldados cruzados que iam a caminho da Terra Santa.[42] O cerco à cidade durou cerca de cinco meses, e a rendição terá sido seguida do seu saque por parte dos soldados cristãos, durante o qual o bispo moçárabe[43] da cidade terá sido morto.[44] A incorporação de Lisboa nos territórios da cristandade trouxe algumas mudanças significativas na cidade, nomeadamente na organização urbanística, através da divisão do território citadino em mais de vinte paróquias, com igrejas consagradas a oragos relacionados com o universo romano-cluniacense.[45]

---

[40] *Ibidem*, p. 279-280

[41] FERNANDES, Paulo Almeida — Os Moçárabes de Lisboa e a sua Importância para a Evolução das Comunidades Cristãs Sob Domínio Islâmico. In *Lisboa Medieval: os Rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 75

[42] Segundo vários autores, a assistência proporcionada pelos cruzados na Conquista de Lisboa terá sido planeada a priori por D. Afonso Henriques. Ver MARTINS, Miguel Gomes — *1147. A Conquista de Lisboa na Rota da Segunda Cruzada*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017, pp. 129 e seguintes.

[43] Para mais informação sobre os moçárabes e a suas diferenças em relação ao Cristianismo romano ver REI, António — Moçárabe. Conceitos e Realidades Cultural e Social (Séculos VIII a XII). In Xarajîb. Revista do Centro de Estudos Luso-Árabes, Silves. Nº 8 (2015), pp. 13-27.

[44] COELHO, António Borges — O Domínio Germânico e Muçulmano. In MOITA, Irisalva (coord.) — *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. pp. 86.

[45] FERNANDES, Paulo Almeida, 2008, p. 22.

No seguimento da conquista, houve uma série de edifícios, na cidade e no seu termo, que foram alvo de campanhas de obras significativas. Destas obras, que podem ser enquadradas estilisticamente no românico, já não sobram muitos vestígios. Um dos alvos destas remodelações afonsinas foram os antigos templos moçárabes, nomeadamente a "Catedral" de Santa Maria de Alcami, atual igreja de São Cristóvão, e o Mosteiro de Chelas.[46]

A historiografia tende a referir uma iniciativa, promovida pelo rei D. Afonso Henriques, de "purificação" das igrejas da cidade e redondezas. A título de exemplo, Frei Timóteo dos Mártires escreve, em 1650, nas *Memórias de Santa Cruz*, que "he de saber que entrada a Cidade de Lisboa em 25, de Outubro da Era de, M.c.l.xxx.v = que he Anno, 1147 = pello valeroso Rey Dom Affonso Henriques, e lansados os Mouros fora, mandou logo purificar as igrejas que aínda avia em pê na cidade, e fora della pello nosso Arcebispo de Braga Dom Joaõ Peculiar, foy huma a Jgreja de saõ Felix de Chellas."[47]

No século XIX, num artigo do semanário ilustrado *Archivo Pittoresco*, o historiador Vilhena de Barbosa especula que, aquando da reconquista da cidade pelos mouros, aos leoneses, os habitantes do mosteiro teriam sido expulsos e a sua igreja convertida numa mesquita. Além desse episódio, Vilhena de Barbosa diz ainda que mais tarde, em 1147, após D. Afonso Henriques ter reconquistado Lisboa, o rei terá "trat[ado] de purificar e restituir ao culto divino varios templos, que os infieis tinham profanado, e um d'elles foi o de Chelas, sendo celebrante o bispo de Lisboa, D. João Peculiar, e assistindo o soberano á ceremonia da purificação, e ao descobrimento e trasladação das reliquias, que estava, em duas caixas de mármore, as quaes foram colocadas na capella-mor, de modo que ficaram servindo de altares de S. Feliz e de Santo Adrião."[48] O autor não especifica a que momento da reconquista moura da cidade aos leoneses se refere; no entanto, não temos nenhuma notícia de qualquer descoberta arqueológica que indique que a igreja do mosteiro alguma vez tenha sido uma mesquita. Contudo, também não sabemos ao certo o estado em que o mosteiro estava aquando da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques. A historiografia oscila entre a opinião de que o mosteiro estaria em ruínas e a de que estaria convertido em mesquita. Apesar do estado de conservação do mosteiro em 1147 nos ser desconhecido, sabemos que ainda nesse século terá ocorrido uma campanha

[46] *Ibidem*, p. 22
[47] MÁRTIRES, D. Fr. Timóteo dos — *Crónica de Santa Cruz. Tomo III*. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1960, p. 196.
[48] BARBOSA, Inácio de Vilhena — "Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)", *Archivo Pittoresco*, vol. VII, Lisboa: Typographia de Castro & Irmão,1864, p. 375.

de obras com o apoio do rei. Segundo Paulo Almeida Fernandes, esta campanha da segunda metade do século XII, terá sido liderada por D. Justa Rabaldes.[49] Esta freira é apontada por Fr. Timóteo dos Mártires na sua *Crónica de Santa Cruz* como sendo a primeira Prioresa crúzia do Mosteiro.[50] No entanto é preciso ter em conta que a ordem religiosa a foi entregue o mosteiro no pós-1147 é um tema onde a histografia se divide. Alguns apontam para que tenha sido entregue durante um curto período a uma ordem religiosa militar como a ordem de Santiago ou a do Hospital;[51] outros que terá sido logo entregue aos Cónegos e Cónegas Regrantes de Santo Agostinho.[52] Não nos interessa explorar extensamente esta temática; contudo, é de notar que a inscrição funerária de D. Justa Rabaldes, referida por Fr. Timóteo dos Mártires[53], descoberta em 1217 e datada por Mário Barroca como sendo da segunda metade do século XII[54], coloca o mosteiro na posse agostinha logo nesse século. Segundo Fr. Timóteo dos Mártires, depois do restauro do mosteiro, terão chegado três cónegas vindas do Mosteiro de São João das Donas de Coimbra, e quatro cónegos do Mosteiro de Santa Cruz, também de Coimbra. A primeira Prioresa terá sido a já referida D. Justa de Rabaldes que seria familiar de D. Pedro Rabaldes, filho do franco D. Rabaldo que tinha uma ligação familiar a D. João Peculiar.[55]

Voltando à campanha da segunda metade do século XII, referida anteriormente, tratar-se-á de uma campanha românica; no entanto sabemos muito pouco sobre aquilo em que na prática consistiu; apenas que, segundo Paulo Almeida Fernandes, não terá tido "grande durabilidade", tendo em conta que no início do século seguinte o mosteiro terá sido alvo de uma outra campanha de obras românica, de que é único vestígio um capitel, depositado no Museu Nacional de Arqueologia. Este capitel permite-nos enquadrar esta campanha de obras numa corrente da arte românica com forte influência da arte almorávida, diferente por exemplo da corrente de arte românica do portal principal da Sé

[49] FERNANDES, Paulo Almeida, 2008, p. 24
[50] MÁRTIRES, D. Fr. Timóteo dos — *Crónica de Santa Cruz. Tomo III*. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1960, p. 197
[51] SUCENA, Eduardo, "O Vale e o Convento de Chelas" in *Arqueologia & História*, vol. 58|59, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2006|2007, pp.173.
[52] MÁRTIRES, D. Fr. Timóteo dos — *Crónica de Santa Cruz. Tomo III*. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1960, p.197
[53] Segundo Fr. Timóteo dos Mártires, esta placa encontrar-se-á oculta pelo revestimento azulejar da igreja lá colocado em 1612.
[54] BARROCA, Mário — *Epigrafia Medieval Portuguesa. 862-1422. Volume 2. Tomo 1*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 570. Não é claro como é que este autor faz a datação da inscrição.
[55] FERNANDES, Paulo Almeida, 2008, p. 24

de Lisboa.[56] O capitel de Chelas[57] apresenta um horror ao vazio, tal como é referido por Paulo Almeida Fernandes, "ajustando-se até os elementos vegetalistas numa atitude antinaturalista para propositadamente cobrir todo o espaço disponível"[58]. Manuel Luís Real concorda com esta influência da arte almorávida neste capitel, referindo a "profusa utilização do trépano" e os "nódulos que desabrocham ao centro e aos cantos da corbelha", como provas dessa influência.[59] Para Paulo Almeida Fernandes, o contraste entre este capitel e o conjunto do portal principal da Sé de Lisboa acima referido, demonstra a complexidade e diversidade da arte românica lisboeta, salientando a influência islâmica nesta corrente, podendo-a enquadrar como um exemplo de arte mudéjar.[60]

Antes de avançar para a próxima campanha de obras convém abordar brevemente a questão da ordem a que este cenóbio pertencia. Nos finais do século XII, o mosteiro de Chelas estaria vinculado às Donas de São João de Coimbra, como nos indica D. Fr. Timóteo dos Mártires na sua Crónica Real de Santa Cruz. Conforme referido anteriormente, e também defendido por Paulo Almeida Fernandes, apesar de não existir a certeza de que fosse um mosteiro exclusivamente feminino, ou se este constituía uma comunidade anexa a uma outra masculina, é provável que no final do século XII existisse uma comunidade dúplice (masculina e feminina) no mosteiro de Chelas.

Importa ainda referir que nessa época o mosteiro de Chelas viveu um período de notável crescimento do seu património, incluindo uma doação real da parte de D. Sancho I. Essa situação terá permitido que, durante o seu bispado (1211-1233), D. Soeiro Viegas tenha promovido uma campanha de obras, para reforma do conjunto edificado.[61]

Nessa época, já no século XIII (entre as décadas de 20 e de 30, ainda que com dificuldade em ser balizado com total rigor), foi estabelecido um vínculo das religiosas de Chelas com a Ordem dos Pregadores – Fr. Nicolau de Santa Maria esclarece mesmo

[56] Ibidem, p. 24
[57] O capitel encontra-se depositado na reserva do Museu Nacional de Arqueologia, com o número de inventário E 6462. A sua ficha de inventário do MatrizNet é acessível na seguinte hiperligação: http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=110316&EntSep=3#gotoPosition (consultado no dia 16 de Maio de 2022)
[58] FERNANDES, Paulo Almeida, 2008, p. 24
[59] REAL, Manuel Luís - "Perspectivas sobre a flora românica (...) no Museu do Carmo", Sintria, Vol. I-II(1). Sintra: 1983, pág. 533-535
[60] FERNANDES, Paulo Almeida, 2008, p. 24
[61] FERNANDES, Paulo Almeida — "O Mosteiro Baixo-Medieval de Chelas: Interrogações a respeito de uma observância mendicante" in GOMES, Ana Cristina Costa; MOURÃO, José Augusto; FRANCO, José Eduardo; SERRÃO, Vítor (coord.) — *Monjas Dominicanas. Presença, Arte e Património em Lisboa*. Lisboa: Aletheia, 2008. pp. 25-26.

que passa a existir uma situação de compromisso, coexistindo uma filiação doutrinal das Freiras como Cónegas Regrantes (que mantinham), com uma dependência da Ordem dos Pregadores, ou seja, "a filiação doutrinal não cessou de ser agostinha; tão somente o governo da comunidade, tanto espiritual, como temporal, passou a ser efectuado pelos dominicanos."[62]

Essa contextualização foi facilitada pelo facto de São Domingos, em 1215, ter escolhido a regra de Santo Agostinho. A Ordem dos Dominicanos pretendia, ainda que sem romper com a organização eclesial até então vigente, dar um impulso moralizador, impondo uma disciplina e regras mais rígidas, veiculadas pelo próprio Papa com recurso a São Domingos. Importa, contudo, atender a que, além das razões religiosas referidas, os condicionalismos económicos também contribuíram para que quatro mosteiros femininos de agostinhas[63] (sempre à entrada de cidades importantes, pela relevância e visibilidade que isso permitia), como o de Chelas, em Lisboa, passassem a integrar a esfera de influência dominicana, durante os séculos XIII e XIV. É ainda referido por Paulo Almeida Fernandes que mesmo no século XVII há registo de ""competição institucional" entre Regrantes de Santo Agostinho e Dominicanos pela posse do mosteiro".[64] Existiram, portanto, casos de passagem entre uma ordem e a outra, como por exemplo o mosteiro das Donas de Santarém que passou definitivamente para a Ordem dos Pregadores.

Durante o século XIII os dominicanos deverão ter feito pressão para que o mosteiro se tornasse definitivamente dominicano, no entanto esses esforços terão falhado sendo que a sua relação com o mosteiro terá acabado definitivamente em 1295, com uma bula de Bonifácio VIII dirigida ao bispo de Lisboa, referida por Fr. Nicolau de Santa Maria. Este fim da relação do mosteiro de Chelas com os dominicanos deverá dever-se à posição anti-clausura da comunidade do mosteiro e uma vontade de gerir a sua riqueza e património fundiário.[65]

Durante o período de gestão dominicana do Mosteiro de Chelas ter-se-á realizado uma campanha de obras no mosteiro, que tradicionalmente se costuma datar da década

[62] *Ibidem*, p. 26.
[63] Os quatros mosteiros femininos de agostinhas que entraram na esfera de influência dominicana são o Mosteiro de Chelas, o Mosteiro de São Salvador da Mata em Lisboa, o Mosteiro das Donas em Santarém e o Mosteiro do Corpus Christi de Vila Nova de Gaia. *Ibidem*, p. 27.
[64] *Ibidem*, p. 28
[65] *Ibidem*, pp. 29-30

de 1220, mas que Paulo Almeida Fernandes data de meados ou da segunda metade desse século numa "altura em que estariam estabilizados os processos de vinculação aos dominicanos e de constituição patrimonial".[66] Esta campanha terá sido de dimensões suficientemente grandes para modificar significativamente o edificado românico pré-existente; no entanto, o seu único possível vestígio que temos é um capitel gótico guardado no Museu Arqueológico do Carmo[67] e que Paulo Almeida Fernandes identifica como podendo ser um dos quatro capitéis cuja entrada na coleção do Museu foi noticiada por Ascensão Valdez em 1898.[68] Este capitel apresenta uma decoração "vegetalista, de andares sobrepostos, cujas hastes se entrelaçam no sentido ascendente e cujo acabamento revela o uso do trépano". Paulo Almeida Fernandes considera que este capitel se encontra na "continuidade natural em relação à arte românica meridional, prevalecendo a disposição vertical do campo escultórico", contrapondo-o aos que ele identifica como capitéis de *crochets* existentes em Alcobaça e no convento dominicano masculino de Santarém, que apresentam uma maior horizontalidade. Essa disposição vertical aparente no capitel e o facto de "continua[r] as áreas vazias como sugestão de tridimensionalidade dialogante com uma flora algo desenvolvida, sem se agarrar demasiado ao fundo e contrariando, assim, as soluções espalmadas, a dois planos mais usuais no primeiro gótico nacional", diferencia-o dos capitéis de *crochets* de Alcobaça e dos do primeiro gótico nacional.[69] Pode-se por isso considerar esta peça como um testemunho essencial não só da natureza desta campanha de obras mendicante, como também da transformação da arte medieval lisboeta como uma obra de transição estilística.[70]

O século XIV parece não ter conhecido grandes campanhas de obras no mosteiro de Chelas. Em parte, talvez devido às dificuldades advindas de uma "conjuntura político-económica recessiva e de problemas de carácter interno"[71] que o cenóbio enfrenta a partir da segunda metade deste século. No entanto, é importante ter em conta que o mosteiro possuía bens em número considerável e em variadas geografias quer em Lisboa e seu termo, quer em Óbidos, Torres Vedras e até na Margem Sul do Tejo e, ao longo deste, chegando mesmo a Santarém. Estas propriedades eram integradas nos bens do mosteiro

[66] *Ibidem*, p. 28
[67] Nº de inventário 324 do Museu Arqueológico do Carmo.
[68] *Ibidem*, p. 28
[69] *Ibidem*, pp. 28-29.
[70] *Ibidem*, pp. 28-29.
[71] ANDRADE, Maria Filomena — *O Mosteiro de Chelas. Uma Comunidade Feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 31

de várias maneiras, mas as mais relevantes resultavam de doações, legados ou dotes. Apesar do ritmo de aquisições de bens efetuadas pelo mosteiro ser mais baixo do que noutros séculos, e neste século vermos o cenóbio com os seus domínios maioritariamente estabilizados, não é de menorizar o grande número de propriedades que possuía, possibilitando ao mosteiro ter alguns rendimentos advindos, quer de produção agrícola feita em terrenos seus, quer de foros e outras maneiras de rentabilizar o seu património.

Apesar destes domínios, o mosteiro atravessa um momento de crise na viragem do século XIV para o século XV, levando à venda de bens móveis e imóveis, colocando-se mesmo a possibilidade de as religiosas abandonarem o mosteiro e irem viver com parentes ou amigos de maneira a se conseguirem sustentar.[72] A prioresa acaba por comprar uma quinta ao convento de maneira a que o mosteiro consiga ultrapassar estas suas dificuldades económicas.[73] Ainda assim, temos notícia de que no início do século XV, em 1403, o mosteiro se encontrava em ruínas, mostrando que os problemas financeiros se mantinham, e tinham repercussões dramáticas no edificado, chegando ao ponto de as religiosas não se conseguirem manter no mosteiro, ficando alojadas no paço régio[74] entre 1397 e 1398 e, de 1399 a 1401, na baila de S. Brás.[75] A solução encontrada por parte da comunidade foi colocar a reparação do mosteiro a cargo de um foreiro delas, o mercador João da Feira, que a troco de uma diminuição do foro se compromete a fazer as obras necessárias no mosteiro em oito anos. Estas obras incluíam, pelo menos, intervenções nos muros, paredes exteriores e claustro.[76] Não se sabe ao certo qual a linguagem arquitetónica utilizada nesta campanha, não sobrando hoje em dia qualquer vestígio dela. Durante este período, crítico para o mosteiro, a prioresa foi D. Aldonça Pereira (1397-1434), irmã do Condestável do reino Nuno Álvares Pereira. Coube-lhe fazer uma reorganização do mosteiro, tendo conseguido a proteção régia de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, manifestada através da confirmação de antigos privilégios, de doações, e isentando a comunidade de algumas obrigações.[77]

Em 1461, temos notícia que estaria a ocorrer alguma obra no Mosteiro, através de um documento de rescisão de contrato de obra.[78] Segundo o documento, a 19 de abril de 1461 o pedreiro Martim Anes rescinde contrato com o mosteiro, relativo a uma obra

[72] *Ibidem*, p. 47
[73] *Ibidem*, p. 47
[74] O documento não especifica que paço real é que seria.
[75] Não nos foi possível identificar o que seria.
[76] *Ibidem*, p. 47 e 106
[77] FERNANDES, Paulo Almeida, 2008, p. 30
[78] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 87, nº 1725. Ver documento 1.

indeterminada que estava lá a realizar, devido a que "nom podia teer e manter a dicta empreitada que fecta avia com as dictas senhoras por ser soo e nom achar quem no a ella ajudasse e se queria tirar e deçer da dicta empreitada". Atendendo a esse documento, parece poder concluir-se que, apesar da comunidade do mosteiro poder contratar campanhas de obras, faltar-lhe-ia alguma assertividade, ou pelo menos, capacidade de liderança, para as conseguir realizar com êxito. Ainda que tenha ocorrido algumas décadas depois (como veremos a seguir), abrimos a possibilidade que a campanha manuelina se tenha constituído como uma conclusão das obras anteriormente iniciadas; assim sendo, poder-se-á aventar que esta intervenção da segunda metade do século XV, aparentemente não terminada, tenha vindo a ser integrada na campanha manuelina. Apesar do documento não ser explícito em relação ao conteúdo dessa empreitada, podemos pelo menos concluir que a comunidade possuía dinâmica suficiente para poder promover campanhas de obras no seu mosteiro.

c. Campanhas Quinhentistas e Seiscentistas

Os séculos XVI e XVII da história do Mosteiro de Chelas correspondem a um período que estava muito mal estudado e que era, maioritariamente, ignorado nos textos e artigos a ela dedicados. Regra geral, só era referida a campanha manuelina do início do século XVI e a campanha de 1604 no início do século XVII. No entanto isso não reflete a história rica do mosteiro durante esse período. A leitura e análise de alguma da documentação do Fundo do Mosteiro de Chelas, existente no Arquivo Nacional/Torre do Tombo, permite-nos ter uma ideia mais aprofundada e detalhada das transformações por que passou o mosteiro. O século XVI foi um período de profundas mudanças, com um grande número de campanhas de obras e um movimento de reforma da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que teve grande impacto quer no mosteiro enquanto edificado, quer na vivência da comunidade de cónegas que lá se encontrava. Somos da opinião que o edifício do mosteiro que ainda hoje existe, é ainda fruto dessas campanhas quinhentistas e seiscentistas, principalmente no que toca ao claustro.

i. Campanha Manuelina

O século XVI do mosteiro começa com uma campanha de obras manuelina. Ela é muito falada pela historiografia, mas os detalhes sobre a sua envergadura, do que se tratou, e que edifícios no complexo monástico foram alvo de intervenção, ampliação ou mesmo (re)construção, variam de autor para autor. Eduardo Sucena refere que "logo em princípios do século XVI fez na igreja importantes obras de que subsiste no nártex o portal trilobado".[79] Já José da Felicidade Alves apenas diz que o mosteiro sofreu obras, pelos anos de 1510, também apontando o pórtico manuelino como vestígio dessa campanha.[80] Pinho Leal no segundo volume de *Portugal Antigo e Moderno* também aponta os anos de 1510 como a data de uma campanha manuelina.[81] Também Inácio Vilhena de Barbosa aponta o princípio do século XVI como altura da campanha e o portal da igreja como único vestígio da "reedificação de D. Manuel"[82], dando assim a entender que a campanha manuelina teria envolvido a reedificação da igreja. Teresa Vale, Carlos Gomes, Lina Oliveira e Filipe Avellar, na ficha de inventário do SIPA referente ao mosteiro, afirmam que no primeiro quartel do século XVI houve uma "campanha de obras manuelina com renovação e ampliação da igreja e do convento, de que o portal e a galilé são o único testemunho".[83] Nenhum destes autores refere de onde tira a informação sobre a campanha manuelina, ou apenas cita um dos outros que não citam a fonte.[84] Tendo isto em conta, parece lícito supor que extrapolaram a campanha manuelina da existência do portal manuelino.

O único documento que conseguimos encontrar referente a obras no mosteiro nessa altura, encontra-se no Arquivo Municipal de Lisboa,[85] e relata-nos que em 1 de abril

---

[79] SUCENA, Eduardo, "O Vale e o Convento de Chelas" in *Arqueologia & História*, vol. 58|59, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2006|2007, p. 174

[80] ALVES, José da Felicidade — *Peregrinação pelas Igrejas de Lisboa. Tomo II. As Igrejas Medievais (1147-1495)*. Lisboa: CEHR, 2020, p. 101. Esta obra foi elaborada por José da Felicidade Alves entre 1981 e 1991 e organiza-se em 7 tomos, tendo ficado inédita aquando da morte do autor em 1998. Atualmente no âmbito de um projeto a ser realizado no Centro de Estudos de História Religiosa, e com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian, os sete estão a ser publicados em edições críticas em formato ebook. Encontra-se disponível no site do projeto (https://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/FelicidadeAlves/index.php/Site)

[81] LEAL, Pinho — *Portugal Antigo e Moderno. Diccionário Geográphico, Estatístico, Chorographico (...). Vol. II*. Lisboa: Livr. Ed. de Mattos Moreira & Companhia, 1874, p. 289

[82] BARBOSA, Inácio de Vilhena — "Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)", *Archivo Pittoresco*, vol. VII, Lisboa, Typographia de Castro & Irmão,1864, p. 376

[83] Ficha de inventário do SIPA sobre o Mosteiro de Chelas (Consultada a 11 de Julho de 2022).

[84] José da Felicidade Alves cita o Vilhena de Barbosa, no entanto este último não diz ao certo de onde tira a informação.

[85] AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de D. Manuel I, doc. 56 (antigo 57)

de 1501 o rei mandou que fosse doada ao Mosteiro de Chelas a cal necessária para as obras que se estavam a fazer, sendo que seria cal em quantidade suficientemente grande para o rei ordenar que fosse dedicado um forno só para as "obras do dito mosteiro". Este documento permite-nos apresentar algumas possibilidades em relação à campanha manuelina realizada no mosteiro. Em primeiro lugar, podemos concluir que a campanha já estaria a decorrer em 1501, o que abre a possibilidade de a obra ter começado ainda no século XV. Não se sabe ao certo se se tratará de uma campanha de obras inteiramente da iniciativa de D. Manuel I ou se o papel do rei Venturoso terá sido o de acabar uma campanha de obras começada pelos seus antecessores, como aconteceu com algumas campanhas no início do seu reinado.[86] É importante lembrar que o mosteiro de Chelas teve a proteção régia de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, que se materializou através da confirmação de antigos privilégios, de doações, e isentando a comunidade de algumas obrigações. Não se sabe de nenhuma campanha de obras de iniciativa régia no mosteiro durante o século XV, no entanto, como já referimos no capítulo anterior, em 1461 o pedreiro Martim Anes rescinde contrato com o mosteiro devido a não conseguir concluir a obra sozinho,[87] mostrando assim que estaria a ser realizada no mosteiro uma campanha de obras de alguma envergadura. Não temos notícias anteriores ou posteriores sobre esta campanha ou sobre de que se tratava exatamente, nem se teria envolvimento régio; no entanto, não nos parece inverosímil tendo em conta a ligação que a coroa teve com o mosteiro durante o século XV, principalmente desde o período em que D. Aldonça Pereira (1397?-1434), irmã do Condestável do reino D. Nuno Álvares Pereira, foi prioresa do mosteiro.

Em segundo lugar, é de notar que a necessidade de cal que a obra no mosteiro aparenta ter é de tal modo grande que precisava de um forno de cal só para a obra, o que parece indicar que seria uma campanha de obras de grandes dimensões. Isto leva-nos a equacionar que esta campanha tenha tido uma maior envergadura do que apenas o portal e que possivelmente tenha envolvido a reconstrução da igreja. Apesar de não nos parecer impossível que também se tenham realizado obras nos edifícios do mosteiro, como alguns autores defendem, não temos fundamentação suficiente para traçar essa conclusão. No

---

A transcrição deste documento encontra-se em *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livro de Reis. Volume IV*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1959, p. 73

[86] Como é o caso da Igreja de São Francisco de Évora, começada no reinado de D. Afonso V, as obras ter-se-ão prolongado até ao reinado de D. Manuel I, que lhes terá dado um "impulso importante" permitindo que fossem concluídas em 1515. PEREIRA, Paulo — *Arte Portuguesa. História Essencial*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2014, pp. 422-424.

[87] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 87, nº 1725

entanto, parece-nos menos controverso[88] que se tenham realizado obras profundas na igreja, possivelmente até a sua reconstrução. Tendo em conta que não foi necessária cal para o portal, que é de pedra, podemos concluir que a grande quantidade de cal aludida no documento, não seria para o portal (único vestígio restante desta campanha), mas sim para o corpo da igreja em si (hoje em dia já substituído em campanhas de obras posteriores). É de notar que nesta época houve um "aperfeiçoamento de técnicas construtivas com argamassas à base de cal", como é referido por Hélder Carita[89], e que por isso não é incomum encontrar igrejas deste tempo onde foi utilizada cal como elemento principal na sua construção, em detrimento de pedraria. Tal como é referido por Hélder Carita, "[a] construção em pedra e cal possibilitava a utilização de duas variantes, uma com pedra aparelhada nos limites exteriores dos paramentos para os casos de maior solidez e prestígio de construção, e outra variante, mais comum, que tomará o nome de formigão, era a utilização em tapume de madeira duma massa de terra áspera e pedra traçada com cal".[90] Cremos que será a primeira variante que se aplica à igreja manuelina do Mosteiro de Chelas, sendo os panos murais da igreja em alvenaria, depois rematados com o uso de pedra nos cunhais, no portal e nos contrafortes se os tivesse. Este tipo de opção construtiva é também possível encontrar em outras igrejas desta altura, tal como por exemplo na Igreja da Conceição de Beja.[91] Em termos de organização interna não nos é possível fazer qualquer suposição tendo em conta a escassa informação que temos sobre a igreja, uma vez que posteriormente terá sido reconstruída, apenas tendo permanecido como único vestígio da campanha manuelina o portal.

O portal encontra-se hoje fora do seu contexto original, tendo em conta que, como veremos mais à frente, a igreja foi alvo de várias campanhas de obras posteriores que a remodelaram completamente. No entanto, o portal da igreja era na arquitetura tardo-gótica um elemento de importância estrutural e de destaque nas fachadas lisas das igrejas[92], frequentemente agregando grande parte do esforço decorativo do exterior, podendo por isso a sua análise dar muita informação valiosa.

---

[88] O facto de ainda hoje existir o portal manuelino, e por ser parte integrante da igreja, parece poder indiciar que provavelmente terão, à época, ocorrido outras intervenções na igreja, já que o testemunho de que terão sido utilizadas grandes quantidades de cal indica que essa campanha de obras não se restringiu ao portal.

[89] CARITA, Helder — *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna. 1495-1521*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 157.

[90] *Ibidem*, p. 157.

[91] SILVA, José Custódio Vieira da — *O Tardo-Gótico em Portugal. A Arquitectura no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, pp. 52-53.

[92] *Ibidem*, p. 151.

O portal da igreja[93] desenvolve-se num arco trilobado[94] assente em finos colunelos apostos nas ombreiras e prolongados pelos arcos fazendo nesta zona o recorte dos lóbubos. No colunelo interior a separação entre os lóbubos laterais e o central é feita através de pequenos florões. No caso do colunelo exterior há um prolongamento deste de maneira a formar três florões que rematam o arco por cima dele. Assentes em plintos altos e poligonais, a conceção destes é complexificada a partir de uma série de pequenos elementos de microarquitetura que lhe são apostos. A decoração, maioritariamente vegetalista, concentra-se no espaço entre os dois colunelos, nos capitéis e nos referidos florões. A zona entre colunelos é periodicamente interrompida por pequenos nichos onde é colocada decoração vegetalista e no ápice do arco uma tábula inscrita com um "IHS", sigla de Jesus Cristo Salvador. Ao nível do arranque do arco os colunelos são interrompidos por capitéis profusamente decorados com elementos vegetalistas. É digno de nota que o portal não aparenta ter qualquer elemento heráldico manuelino (esfera armilar, etc.), como era comum encontrar nos portais de patrocínio régio deste período.

A utilização do arco trilobado no portal da igreja do Mosteiro de Chelas não é caso único para esta altura, sendo também possível encontrá-lo na porta axial da Igreja de S. João Baptista, em Moura, ou na porta axial da Ermida de Nossa Senhora da Visitação, em Montemor-o-Novo.[95] Em ambos estes casos vemos os colunelos a prolongarem-se pelos arcos fazendo nesta o recorte dos lóbulos, tal como acontece no portal da igreja do Mosteiro de Chelas.

Não se sabe ao certo até quando é que esta campanha terá durado, no entanto é de assinalar que, como exporemos no próximo subcapítulo, um contrato de obra de 1521 informa-nos de uma obra no dormitório. Não se tem a certeza de que se trate de uma continuação da campanha manuelina ou de uma campanha independente.

[93] Ver figuras 16 a 18.

[94] A opinião diverge entre os autores se se tratará de um arco trilobado ou polilobado. A variação acontece devido ao lóbulo central fazer uma pequena curva ao centro criando assim dois lóbulos diferentes. Contudo esta divisão não é tão extrema como entre o lóbulo central e os laterais abrindo assim a possibilidade para que alguns autores considerem trilobado e outros polilobado.

[95] Segundo Pedro Dias deverá datar de cerca de 1520. DIAS, Pedro — *Arte Portuguesa da Pré-História ao Século XX. A Arquitectura Manuelina*. Vila Nova de Gaia: Fubu, 2009, p. 118.

ii. Campanha(s) no dormitório

Por ser bastante relevante na compreensão das diferentes necessidades que deverão ter existido, relativamente à capacidade do dormitório do Mosteiro de Chelas, vamos começar por descrever a evolução da dimensão da comunidade de religiosas que albergava.

Encontramos referência à dimensão da comunidade religiosa do Mosteiro de Chelas, em meados do século XVI, no início do século XVII, e finalmente já só na segunda metade do século XIX.

No século XVI, nomeadamente em 1551, a comunidade do Mosteiro de Chelas seria constituída por 48 freiras, 12 noviças e 25 criados.[96]

Relativamente à evolução da comunidade das religiosas durante o início do século XVII, temos disponíveis informações relativas a dois momentos, distantes um do outro por dezasseis anos. Assim, em 1604 existiriam apenas 40 freiras[97], ou seja, registando um ligeiro decréscimo, relativamente à situação de meio do século anterior. Contudo, nos anos seguintes deverá ter ocorrido um crescimento muito significativo da comunidade, já que em 1620 esse número era de 60 religiosas.[98]

No século XIX, em 1856, a comunidade do Mosteiro de Chelas era constituída por nove religiosas, oito pupilas, duas recolhidas e 29 empregados, de ambos os sexos.[99] Por se tratar de uma casa religiosa feminina, a sua extinção efetiva só ocorreu no momento da morte da última religiosa professa, em 1878.

A 6 de Novembro de 1521 a Prioresa do Mosteiro de Chelas, Mécia Pereira, e outras religiosas do mosteiro, contrataram o pedreiro Fernando Afonso[100] para fazer obras no dormitório do mosteiro. Segundo o contrato, a obra consistia em acrescentar ao dormitório "aquellas braças de longo que aa dicta senhora prioresa bem pareçer"[101], e

[96] OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de — *Lisboa em 1551. Sumário*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987, p.35.
[97] FARIA, Manuel Severim de — Memoria da casa de Jasus de Chellas das conegas regrantes de Sant'Agostinho a 14 de Junho de 1604. In *Miscellanea Litteraria. Notas, Lembranças, etc. Obras, Tomo 140*. 1598-1625. Ver documento 17.
[98] OLIVEIRA, Frei Nicolau de — *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega, 1991, tratado 4, fl. 69-70.
[99] Ficha de inventário do projeto Lx Conventos, sobre o Mosteiro de Chelas. (http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=609&lang=pt) (consultado a 10 de Julho de 2022)
[100] Grafado no documento como "Fernamd'Afonso.
[101] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1544. Ver documento 2.

derrubar as paredes velhas – "a de longo e a da testa"[102]. Além disso, Fernando Afonso deveria abrir alicerces à sua custa e fazer todas as paredes necessárias, "d'alto abaixo"[103]. Os alicerces, da sua zona inferior até ao nível do solo, teriam de ter cinco palmos de largo; do nível do solo até ao sobrado, passariam a quatro palmos de largo e, do dito sobrado até ao telhado, três palmos de largo; era ainda definido que a altura das paredes deveria respeitar o que fosse indicado pela prioresa. As paredes seriam rematadas com cunhais em pedra[104].

Além do atrás referido, teriam de ser feitas duas janelas, dois portais e quatro meias frestas, sendo tudo isso realizado em pedra lioz. As duas janelas deveriam ter oito palmos de largo e aproximadamente onze de altura; relativamente aos portais, um deveria ter cinco palmos e meio de largura, enquanto o outro apenas três palmos e meio, tendo ambos uma altura de acordo com o que fosse necessário; no que diz respeito às quatro meias frestas, teriam três palmos de longo e um palmo de largo (ou o que fosse considerado conveniente pelo pedreiro), e que, somente do lado de dentro, deveriam ser em pedra[105]. No dormitório deveriam ainda ser construídos os pegões de alvenaria que fossem considerados necessários para suportar as traves de sustentação da estrutura[106]. É ainda definido que terá de ser construída uma escadaria, de acesso ao dormitório, com largura suficiente para duas donas – essa estrutura deverá ser em pedra lioz lavrada, incluindo o mainel e o tabuleiro superior. Toda a cal utilizada na obra deveria ser proveniente de pedra lioz.

Relativamente à orçamentação, estava estabelecido que seriam seiscentos reais por cada braça de parede.[107] No que diz respeito à medição das paredes, para efeito de cálculo do pagamento, ficou estabelecido que os vãos das janelas, portais e frestas, são contabilizados como cheios. Além das paredes, para o cálculo do total de braças, é

---

[102] *Ibidem*.

[103] *Ibidem*.

[104] "E as ditas paredes levarom seus cunhaees e empilhares de pedrarya rija e forte lynpa e bem lavrada nos topos da banda da orta porque da outra banda seram d'alguas pedras comprydas e afeycoadas ao camartell porquanto entesta em outras paredes" – AN/TT, Mosteiro de Chelas, mç 78, nº 1544

[105] "(…) e estas frestas seram da banda de dentro soomente da dicta pedrarya(…)" - ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1544.

[106] "(…) e pello meo de todo o dicto dormytoreo fara ho mestre hos pegõees que necesaryo forem pera se neles poerem as traves sobre que seja d'emmadeyrar e armar o dito dormytoreo de hũa banda [fl. 2] e da outra, os quaes pegõees seram d'alvenarya com algũas pedras afeycoadas ao camartel que lyem e esta obra toda sera boa e feyta e mocyça e bem farta de call e bem rebocada e depois de ser <fecta> sera vista per ofiçiaees se conprir e medyda pelos mydidores da cydade." - ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1544.

[107] Um palmo equivale a 22 centímetros.

contemplada toda a pedraria utilizada, nomeadamente contabilizando os pegões introduzidos. É ainda referido que o terreno onde vai ser construído o acrescento ao dormitório estaria aforado a Luys Alvarez, e que este poderia arrancar as árvores e levá-las, mas que se não quisesse fazê-lo, o próprio mestre contratado as arrancasse e as levasse, comprometendo-se a nivelar todo o chão.

O contrato estipula que a prioresa e as donas são obrigadas a pagar, a título de sinal e de modo a facilitar a aquisição dos materiais necessários para a realização da obra, a quantia de cinquenta mil reais a Fernando Afonso, mas também estabelecendo, e para segurança do próprio mosteiro, que Afonso Lourenço[108], genro de Fernando Afonso, era constituído como fiador e principal pagador e garante da execução das obras.

No contrato está ainda definida a calendarização de início e fim das obras – os trabalhos deveriam começar no primeiro dia de janeiro de 1522, devendo estar concluídos no dia de São João Batista (24 de junho) desse mesmo ano.

Ainda no âmbito desta campanha de ampliação do dormitório, a 16 de março de 1522 a comunidade do mosteiro, através do seu procurador Álvaro Fernandes, faz um contrato com o carpinteiro João Álvares, morador na cerca do mosteiro, para as obras de carpintaria do dormitório.

A obra consistiria na colocação de um soalho no dormitório, "com seus frechaaes de baixo e suas traves em pernadas per cima dos nembros e seu tavoado aberto pera o solhado.". [109]

A obra incluía ainda os trabalhos de carpintaria relacionados com o telhado, de cinco panos, com as tacaniças que, por o telhado ter mais de duas águas, deveriam constituir panos triangulares;[110] estavam ainda incluídos no contrato os ripados, as perchinas a sustentar as abóbadas, e os entabulamentos, sendo ainda explicitado que deveriam ser realizados com grande perfeição. A descrição continha igualmente a referência às janelas e portas necessárias ao dormitório; estava também registada a obrigatoriedade de ser sujeita a vistoria que atestasse a sua segurança e boa construção.[111]

[108] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1544

[109] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, nº 1588. Ver documento 3.

[110] SILVA, Jorge Henrique Pais da; CALADO, Margarida — *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Barcarena: Presença, 2005, p. 342

[111] "Item mais enmadeyrara de novo isso mesmo ho telhado de cynquo panos com suas tacaniças oytavadas e ripado, e mais forrara todo de bordos com suas perchinas e entavollamentos, e este forramento sera debruado e perpasado e muyto bem apranado e bem feito e forrado, e asy janelas e portas que forem nesecaryas no cabo do dormitoryo sobradar e forrar de castanho com seus assentos nesecaryos,

No contrato, era definido que o mestre teria de assegurar a presença constante de pelo menos oito oficiais (operários), ou mesmo mais se o andamento da obra de pedreiro o permitisse.

Pela obra de carpintaria, tinham a prioresa e as donas de pagar cinquenta e cinco mil reais, sendo que João Alvares teve de apresentar o seu cunhado, Diogo Fernandes[112], morador em Sacavém, como seu fiador e principal pagador de eventuais custos e perdas decorrentes do andamento e conclusão das obras, que assim dava, como garantia, todos os seus bens móveis e "de raiz".[113]

Através destes dois documentos conseguimos perceber que na década de 1520 o dormitório do Mosteiro de Chelas foi ampliado através da construção de um acrescento ao dormitório já existente. Este acrescento parece ter sido construído em terrenos que o mosteiro anteriormente tinha aforado a Luís Álvares. Além disso, este novo corpo terá sido construído em alvenaria caiada com cantaria reservada para os cunhais do edifício, e para os portais, janelas e parte interior das frestas. Para além disso, é de notar que a madeira tem um papel preponderante neste edifício, sendo utilizada no pavimento, no telhado e em partes da sua estrutura como as traves de sustentação.

Estes contratos não referem nada em relação à construção de celas dentro deste novo espaço do dormitório, o que pode querer dizer que se trataria de um dormitório coletivo onde as religiosas viveriam em comum ao contrário dos dormitórios de outros mosteiros onde são criadas celas individuais para as religiosas dormirem.[114] É pouco claro se isto quererá dizer que nesta altura o mosteiro terá aceitado o ingresso de mulheres de um estrato social mais baixo, tendo em conta que houve alguns casos em que se fazia uma diferenciação dentro dos mosteiros em que religiosas originárias de um estrato social mais alto ficavam em celas individuais, enquanto que religiosas de um estrato social mais baixo ficavam numa zona comum do dormitório do mosteiro.[115] Inicialmente as constituições das ordens preconizavam a utilização do modelo de dormitórios coletivos; no entanto, com o tempo e com a vontade de religiosas originárias de estratos altos da sociedade em manterem a sua privacidade, este modelo foi sendo substituído em favor de um baseado

e ante [sic] de ser forrada esta obra sera vista per ofeciaaes de carpentarya que diram per juramento se vai como deve e segura e bem feita." - ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, nº 1588

[112] *Ibidem*.

[113] *Ibidem.*

[114] CALDEIRA, Arlindo Manuel — *Mulheres Enclausuradas. As Ordens Religiosas Femininas em Portugal Durante os Séculos XVI a XVIII*. Alfragide: Casa das Letras, 2021, pp. 49-50

[115] *Ibidem*.

em celas individuais.[116] A justificação de os dormitórios comuns terem começado a ser preteridos em relação a dormitórios divididos em celas individuais não se deve exclusivamente a questões de estratificação social, sendo necessário ter em conta razões de cariz espiritual. Wolfgang Braunfels refere que quando equacionando esta mudança para celas individuais, é preciso ter em conta que há uma valorização da privacidade, permitindo que a religiosa se prepare individualmente e em privado para a sua missão.[117]

Outra informação que podemos inferir desta campanha da década de vinte do século XVI no dormitório, é que o mosteiro deveria estar a viver um momento de especial prosperidade e aumento da sua comunidade, tendo em conta a necessidade de aumentar o espaço do dormitório. Se atendermos ao referido no início deste capítulo, relativamente à evolução da dimensão da comunidade de religiosas do Mosteiro de Chelas, encontramos um dos valores mais altos por volta do meio do século XVI, parecendo demonstrar a verosimilhança da inferência indicada.

Essa evolução na dimensão da comunidade religiosa do Mosteiro de Chelas, ajudar-nos-á a compreender que durante o século XVI, após a campanha de obras da década de vinte, o dormitório só tenha voltado a ser alvo de outras intervenções desse teor já perto do final do século, durante a década de noventa.

Não obstante o atrás mencionado, importa referir que, entre a campanha dos anos vinte e a de que vamos falar a seguir, relativamente aos anos noventa do século XVI, o dormitório terá sido convertido, de modo a deixar de estar organizado segundo um modelo de dormitório coletivo, para um modelo baseado em celas. Abrimos a possibilidade de que esta transformação se tenha efetuado em meados do século, aquando das campanhas de obras relacionadas com a reforma da comunidade; contudo, não temos documentação que o comprove.

Através da análise da planta atual do mosteiro[118] é possível inferir que a ala do dormitório deverá ter sofrido pelo menos duas alterações/ampliações posteriores à sua construção. Num primeiro momento terá sido construído um pequeno corpo, de norte para sul, com um segundo andar de celas. Mais tarde, terá havido uma campanha de ampliação,

[116] *Ibidem*.
[117] BRAUNFELS, Wolfgang — *Monasteries of Western Europe. The Architecture of the Orders*. Princeton: University Press, 1972, p. 137
[118] Ver figuras 2 a 6.

onde terá sido acrescentado um corpo de dois pisos, a sul. Uma outra campanha de ampliação deste ala terá acrescentado dois andares de celas por cima dos corpos já existentes. Devido às alterações a que esta ala foi sujeita nos séculos XIX e XX, é-nos difícil ter uma ideia exata de como seria.

Entre 1593 e 1594[119] teve lugar uma avaliação de obras no Mosteiro de Chelas, relacionado com o madeiramento no dormitório. Essa avaliação foi realizada por António de Lima e por Gaspar Lopes, a pedido da prioresa e freiras do Mosteiro de Chelas:

"Senhor – Dizem a prioresa e freiras do mosteiro de Chelas que a ellas lhe he nesesario aualiar serta obra que mandárão fazer no dito seu mosteiro pede a Vossa Magestade mande aos juizes do oficio de carpinteiro há aualie e R. J. M.

Passe mandado pera os juizes do officio aualiarem a obra que a petição diz e do que acharem que val lhe passem certidão, 20 de outubro 94 – Atayde.

O lecenceado Diogo da Tayde cydadã he juis do cyuell nesta cydade de Lisboa e sseus termos etc. mando a vos juyzes do hofisyo de carpynteyros desta cidade que vysto este pello juramento de vossos ofysyos vejaes a obra contheuda na petyção atras e do que hachardes nella o avallieis e passeis certydã nas costas deste per vos assynado muyto declaradamente conforme a dita petyçã e meu despacho cumpry o assi feito em Lisboa nos vynte dias do mes de outubro de myll quynhentos e nouenta e quatro anos pagueesse deste vynte reaes e quatro reaes dassjnar. Eu Cosmo Caruallho o sobrescreuy – João da Tayde."[120]

As religiosas solicitavam, assim, que se fosse avaliar uma obra que tinham mandado fazer no mosteiro.

António de Lima e Gaspar Lopes, carpinteiros e juízes, foram ver a obra de carpintaria que tinha sido feita no mosteiro, que lhes foi mostrada por Gaspar de Carvalho, procurador das freiras do mosteiro. Nessa missão, foi-lhes solicitado que vissem toda a madeira e tabuado que existisse aplicado na obra, assim como contabilizassem as

[119] VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 2*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1904, p. 69 (ANTT Mosteiro de Chelas m. 86, nº 1704) – o documento induz alguma confusão relativamente ao ano, já que começa por referir que foi solicitado a António de Lima que o fizesse a avaliação em 1594, aparecendo mais adiante uma referência a que a avaliação teria já sido feita em 1593.

[120] VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 2*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1904, p.69 (ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 86, nº 1704)

quantidades de madeira aplicada, e a que não tivesse sido utilizada, avaliando ainda a maneira como o trabalho tinha sido feito:

"Senhor – Satisfazendo ao mãodado de Vosa Magestade dizemos nos Amtonio Lima e Guaspar Lopez carpintejros e juizes que servjmos do dito ofisjo a saber: este prezente ano Amtonio Lima e Guaspar Lopez ho ano passado de novemta e tres em auzemsja do parsejro do dito Amtonio Lima nesta sjdade de Lixboa e seu termo que nos fomos ao mostejro das frejras de Chelas pera uermos a obra que nele estaua fejta de carpentarja a quall nos foj mostrada pello senhor Guaspar de Carvalho procurador das ditas frejras pollo quall nos foj dito que nos visemos e comtasemos toda a madeira e tauoado que achasemos preguado na dita obra e asym mais visemos ho que uallja de fejtjo ho tauoado que estava aparelhado e mullduras asym laurado como debruado e mollduras desbastadas no estado em que estauão ho que por nos tudo foj uisto e comtado asym o madeiramento do dromjtoryo como na caza das secretas com hum pedaso de sobrado trauejado do dito dromjtorjo e o madejramento da nora ho que depois de tudo contado achamos estar guastado nesta obra decrarada quatro semtos e coremta caros de madejra e asjm achamos guastados vjmte e ojto caros de madejra velha e asjm achamos dezanove caros de madejra que estaua por guastar ho que todos fazem a djta comtja dos quatro semtos e coremta caros de madejra e asjm achamos valer ho fejtjo do tauoado e mullduras de bordo que esta aparelhado vjmta sjmquo mjll e sete semtos reaes e asjm dizemos quall o brãoquear da madejra e pranar e foro de pinho de caza das secretas alem do que se comta sjmquo mjll e qujnhemtos reaes e asym achamos estar guastado de tauado de pinho no foro destes madejramentos sjmquoemta e quatro duzias de tauado seradiso e no soalhado do sobrado da caza das secretas duas duzias e mea ho que tudo decraramos ser asjm pello juramento que de noso carguo nos foj dado e por tudo asjm pasar na verdade pasamos esta sertjdam por nos fejta e asjnada hoje vjmte sjmquo dias do mes de outubro do ano de mjll e qujnhemtos e nouemta e quatro = Amtonio Lima = Guaspar Lopez."[121]

No documento não é referido o nome do carpinteiro responsável por esta obra que António Lima e Gaspar Lopes foram inspecionar e medir; contudo, Viterbo abre a possibilidade de ter sido efetuada pelo carpinteiro Luís Henriques, considerando-a mesmo como muito provável.[122] De facto, o único carpinteiro de que temos referência de que

[121] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 86, nº 1704

[122] VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 2*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1904, p. 69

tenha trabalhado no Mosteiro de Chelas, na década de noventa do século XVI, é "Luis Anriques carpinteiro de casas".[123]

Em 1596 foi feito outro auto de vistoria a uma campanha de obras realizada no dormitório do Mosteiro de Chelas. O auto de vistoria foi realizado por Lourenço Gomes, medidor das obras da cidade de Lisboa, e a campanha de obras em questão tinha sido feita por Fernão Dinis, mestre pedreiro.[124]

Para clarificar o enquadramento desta ação, podemos atender à seguinte passagem:

"Lourenço Gomes medydor das obras desta cidade de Lixboa fui ao mosteiro de Chelas a medir as obras que Fernão Denis mestre pidreiro tynha feyto per sua comta somente no dyto mosteiro as quais me forão mostradas pella senhora prioreza asistyndo em tudo o senhor doctor Antonio da Crus e procurador que nas ditas obras auia sertas couzas feitas fora do contrato que não tynhão preso tomarão por louuados .s. Antonio Vicente mestre de obras por parte da fazemda do dito mosteiro e PedrAluarez Jois do ofysyo por parte de Fernão Denys".[125]

Valerá a pena aqui chamar a atenção para um dos presentes, o senhor doutor António da Cruz: o documento não o identifica; não obstante, por consulta de outros documentos, sabemos ser visitador.[126]

Estes autos de vistoria e medição eram extraordinariamente importantes, já que, na presença de representantes de quem tinha encomendado a obra, e de quem a tinha realizado, seguiam rigorosamente o que constava do contrato (elemento a elemento, e sempre utilizando o preço acordado). Assim, não só se verificava que a obra estava em conformidade com o que tinha sido acordado (em dimensão e tipo de materiais utilizado), mas também respeitando o preço estipulado pelo contrato, por unidade de comprimento.

---

[123] *Ibidem*, p. 2

[124] VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 3*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1922, p.286

[125] *Ibidem*, p.286

[126] O senhor doutor António da Cruz é uma figura que aparece referido em quatro documentos dos anos noventa do século XVI (ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 84, nº. 1165; ANTT, Mosteiro de Chelas m. 81, nº. 1612; ANTT, Mosteiro de Chelas m. 82, nº. 1637; ANTT, Mosteiro de Chelas m. 85, nº. 1693), não sendo identificado quem é, com a exceção do documento n 1612, em que é referido como "vesytador desta cidade de Lysboa". Isso queria dizer que ele seria quem fez as visitas pastorais, nesta altura provavelmente anuais, ao Mosteiro de Chelas. Essas visitas eram da responsabilidade do Bispo, e tinham o objetivo de verificar o bom funcionamento do mosteiro.

Seguindo como referência o contrato que tinha sido estabelecido para encomenda da campanha de obras, o detalhe da certidão que resultava do auto de vistoria, listava, media e valorizava todos esses elementos, indicando ainda em que locais tinham sido realizadas.

Neste auto de vistoria estão registados 16 elementos diferentes, com o detalhe do tipo de estrutura (paredes de separação e/ou de sustentação de outras estruturas, guarnições, ladrilhos, telhados, algerozes, ombreiras e janelas), do local onde estavam construídas (dormitório, celas do dormitório, secretas, quintal e claustro), do material utilizado em cada elemento (pedra e cal, pedra e barro, tijolo, alvenaria, pedraria), da dimensão da construção de cada elemento (em braças ou em palmos, como unidades de comprimento, ou em número, por exemplo no caso das janelas), o preço acordado por unidade de comprimento (diferente, consoante os locais/materiais), e finalmente o valor atribuído a cada um desses 16 elementos.[127]

Assim, nesta certidão, assinada pelo próprio medidor, Pedro Álvares, pelo representante do mestre pedreiro, António Vicente, e pelo representante do mosteiro, Pedro Álvares, temos os seguintes elementos, e conforme os preços estipulados no contrato da obra: 32 braças de parede feita em pedra e cal, avaliada em 44800 reis, 21 braças de parede (muro do quintal) também construída em pedra e cal, avaliada em 23100 reis, 10 braças de parede de pedra e barro (construída por cima do muro), avaliada em 9000 reis, 247 braças e dois terços de braça de guarnições, no valor de 54486 reis, panos de tijolo para separação dos canteiros do quintal, uma janela que foi tapada nas secretas e 3 pilares que foram construídos sobre a parede, sendo considerados no seu conjunto 7 braças a 900 reis, dando assim 6300 reis, 38 braças e meia de um frontal forcado numa zona das celas do dormitório e nas secretas, somando um valor de 23100 reis, uma braça e três quartos relativo a um frontal em alvenaria para separação das secretas, num total de 1400 reis, 22 braças e um quarto de ladrilhos, com um valor de 16875 reis, 62 braças e meia referentes a ladrilho rosado no dormitório, num valor de 75000 reis, 113 braças referentes à construção de uma parte do telhado do dormitório, com um valor de 68100 reis, ainda mais uma braça e meia referente a um outro telhado (no corredor do quintal), no valor de 570 reis, também outro telhado de ligação ao dormitório, com 37 braças e um valor de 11100 reis, quatro braças e meia de algerozes, no valor de 1800 reis, 31 braças

[127] VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 3*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1922, p. 286

de guarnições nas telhas por 2480 reis e 57 palmos de ombreiras com um valor de 7980 reis. A juntar a esses elementos são ainda descritas janelas, frestas em pedra e outras obras feitas fora de contrato, somando 233840 reis. É ainda explicitado que o valor total atribuído às obras que foram realmente construídas nesta campanha, é de 579931 reis.[128]

A descrição apresentada demonstra a importância dada a estas certidões, já que demonstram o que foi (e como foi) construído, e define objetivamente o valor pecuniário que é devido.

Outro elemento que fica aqui patente nesta certidão, é o facto de serem referidas celas no dormitório, comprovando que nesta altura o dormitório, além da zona coletiva, também tinha celas individuais, conforme descrito no trecho seguinte: "vinte e seis janelas e frestas de pedraria que estauão nas selas e por sima dellas e a janella grande que está no meo do dormitorio". A existência das celas é ainda referida noutra passagem da certidão: "fromtall forcado que fes por hua parte das sellas do dormytoryo", descrevendo paredes em tijolo que cumpriam a dupla função de elemento separador dos espaços, e de sustentação.[129]

Pela análise de um documento de quitação de 2 de maio de 1597, é possível perceber que Luís Henriques, carpinteiro de casas, morador em Lisboa, em S. Roque, na rua dos Calafates, terá realizado obras no Mosteiro de Chelas.[130]

Nesse documento de quitação é feita referência ao contrato de obras que tinha sido estabelecido entre Luís Henriques, carpinteiro das obras, e Gaspar de Carvalho da Costa, procurador do mosteiro. As obras envolveram fazer de novo todo o forro e guarnições do dormitório, no valor de 108000 reis, conforme definido no contrato inicial, referindo nesse documento de quitação que Luís Henriques, além das obras relacionadas com o novo forro do dormitório, estavam ainda contempladas outras obras: "como tudo isto e outras cousas muito mais llarguamente se contem em hum contrato que elle Luis Anriques fizera com [o dito convento diguo] Guaspar de Carvalho da Costa que Deus tem seu procurador o qual contrato se fizera per hum asinado, e asim mais que elle Luis Anriques fizera outras muitas obras no dito mosteiro de carpimtaria, nas quais todas entrando nellas

[128] VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 3*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1922, p. 286.
O valor de 579931 reis resulta da soma da soma das obras feitas dentro do contrato (346091 reais) e as feitas fora do contrato (233840 reais).
[129] *Ibidem*, p. 286
[130] VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 2*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1904, p. 2

as do dito comtrato se montarão quinhentos e seis mil e setecentos e quarenta reis". Tínhamos então que aos 108000 reis inicialmente previstos, se juntaram outras obras de carpintaria, chegando a um total de 506740 reis, que neste documento de quitação eram dados como pagos.[131]

Atendendo ao documento, percebemos que além da total renovação do forro do dormitório, existiram muitas outras obras de carpintaria, ainda que não exista, neste caso, a descrição detalhada do que foi feito.

Em 27 de agosto de 1597 foi elaborado um outro ato de quitação, por obras realizadas no Mosteiro de Chelas por Manuel Moreira, pedreiro, morador no Paço do Lumiar. Trata-se de obras no valor de 606500 reis, para cujo pagamento tinha sido realizado um auto de avaliação por parte do medidor Álvaro Gomes.[132]

Da análise do documento retiramos que essa campanha de obras decorreu de um contrato estabelecido não só com Manuel Moreira, mas também com Fernão Dinis, também pedreiro. Aí, era estabelecido que teriam de construir um dormitório no mosteiro. Contudo, este auto de quitação refere-se apenas à metade da obra realizada por Manuel Moreira, sendo declarado que lhe é feito o pagamento relativo à metade da obra que lhe compete, ou seja, a um valor de 606500 reis, que inclui ainda, segundo declarado pelos medidores que a tinham vistoriado, algumas outras obras que ele realizou no mosteiro.[133]

Neste documento, é omissa qualquer referência à parte das obras que eram da responsabilidade de Fernão Dinis. Assim sendo, não se consegue assegurar se, nesta data, Fernão Dinis já teria também terminado a sua metade das obras no dormitório (e até recebido a sua parte no pagamento), ou se ainda estariam por concluir.

Atendendo ao grande crescimento da comunidade religiosa do Mosteiro de Chelas, ocorrido durante as primeiras duas décadas do século XVII, e apesar de não existir nenhum documento conhecido que o comprove, é verosímil que possa durante esse período ter existido alguma iniciativa construtiva relacionada com o dormitório do mosteiro.

[131] *Ibidem*, p. 2.
[132] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 79, nº 1565. Ver documento 16.
[133] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 79, nº 1565.

iii. Campanha(s) na igreja

A igreja é por inerência o local mais importante de um complexo monástico, já que constitui o fulcro da ligação do mundo terreno ao divino, além ainda de ser o ponto de convergência entre o mundo exterior – dos homens comuns, e o mundo de dentro – da clausura.[134] No caso das casas religiosas femininas, essa separação era mesmo materializada por barreiras físicas – grades ou paredes divisórias.[135]

Essa simbologia de materializar a casa de Deus na Terra e de local privilegiado para comunicação com o divino, incorpora, ainda que a orientação segundo os pontos cardeais seja um atributo essencial na sua planificação, com o altar situado predominantemente a Este.

A igreja é sobretudo um local de oração, seja integrando um âmbito individual, ou mesmo numa manifestação coletiva, podendo ser feita silenciosamente ou com cânticos. É neste espaço que os católicos se sentem mais próximos de Deus. Por ter esse caráter de maior importância relativamente ao restante edificado, acaba por condicionar de algum modo todo o conjunto arquitetónico do mosteiro. Ainda mais, geralmente, as igrejas cristãs são construídas ao longo do eixo Este-Oeste.[136]

Não obstante o seu protagonismo dentro das estruturas arquitetónicas monásticas, esse foco na faceta divina do espaço, e como tal indelevelmente dependente do modo como é interpretado o papel dos religiosos nessa ponte entre o divino e o terreno, a sua arquitetura exterior e interior é também condicionada com as tendências seguidas em cada época, mais do que propriamente pelas especificidades de cada ordem religiosa.[137]

A capela-mor assume uma importância especial no espaço da igreja, por ser o local onde o sacerdote protagoniza a missa, sendo assim alvo de uma atenção especial na sua conceção. O culto litúrgico tem aí o seu palco, pelo que a geometria do espaço, e

[134] NUNES, Lígia — *Arquitectura Monástica de Clarissas em Portugal. Volume I*. Coruña: [s.n.], 2008. Dissertação de Doutoramento, p. 135

[135] BORGES, Nelson Correia — Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna. (Notas de Investigação). In *Museu. Revista de Arte, Arqueologia, Tradições. Publicação do Círculo Dr. José de Figueiredo*. Porto. IV Série, Nº 7, 1998, p. 55

[136] COOMANS, Thomas — *Life Inside the Cloister. Understanding Monastic Architecture*. Leuven: Leuven University Press, 2018, pp. 27-28.

[137] BORGES, Nelson Correia — Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna. (Notas de Investigação). In *Museu. Revista de Arte, Arqueologia, Tradições. Publicação do Círculo Dr. José de Figueiredo*. Porto. IV Série, Nº 7, 1998, p. 53

mesmo a sua iluminação são relevantes para induzir um efeito mais divino à eucaristia, aumentando assim a sua eficácia no mundo de fora que nela participa.[138]

O coro da igreja, por ser a zona destinada à comunidade religiosa, onde podia assistir às celebrações litúrgicas, entoava os cânticos, e mesmo o local onde preferencialmente fazia as suas orações, constituía o que se designa por "igreja de dentro". Na disciplina de clausura, permanecia assim separada do restante espaço da igreja, por "muros, grades e panos."[139]

Os coros podiam estar localizados em diferentes níveis, dependendo essencialmente de condicionalismos arquitetónicos e de contextos históricos. Será importante notar que o Concílio de Trento, e a consequente reforma das ordens religiosas, nomeadamente de reforço da atenção e respeito pelos deveres de clausura, induziram um reforço desse aspeto, refletindo-se também em características arquitetónicas. Assim, existiu uma tendência para que fossem desenvolvidos coros altos, de modo a que as diferenças de nível reforçassem essa segregação entre as religiosas e o mundo exterior.

Também no caso da igreja do Mosteiro de Chelas, o altar está situado a Este, e a entrada, por ser uma casa monástica feminina, é lateral, a Sul, através da galilé, que constitui a comunicação com o mundo exterior. As religiosas entram na igreja, pelo claustro, e pelo respeito do dever de clausura não passam da zona do coro alto. Temos assim uma separação, tal como referido atrás, entre o mundo de fora e o mundo de dentro. A construção de um coro alto é frequentemente uma alteração feita em momentos de reforma dos cenóbios com o propósito de afastar ainda mais as religiosas dos leigos que pudessem frequentar a igreja. Nessas campanhas de construção de um coro alto na igreja, por vezes era demolido o coro baixo, mas noutras, como no Mosteiro de Chelas, era mantido o coro baixo, mas era mudada a sua função para por exemplo servir de local de enterro de "religiosas e personalidades da nobreza".[140] A igreja do Mosteiro de Chelas seria um dos exemplos em que existiam dois níveis de coros, estando as religiosas circunscritas ao coro alto. O coro baixo do Mosteiro de Chelas era acedido através de uma pequena sala a oeste da igreja que o ligava ao claustro.

[138] NUNES, Lígia — *Arquitectura Monástica de Clarissas em Portugal. Volume I*. Coruña: [s.n.], 2008. Dissertação de Doutoramento, p. 137.
[139] *Ibidem*, p. 141.
[140] *Ibidem*, p. 141.

Passamos agora à continuação da análise das campanhas quinhentistas que então ocorreram no Mosteiro de Chelas. A igreja é um dos núcleos centrais do complexo monástico, e, tal como já referimos anteriormente, terá sido alvo de uma campanha de obras manuelina no início do século XVI, que a terá mudado significativamente. No entanto esta não é a única campanha de obras de que a igreja é alvo durante este século.

Segundo um auto de medição de 7 de Agosto de 1543[141], sabemos que por esta altura se tinha feito uma obra de alguma envergadura na "capela e casas do moesteiro".[142] A obra terá sido realizada por Francisco Esteves que, com o procurador do mosteiro e Gomes Vogado, "que sabia bem o que sse fezera"[143], a terá mostrado a Estevão Afonso e Luís Afonso para estes a poderem avaliar. Através da leitura da enumeração dos vários elementos que foram avaliados durante esta visita é-nos possível ter uma ideia daquilo em que terá consistido esta campanha de obras, apesar de não termos encontrado o contrato inicial.

Segundo o documento, o resultado da campanha de obras terá sido a demolição da "capela velha" e a construção de uma nova capela-mor; envolveu ainda a construção do portal da sacristia, e da parede sobre o arco triunfal com os retábulos; consta também a verificação dos degraus do altar e respetivo ladrilho, o assentamento do azulejo do frontal do altar-mor, a mudança de local da Capela do Crucifixo, a colocação de azulejos noutro altar e a reparação do telhado da igreja.[144]

---

[141] Na ficha do SIPA sobre o mosteiro a data (bij dias dagosto de mil b^{c} Riij anos) no documento é traduzida para 17 de agosto de 1583, no entanto a tradução correta é 7 de agosto de 1543.

[142] VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 3*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1922, p. 294.

[143] *Ibidem*, p. 294.

[144] "primeiramente uimos e aualiamos a capela com suas chaues de pedra e os cruzeiros e casquo de tyjolo e com sua guarniçam e asy a gornyçam das paredes abaixo com rebocos e hua fresta que fez na capela e o portal da sancrestia com suas couceiras de pedra e a parede que aleuantou sobre o arco com o assento do espelho e os retauolhos da capela e com o telhado da capela acabado como ora está e asy aualiamos os degraos do alltar com o ladrilho do ..... e asy o aleuantamento da pedra do alltar com sua alluenaria e a fresta que tapou detras do alltar e o assento do azulejo do foro do alltar e assy o lauramento das lageas que laurou e assentou na capella junto do degrao de oitocentos tijolos que assentou na capela e assy na Igreja o assy o altar do crucefixo que mudou com hũus pedaços de paredes que gorneçeo e em outro altar foroou dazueljo hum pedaço e uinte tijolos mazaris que pos na igreja e asy hum pedaço de telhado da igreja que telhou sobre o espelho e asy huns rebocos que fez no arco da crasta digo passadiço e asy hũa fresta que fez na Igreja da parte do mosteiro hum pedaço do telhado da Igreja que telhou sobre a fresta e asy hũa fresta que fez debaixo do dormitorio com outra que fez em outra cassa e asy o gasto que fez em o derribar da capela velha e toda esta obra que dito temos foi per nós muito bem vista peça por peça como dito he e achamos que fez de quita de mãos call arca pedra mole e tijolo e pedra lioz peras chaues e meas chaves e represas da capela e asy as couceiras do portal da sancrestia com todo o mais auiamento que se requere pera semelhante obra asy" VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 3*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1922, pp. 294-295

A nova capela-mor é feita em alvenaria, tijolo e pedraria, tal como nos é possível perceber pela leitura do documento, atendendo a que nele é referida como "a capela com suas chaues de pedra e os cruzeiros e casquo de tyjolo e com sua guarniçam"[145], percebendo-se também que a capela que é referida no documento é a capela-mor.

É de assinalar a referência à utilização de materiais distintos dependendo da dignidade do espaço em questão. Isto é especialmente evidente no caso da capela-mor que é descrita como sendo feita de cal, pedra mole e tijolo no geral, e depois com pedra lioz, um material nobre, nas pedras-chave, meais-chave e represas da capela.

iv. Campanha(s) do claustro novo

As campanhas de obras do Mosteiro de Chelas, durante o século XVI, tiveram como um dos principais objetos de intervenção o claustro, envolvendo mesmo a construção de um novo. Essa campanha decorreu quase ao longo de toda a segunda metade do século XVI.

Temos notícia de que, existiu um outro, conhecido como o claustro velho. A sustentar esse facto, ainda hoje existe uma inscrição epigráfica na igreja, localizada sobre a capela de Santo Adrião, numa das colaterais do cruzeiro do lado direito. Nessa pedra é feita referência ao antigo claustro, e terá sido colocada na campanha de obras geralmente referenciada como de 1604, conforme o transcrito[146] a seguir:

ESTE CONVENTO E DE CONEGAS REGRA
TES DE S^{TO} AGOSTINHO POR ESCRITVRAS AN
TIQVISSIMAS E FOI CASA DAS VESTAES AN
TES DA VINDA DE CHRISTO NSO Q SE VE PO
LOS VESTIGIOS DAS PEDRAS Q ESTAO NA
CRASTA VELHA E POR O CIPO DE IVLIA
FLAMINEA E ARA DAS VESTAES CÕ O BVRA
CO DA VRNA DO IGNE PERPETVO ASSI Q SE
ACHA SER REEDIFICADA ESTA CAPE

[145] VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 3*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1922, pp. 294-295
[146] Ver figura 22.

LLA IIII VEZES HUÃ EM TENRO[147] DAS VES
TAES OVTRA NA PRIMITIVA IGREIIA
D ESPANHA E DVAS DEPOIS

1. Reformas quatrocentistas e quinhentistas pré-tridentinas

A vontade de se fazer uma reforma do clero já vinha pelo menos desde o século XIV, quando a corrente observante dos mendicantes foi introduzida em Portugal, indo progressivamente acrescentando conventos, seja pela conversão de outros já existentes, ou também pela criação de novos.[148]

Esta vontade de reforma estava presente em vários setores da sociedade, inclusivamente nos meios laicos, e nomeadamente, com mais relevância, por parte do próprio rei e da aristocracia, todos eles apoiando estes movimentos observantes.

Isto levou a que no início do século XV o rei tenha implementado medidas legislativas destinadas a colocar em prática a reforma da Igreja. Isto deve-se ao entendimento da época, de que cabia ao rei "o dever e o direito de proteger, mas também de corrigir, a Igreja e os clérigos, em nome do bem comum e dos bons ofícios do soberano."[149]

Como estas medidas de reforma da Igreja foram acompanhadas de medidas que limitavam algumas liberdades eclesiásticas, as tentativas de reforma régia da Igreja foram recebidas, por parte do clero, com alguma hostilidade, e como "apropriação de prerrogativas exclusivamente eclesiásticas."[150]

Ao longo do século XV essas hostilidades foram-se desvanecendo, observando-se mesmo que, já no final do século, no reinado de D. Manuel, foi possível consolidar a reforma, sem esses movimentos contestatários, havendo, ao invés, mesmo uma atitude de colaboração.

Outro vetor de reforma foi a fundação de novas ordens religiosas, como a congregação dos pobres ermitas da Serra de Ossa, a ordem de S. Jerónimo e a congregação dos cónegos de S. João Evangelista.

---

[147] Na inscrição está grafado como "TENRO", no entanto deve ser uma gralha e dever-se-á ler "TEMPO".
[148] PINA, Isabel Castro — *Os Lóios em Portugal. Origens e Primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista*. Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação de Doutoramento, pp. 51-52
[149] *Ibidem*, p. 54.
[150] *Ibidem*, p. 54.

Todo este movimento de renovação religiosa teve subjacentes dois elementos basilares: o objetivo de promover uma vivência espiritual mais autêntica, associado à valorização da cultura humanista e ao interesse pelas letras.[151]

a. Reforma dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho

A reforma dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho começa no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Este mosteiro, no século XV encontrava-se em crise, o que levou a que vários reis dessa época tenham procurado reformar essa casa monástica, ainda que sem grande sucesso. Nesse âmbito, poder-se-á destacar a reforma empreendida por D. Manuel, já que, ainda que de um modo limitado, conseguiu ter algum efeito, nomeadamente, um programa de obras de renovação, que envolveu uma reformulação de todo o mosteiro, assim como a reconstrução dos túmulos dos primeiros reis. A igreja românica então existente foi quase totalmente substituída pela que ainda hoje existe. O claustro românico foi também, nessa campanha de obras, substituído por um manuelino – o Claustro do Silêncio. Os túmulos foram da responsabilidade de João e Diogo de Castilho.

Apesar dessa campanha relativamente abrangente, quando D. João III, em julho de 1527, foi para Coimbra, fugido da peste que atingia Lisboa e o Sul do País, apercebeu-se de que existiam alguns problemas estruturais, a nível da adequação do quotidiano monástico, nomeadamente no que diz respeito aos deveres de clausura e de silêncio a que os cónegos regrantes estavam obrigados – "ainda que regulares, viviam como homens proprietários e com pouca ou nenhuma observância da regra que professavam".[152]

O rei de imediato tomou medidas para obviar a essas questões, extinguindo o Mosteiro de São João das Donas, mosteiro feminino que lhe era anexo, e nomeando um reformador do mosteiro – Frei Brás de Barros – frade jerónimo que tinha regressado recentemente de Lovaina onde se tinha doutorado em Teologia, e que também tinha estudado na Universidade de Paris.

Logo em Outubro desse ano Frei Brás de Barros assume essa função. A escolha de um frade jerónimo não é inocente, já que conforme referido atrás, se tratava de uma

[151] *Ibidem*, p. 62.
[152] MÁRTIRES, D. Fr. Timóteo dos — *Crónica de Santa Cruz. Tomo I*. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1955, p. 103.

ordem relativamente recente, fundada num espírito de reforma do clero, e que trazia uma visão mais moderna e mais humanista.[153]

A reforma ter-se-á baseado em três pilares – o recolhimento, o silêncio e a clausura. Isso significava que havia o dever de limitar quase totalmente quaisquer saídas do mosteiro, devendo ainda ser respeitado o silêncio na vivência quotidiana. Será importante frisar que tudo isso era extensível aos priores, também eles obrigados à clausura, e só podendo sair dos limites do mosteiro em situações muito especiais, e acompanhados de padres conselheiros, nomeados para esse efeito. Mesmo para poderem receber visitas de família, era necessário obter uma autorização do seu superior. Acresce a isso que os mandatos dos priores deixaram de ser vitalícios, passando a ter uma duração de três anos; ainda outra importante alteração decorreu de passarem a ter os mesmos privilégios que todos os outros cónegos

Um outro valor estrutural era o da humildade – a sua prática em diversos graus era indutora desse valor, nomeadamente através de jejuns e de confissão pública das suas faltas. Foi mesmo instituída uma regra que determinava a regularidade desses jejuns, ditando que deveriam ser praticados às sextas-feiras, exceto se coincidisse com algumas datas importantes do calendário eclesiástico.

Como se pode ver por estas regras, a obrigação de clausura, apesar de a nível global da Igreja Apostólica Romana só ter ficado estabelecida nas regras decorrentes do Concílio de Trento, ocorrido mais tarde (até aos anos sessenta do século XVI), e porque já fazia parte das novas correntes, foi imposta, de certo modo por antecipação, na reforma da ordem ocorrida em Portugal a partir da década de vinte desse mesmo século.

No entanto, é importante ter em conta que não se trata de um fenómeno isolado, já que paralelamente estava a acontecer o mesmo em outras ordens e em outros países, como, por exemplo, Espanha.

"A reforma da regra deveria implicar, à luz do pensamento moderno, a reforma dos espaços ao mesmo tempo que a uma mentalidade nova deveria corresponder, necessariamente, um novo tipo de edifício."[154]

Em Coimbra, as obras terão sido iniciadas em 1528, ano em que se assinou o contrato com Diogo de Castilho de construção de um novo dormitório num andar superior

[153] LOBO, Rui — *Santa Cruz e a Rua da Sofia. Arquitectura e Urbanismo no Século XVI*. Coimbra: EDARQ, 2006, p.41
[154] LOBO, Rui — *Santa Cruz e a Rua da Sofia. Arquitectura e Urbanismo no Século XVI*. Coimbra: EDARQ, 2006, p. 41

por cima do Claustro do Silêncio, uma nova cozinha e refeitório, e uma nova portaria para o mosteiro.

b. Reforma do Mosteiro de Chelas

Conforme é demonstrado por Maria Filomena Andrade[155], a comunidade do Mosteiro de Chelas, saída do século XV, era uma grande proprietária de terras. As religiosas eram oriundas da nobreza e pretendiam manter alguma liberdade, de modo a poderem assegurar a gestão das suas propriedades, o que envolvia múltiplas saídas do convento relacionadas com o seguimento dessas questões patrimoniais. Assim, essa dinâmica induzia que existisse algum desrespeito pelos deveres de clausura; isto, numa altura em que a reforma do clero estava a romper com um clima de certa permissividade que tinha vindo a vigorar nos meios eclesiásticos.

Este fenómeno de conventos femininos muito poderosos, que resultava do facto de possuírem muitas terras, e cuja gestão envolvia uma menor atenção aos deveres de clausura, não era restrito a Portugal. Assim, também em outros locais, como por exemplo em Espanha[156] e na Península Itálica[157], se podiam observar, chegando por vezes até a ter uma dimensão e poderio que envolvia deterem outros conventos na sua alçada.[158]

Assim, percebe-se que o Mosteiro de Chelas não era um caso singular, na prática de algum desrespeito pelo dever de clausura. No entanto, no século XV e início de XVI, começaram a desenvolver-se movimentos de reforma do clero que impunham o reforço da atenção ao respeito do dever de clausura.

Esses movimentos reformistas eram frequentemente secundados ao mais alto nível do poder – em Espanha tinham o apoio dos reis católicos, e, como referido anteriormente, em Portugal a própria família real tinha interesse, e se envolvia, nessa reforma do clero.

---

[155] ANDRADE, Maria Filomena — Opções Religiosas das Elites Lisboetas: O Convento de Chelas no Século XV. In *Lisboa Medieval: os Rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 222-223.
[156] Ver LEHFELDT, Elizabeth A. — *Religious Women in Golden Age Spain. The Permeable Cloister*. Hampshire/Burlington: Ashgate Publishing, 2005
[157] Ver STROCCHIA, Sharon T. — *Nuns and Nunneries in Renaissance Florence*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2009.
[158] Por exemplo, o Mosteiro de Las Huelgas de Burgos. LEHFELDT, Elizabeth A. — *Religious Women in Golden Age Spain. The Permeable Cloister*. Hampshire/Burlington: Ashgate Publishing, 2005, p. 5-6.

Esses movimentos de reforma tinham de tal modo subjacente o reforço do dever de clausura, que geralmente envolviam a realização de obras destinadas a impor de modo mais rígido essa disciplina. Como exemplos disso podemos referir alterações nas portarias, tendentes a dificultar a comunicação e passagem entre o interior do mosteiro e o exterior.

No caso do Mosteiro de Chelas, esse movimento de reforma clerical parece ter chegado na década de quarenta do século XVI, conforme se pode inferir a partir de dois documentos e uma inscrição epigráfica: um contrato, de 1546, da empreitada para construção do novo claustro; uma certidão de escrivão do arcebispado de Lisboa, datada de 1549, a respeito de uma freira que não queria permanecer no Mosteiro de Chelas depois da reforma; e uma inscrição epigráfica funerária.

No contrato da empreitada, de 1546, aparecem-nos duas figuras fulcrais na história da reforma do Mosteiro de Chelas; são elas o Reverendo padre Luís da Conceição e D. Maria da Silva.

O padre Luís da Conceição é identificado como sendo cónego da ordem S. João Evangelista, reformador e administrador no espiritual e temporal[159]. Tal como em Coimbra, vemos um religioso pertencente a uma das novas ordens do século XV, que como referimos anteriormente foram fundadas num espírito de reforma do clero, à frente da reforma da casa monástica. No caso de Santa Cruz um jerónimo, e neste caso um lóio.

Relativamente à "senhora dona Marya da Syllva"[160], o facto de ser referida como "senhora dona" permite-nos aventar ter uma origem nobiliárquica, ainda mais porque, segundo o padre D. Nicolau de Santa Maria, na sua *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, D. Maria da Silva era filha de João Fogaça Deça, e irmã de D. Joana Deça, camareira-mor da rainha D. Catarina.[161] Para além disso, apesar de no documento não ser explícito já ser a esta data a prioresa do mosteiro, o facto de ser a primeira cónega a ser referida no documento, e o ser imediatamente antes de "Cateryna da Fomsequa soprioresa do dicto mosteyro", parece significar que, já nessa altura, D. Maria da Silva seria a prioresa do Mosteiro de Chelas.

---

[159] "ho reverendo padre Luis da Conceyção conego da ordem de Sam Joam Avamgellista reformador e amanistrador no esprytoall e temporal etc e outrosy" ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº. 1554.
[160] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1554.
[161] MARIA, D. Nicolau de Santa — *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho (...). Livro XII. Capítulo XIV*, Lisboa: Officina de Joam da Costa, 1668, p. 563.

Quer no "Agiologio Lusitano"[162] de Jorge Cardoso, quer na "História de S. Domingos"[163] de Frei Luís de Cácegas e de Frei Luís de Sousa, é referido que o rei D. João III disse, em relação a D. Maria da Silva, "Que se fora possivel repartir D. Maria por diversos mosteiros, só com sua pessoa os dera todos por mui reformados".

Essas duas figuras, o padre Luís da Conceição e D. Maria da Silva, terão tido um papel de relevo na definição das obras do mosteiro, já que no próprio contrato é estabelecido que existem partes da obra que devem ser feitas "da maneyra que pareçem bem ao padre Luis da Comçeyção e a senhora dona Marya da Syllva".[164]

É também digno de referência que a reforma terá tido apoio régio, tendo em conta que, segundo o contrato, o desenho do claustro terá sido mandado fazer pelo rei.

Por fim, como referido anteriormente, estas reformas tinham forte impacto na estrutura da portaria, atendendo a que este elemento é o que mais condiciona a comunicação do mosteiro com o mundo exterior, seja no modo como é permitida essa comunicação, entre quem está dentro, e quem se aproxima, mas também no modo como é permitido que se entre ou saia do mosteiro. Como testemunho disso, neste documento encontramos uma referência que esclarece que em 1546 já tinham sido construídas essas estruturas: "no mosteiro de Chellas as grades do lucotoryo do dicto mosteyro estando hi de presemtes".[165]

No que diz respeito ao outro documento, a certidão de escrivão do arcebispado de Lisboa de 1549, revela-nos que uma das freiras do mosteiro, de seu nome Maria Fogaça, pretendia abandonar o mosteiro, devido à "refformacam nova que hora se intruduzio pela muito magnifica e muito reverenda senhora dona Maria da Silva prioresa do dicto moesteryo".[166] Isto demonstra que existiu uma reforma nesta altura, e que teve um impacto importante na vida da comunidade do Mosteiro.

Em *Religious Women in Golden Age Spain: The Permeable Cloister*, de Elizabeth A. Lehfeldt, são referidos três exemplos de mulheres que foram protagonistas de reformas de comunidades religiosas femininas em Espanha, onde também ocorreram esse tipo de

[162] CARDOSO, Jorge — *Agiologio Lusitano (...). Tomo I*. Lisboa: Officina Craesbeekiana, 1652, p. 303
[163] SOUSA, Frei Luís de — *Primeira Parte da História de S. Domingos*, vol. I, Capítulo XXXIII, 3.a edição, Lisboa, Typografia do Panorama, 1866, p. 132
[164] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1554. Ver documento 4.
[165] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1554
[166] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 84, nº 1662

reformas – "campaign for institutional and spiritual reinvigoration".[167] A maneira como D. Maria da Silva é referida nessa descrição da certidão de escrivão do arcebispado de Lisboa de 1549, permite-nos considerá-la como um exemplo português dessa mesma dinâmica.

Por fim, em relação ao terceiro testemunho desta reforma trata-se de uma inscrição epigráfica na sepultura de D. Maria da Silva, encontrada na igreja, onde se lê: "NESTA SEPULTURA ESTÁ O CORPO DE DONA MARIA DA SILVA QUE REFORMOU ESTE MOSTEIRO E FOI PRIORESA NELE XXXXII ANOS FALECEU A XXI DE JANEIRO DE MDLXXXVIIII PEDE POR AMOR DE DEUS UMA AVÉ MARIA"[168]. Segundo esta inscrição D. Maria da Silva foi responsável pela reforma da comunidade do Mosteiro de Chelas e foi prioresa desta comunidade durante 42 anos, tendo falecido a 21 de Janeiro de 1589. O que queria dizer que teria sido prioresa desde 1547 até 1589. No entanto a datação encontrada nesta inscrição é problemática, uma vez que quereria dizer que D. Maria da Silva só se teria tornado prioresa no ano seguinte ao contrato da empreitada da obra do claustro que anteriormente analisámos. Além disso, segundo um documento de 1 de Fevereiro de 1588[169] a prioresa nessa data era Maria da Trindade. Tendo em conta que não nos foi possível ver esta inscrição aquando da nossa visita à igreja do mosteiro, abrimos a possibilidade de se tratar de um erro de transcrição da inscrição epigráfica, encontrada na ficha deste monumento no site do SIPA, ou de um erro da própria inscrição.[170]

Voltando à contextualização da reforma da comunidade de Chelas, poder-se-á referir que se configuram dois possíveis cenários:

No primeiro cenário a reforma seria uma continuação da reforma dos cónegos regrantes de S. Agostinho, começada em 1527 em Santa Cruz de Coimbra, por vontade de D. João III.

No segundo cenário é considerado que fosse um exemplo dos movimentos de reforma das comunidades religiosas femininas, tão comum nessa época, como descrito anteriormente.

---

[167] LEHFELDT, Elizabeth A. — *Religious Women in Golden Age Spain. The Permeable Cloister*. Hampshire/Burlington: Ashgate Publishing, 2005, p. 162

[168] Ficha de inventário do SIPA sobre o Mosteiro de Chelas (Consultada a 11 de Julho de 2022). Aquando da visita ao mosteiro não nos foi possível ver esta inscrição, uma vez que, hoje em dia a igreja se encontra coberta com uma alcatifa.

[169] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, nº 1583. Ver documento 14.

[170] Ficha de inventário do SIPA sobre o Mosteiro de Chelas (Consultada a 11 de Julho de 2022).

No caso do primeiro cenário, será, contudo, curioso observar a mudança de um reformador jerónimo para um reformador lóio. Também de notar que a partir de 1545 frei Brás de Braga se tinha afastado da reforma dos Cónegos regrantes, tendo sido nomeado bispo de Leiria. Estes dois cenários poderão não ser estanques, ou seja, ter existido a conjugação dos dois fatores.

De qualquer maneira não é inverosímil que o rei quisesse que se reformasse o Mosteiro de Chelas se considerarmos em conjunto o ambiente de reforma que se vivia na altura e a importância do Mosteiro de Chelas. Este era destino predileto para colocação de filhas da nobreza desde pelo menos da transição do século XIV para o XV[171], como já referimos anteriormente. Para além disso, na zona de Chelas e Xabregas (na altura fora dos limites de Lisboa) localizavam-se várias quintas de nobres, criando assim uma proximidade física entre estas famílias e o Mosteiro de Chelas. Será ainda importante não esquecer que no fim da sua vida o Rei D. João III terá começado a construir um Paço Real em Xabregas.

Além disso, Chelas era um local com alguma carga simbólica porque era por vezes ligada ao mito de fundação de Lisboa. É precisamente na década de 40 do século XVI que encontramos a primeira referência a uma ligação de Chelas com este mito fundador. Em 1544, Francisco de Monzón publica o seu *Libro Primero del Espejo del Principe Christiano*, onde dedica um capítulo à ligação do Mosteiro de Chelas ao Mito de fundação de Lisboa.

Monzón foi professor de Teologia na Universidade de Lisboa e de Coimbra e Capelão e Pregador de D. João III e de D. Sebastião. A sua vinda para Portugal terá ocorrido em 1535 a "pedido do rei D. João III e por ordem de sua irmã, a imperatriz D. Isabel para lecionar Teologia na Universidade de Lisboa e, posteriormente, a partir de 1537, na Universidade de Coimbra".[172] A obra a que nos referimos foi escrita com o intuito de educar o Príncipe D. João (filho de D. João III, e pai de D. Sebastião) e inclui um capítulo "donde se pone una breve suma dela descripcion de Lisboa y le pone una comparacion con Hierusalem quando estava en su triumpho". Nesse capítulo, entre outros

[171] Por exemplo, Aldonça Pereira, irmã do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, e várias senhoras, durante o século XV, oriundas das famílias Alvernaz, de Castelo Branco, Nogueira e Mascarenhas. Ver ANDRADE, Maria Filomena — Opções Religiosas das Elites Lisboetas: O Convento de Chelas no Século XV. In *Lisboa Medieval: os Rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
No século XVI, a documentação mostra-nos que a ligação do mosteiro com a nobreza continuava sendo possível encontrar religiosas oriundas das famílias dos Silva, dos Fogaça, dos Noronha, etc.

[172] FERNANDES, Maria de Lurdes C. — Francisco Monzón, Capelão e Pregador de D. João III e de D. Sebastião. In *Lusitania Sacra, 2.ª Série, Tomo 3* (1991), p. 41

assuntos, é relatada a história da fundação ulissiana de Lisboa. Em 1571, Francisco de Monzón reedita a obra com acrescentos e alterações, passando de 59 capítulos (edição de 1544) para 91 capítulos. O capítulo em questão encontra-se em ambas as edições, apesar de sofrer algumas alterações na segunda edição.

Através desta obra vemos uma figura muito próxima do rei, e com um papel na educação do príncipe, a propagar a ideia que o Mosteiro de Chelas estava ligado à fundação de Lisboa, que Aquiles teria sido aqui escondido por sua mãe para o impedir de ir para a guerra de Troia onde estava profetizado que morreria, e que o topónimo "Chelas" teria a sua origem no nome deste herói grego.

Um valor simbólico tão grande associado ao Mosteiro pode ajudar a perceber que o rei sentisse necessidade que esta casa monástica fosse reformada de maneira a que uma instituição com tão grande prestígio seguisse os novos preceitos da reforma religiosa.

2. Cronologia da campanha

Esta reforma do Mosteiro de Chelas teve um impacto significativo no edificado do complexo monástico. Data desta altura uma campanha de obras que terá como resultado, pelo menos o claustro e a galilé da igreja e possivelmente uma portaria que hoje em dia já não existe na sua totalidade.

A portaria poderá ter sido o primeiro elemento a ser intervencionado, como era comum nestas campanhas de obras motivadas por reformas de casas monásticas, uma vez que era uma peça essencial do mosteiro, de modo a garantir o cumprimento da clausura absoluta das religiosas.

A intervenção na portaria parece-nos que deverá ter tido uma realização relativamente célere, uma vez que no contrato da empreitada de construção do claustro de 1546 as religiosas já apareciam "[n]as grades do lucotoryo do dicto mosteyro".[173]

Consideramos que a portaria deverá ser na porta à direita do átrio[174] que vai dar à galilé da igreja. Não temos informações específicas de como se organizava; apenas

[173] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78 nº 1554. Ver documento 4.

[174] A localização da portaria à direita do átrio que dá para a galilé da igreja é problemática, devido a obrigar a que as religiosas atravessassem o átrio da galilé para fazer a ligação claustro-portaria e vice-versa. Apesar de reconhecermos este problema, continuamos a considerar que seria esta a localização da portaria, sendo possível para esta situação menos que ideal, dever-se a ter sido necessário adaptá-la a pré-existências.

podemos confirmar que teria um locutório com grades. Como referem José Manuel Garcia e Maria Luísa Jacquinet, devido à imposição da clausura, os mosteiros femininos reformados eram dotados de portarias desenhadas de modo a serem pouco permeáveis à sua transposição - "a portaria dava acesso à casa da roda – por onde passavam os objetos vindos do exterior -, e ao locutório, provido de grade de ferro e, nalguns casos, também de divisórias metálicas perfuradas e recobertas por um véu."[175]

Não nos foi possível confirmar que a roda e as grades do locutório ainda se encontram no local; contudo devido às várias obras, ocorridas após a extinção do mosteiro, para adaptação do edifício a outros usos, algumas estruturas foram retiradas.

Em relação ao portal da portaria[176], trata-se de um portal de arco de volta perfeita, que se desenvolve com uma linguagem classicizante numa abordagem como era comum na década de 1540, ou seja, de um classicismo geometrizado e desornamentado, e não de um classicismo de ornamentação renascentista que geralmente era seguido na década anterior.

A outra campanha é o claustro novo, que foi construído nessa altura, e cuja obra se encontra documentada através de contratos de empreitada e autos de medição de obra. Sabe-se por referências de alguns autores do século XVII, que haveria um claustro velho; contudo, não se sabe ao certo onde se situava.

Através do contrato de obra, relativo à construção do novo claustro, que se assinou a 4 de agosto de 1546 no locutório do mosteiro, sabemos que se trataria de uma obra encomendada pelo rei – "em huum debuixo que pera isso he feito por mandado del rey nosso senhor".[177] No contrato, temos ainda a indicação dos representantes das partes, nomeadamente de quem representa a encomenda, e de quem se responsabiliza pela sua realização:

"ho reverendo padre Luis da Comceyção conego da ordem de Sam Joam Avamgellista reformador e amanistrador no esprytoall e temporal etc e outrosy a senhora dona Marya da Syllva [prioresa?[178]] e Cateryna da Fomsequa soprioresa do dicto mosteyro e Bryatiz de Maçedo e Amtonia d'Abreu e Mecia da Fomsequa e Joana de Paiva e Ana de Matos e

[175] GARCIA, José Manuel; Jacquinet, Maria Luísa — Os Conventos Femininos de Clausura em Lisboa. In *Sigila. Revista Transdisciplinar Luso-Francesa sobre o Segredo*. Paris. Nº 34 (Outono-Inverno 2014), p. 103.

[176] Ver figura 14.

[177] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1554

[178] Como referido anteriormente, o documento não explicita que Dona Maria da Silva já fosse à data prioresa.

Bryatriz Pachequa, e Marya de Pina, Isabell d' Andrade e Amtonia Prestella e Maria de Payva e outras donas do dicto mosteiro"[179] – os representantes da encomenda.
Gonçalo de Torralva e Fernando Eanes, identificados como "mestres de pedrarya ambos empreyteiros e moradores na dicta cidade [de Lisboa]".[180]

Segundo o contrato, Gonçalo Torralva e Fernando Eanes ficavam obrigados a fazer um claustro no mosteiro, conforme o desenho mandado fazer pelo rei. Para isso elegeram uma parede afastada da igreja uma braça e meia, para delimitar o claustro no lado este, e servir de referência à localização, constituindo o ponto de partida da construção. O claustro tinha o formato de um quadrado, e os cunhais seriam em pedraria. Deveria assim ficar limitado pela parede atrás referida, pelo dormitório e pela igreja.[181] Estava ainda definido no contrato a espessura dos alicerces, sendo detalhadas diferentes espessuras, conforme os locais, provavelmente devido às diferenças de cotas.[182]

No descritivo do contrato ficava estabelecido que o claustro e todas as divisões que dele partiam, ficavam no mesmo nível, o que correspondia a uma altura seis palmos abaixo da igreja.[183]

Também são nomeadas as várias divisões que se encontravam no claustro – o refeitório, a casa do lavor, a casa do capítulo e a cozinha. As paredes deveriam ter a espessura de três palmos e meio, para o lado do claustro e três palmos entre as divisões. É ainda referida a existência de três frestas.

[179] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1554
[180] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1554.
[181] A localização do dormitório e da igreja em 1546 pode indiciar que o claustro velho teria a mesma localização que o claustro novo, uma vez que, de outra maneira o dormitório e a igreja não teriam ligação.
[182] "Item prymeyramemte se hobrygarão a fazer no dicto mosteiro hũa crasta com as ofeçinas que nellas se am de fazer nos lugares que estam ordenadosem huum debuixo que pera isso he feito per mandado del rey nosso senhorper a qual crasta e ofeçinas emllegarão logo hũa paredeque venha arredada da porta da ygreja hũa braça e meya e corera em quadrado a dicta parede o pano della pera contra ho maar quatorze bracas e meya a do cabo della omde se fara huum cunhall de pedraryacorera outro pano em quadradocom ha dicta ygreja comtra a erdade o qual lamço terá dezanove braças de conprydo e ally farão outro cunhall de pedrarya e do dicto cunhall comtra o dormytoryo corerão outro lamço de parede e terá do dicto cunhall ao dormytoryo nove braças [f.2] a qual parede toda eles emlegarão no fyrme e o pano da parede que core ao lomgo da orta do doutor mestre Diogo terá pelo pei (sic) do allycerçe sete palmos de groso e acabara a face da tera bem seis palmos de grossura e o lamço que core comtra o dormytoryo syra da mesma grossura (sic) per dom dos entulhos e outro lamco que vem da ygreja comtra a estrada terá çimco palmos de groso ate o amdar da tera e os repartymentos e paredes do refeitoryo e çapitollo a casa de lavor teram çimco palmos de groso nos allyçerces." – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1554.
[183] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1554.

Relativamente às dimensões, o refeitório teria 60 palmos de comprimento, por 30 palmos de largura, com uma altura de trinta e cinco palmos.

É também estipulada a construção de um púlpito, com "sua escada no logar que na mostra vay decrarado e tera huum portall a dicta casa no logar da mostra de nove palmos de vam e dezaseis d'allto, sera o dicto portall e frestas e menistra todo de pedrarya.".[184] Como se vê nesta citação, o desenho anteriormente referido, a pedido do rei, deveria ter detalhe suficiente para definir rigorosamente a localização dos vários elementos.

Estava ainda no contrato a construção de uma cozinha justaposta ao refeitório, cujo posicionamento também estaria definido no desenho. Teria a mesma largura do refeitório e quarenta e cinco palmos de comprimento. É ainda estipulada a inclusão de alguns elementos estruturais, nomeadamente: "mamterya e lavatoryo e chumyne".[185]

Relativamente à casa de lavor, teria sessenta palmos de comprimento por trinta de largura. Também é referido que deveria ter frestas nas posições estabelecidas no desenho, e um portal de pedraria de nove palmos de largura por dezasseis de altura. Relativamente às frestas, deveriam ser em pedraria, ainda que o detalhe da sua construção ficasse ao critério do padre Luís da Conceição e da senhora dona Maria da Silva.

A casa do capítulo deveria ter trinta palmos de largo e cinquenta palmos de comprimento. Ficou estabelecida a construção de duas frestas (também incluídas nos desenhos) com três palmos de largura por seis de altura, construídas em pedraria. Deveria ainda ser construído um portal de pedraria, com onze palmos de largura e com uma coluna no meio, devendo ser situado no meio da casa do capítulo, e virado para o claustro. Relativamente à ornamentação "sera lavrada de allgũa obra que bem parecer".[186]

No que diz respeito aos materiais, é referido que as paredes deverão ser feitas em cal de pedra lioz, abrindo ainda a possibilidade de existirem algumas partes construídas com recurso a tijolo.

Relativamente ao pagamento da obra aos empreiteiros, o contrato define não só a orçamentação acordada, como também o plano de pagamentos, e as obrigações de ambas as partes em assegurarem as condições para um rápido desenvolvimento das obras. É definido que existe um pagamento inicial, para arranque das obras, sendo que os pagamentos subsequentes ficam dependentes do desenrolar dos trabalhos. É ainda

[184] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1554.
[185] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1554.
[186] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1554

explicitado no contrato que quaisquer valores que possam ser obtidos, como resultado de materiais oriundos das demolições que é necessário efetuar para construir as novas edificações, serão ganhos para os empreiteiros, compensando-os por esse trabalho, mas ficando também obrigados a remover da obra todos esses materiais, mesmo que não lhes sejam úteis.

Também foi acordado que o fiador de Gonçalo de Torralva, seria Diogo de Torralva, cavaleiro da casa del Rey nosso senhor e mestre das suas obras. Será de notar que, dos dois empreiteiros, apenas Gonçalo de Torralva é assim obrigado a ter um fiador, não sendo constituída essa obrigação para Fernando Eanes. Daí, poder-se-á eventualmente inferir que Gonçalo de Torralva poderia ter uma maior responsabilidade na representação da parte dos empreiteiros.

Apesar do contrato decorrer de uma iniciativa do rei, que encomendou os desenhos de definição do que iria ser construído, e que desse modo condicionou a estrutura do edificado, e consequentemente os condicionamentos na vida das religiosas daí decorrentes, não existe qualquer evidência de que o custo das obras tivesse a participação real, pelo que se poderá inferir que estariam a cargo da própria casa monástica.

Por fim, será relevante referir que, à imagem de muitas obras similares dessa época, não existe qualquer referência relativamente à autoria dos desenhos de arquitetura, que seria assim pouco valorizada. Ainda assim, o facto de, por exemplo, a definição da localização das frestas remeter para a consulta dos desenhos, parece poder indiciar que além da existência de desenhos de plantas, também poderiam ter sido feitos desenhos de alçados.

Neste documento, o contrato da obra, vemos já um nível de detalhe e descrição que o aproxima do que Paulo Varela Gomes apelida de "autoridade projectual".[187] Isso é evidente nos momentos em que é referido que se deve respeitar o que está definido no desenho (ou "mostra"), nomeadamente no refeitório, ainda que possa ser algo contrariado em algumas outras situações, quando refere que alguns aspetos devem ser construídos

[187] GOMES, Paulo Varela — Aspectos do Classicismo na Arquitectura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII. In *14,5. Ensaios de História e Arquitectura*. Lisboa: Almedina, 2007, p. 113.

conforme as vontades do padre Luís da Conceição e da senhora dona Maria da Silva; é exemplo deste caso, a definição de alguns detalhes na casa de lavor.

Existe o registo de que, a três de março do ano seguinte, em 1547, "O licenciado Jacome Vaaz, cidadão e juiz das propiedades nesta çidade de Lixboa e seus termos"[188] mandou "Joham Affonso e Diogo Rodriguez veadores do oficio da pedraria e alvenaria"[189]irem ver a obra que Gonçalo de Torralva e Fernando Eanes estavam a realizar no Mosteiro de Chelas, de modo a verificarem se a obra, no geral, e mesmo especificamente as paredes e sua espessura, estavam a ser realizadas de acordo com o que estava estabelecido no contrato. Esta seria já uma segunda visita à obra – a primeira foi feita por Gaspar de Tores e por Diogo Rodriguez, mas terão aparentemente existido queixas, por parte do mosteiro, relativamente a Gaspar de Tores, pelo que este era agora substituído por Joham Affonso.

Dessa visita, e em cumprimento da missão em que tinham sido investidos, por encomenda do procurador das freiras, e por elas pagos, Joham Affonso e Diogo Rodriguez, também eles pedreiros, fizeram a dezasseis de março uma certidão de vistoria, onde registaram todas as verificações que efetuaram à obra.

Nesse documento é referido que estiveram a verificar as paredes, tendo a inspeção sido realizada na presença de Gonçalo de Torralva, de Fernão de Eanes, que juraram, na presença da senhora prioresa e das outras senhoras freiras, que as paredes estavam bem construídas, e que estavam de acordo com o contrato.[190] É ainda referido que foram abertos orifícios em alguns locais das paredes, de modo a inspecionar o material nelas utilizado, não tendo sido observados quaisquer problemas – apenas a nível das argamassas, observaram a utilização de areia preta, indicando que deveriam usar apenas metade de areia preta em proporção de metade de areia branca, recomendando ainda que

[188] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 86, nº 1713. Ver documento 5.
[189] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 86, nº 1713
[190] "per Gonçalo de Torralva e per Fernãod'Eanes pedreiros mestres que fazem as hobras no dicto moysteito pera vermos as paredes no mandado conteudas as quaes paredes nos foram amostradas per elles partes e nos foi dado juramento dos Samtos Avamgelhos em presemça da senhora pryollesa e das senhoras outras freiras que no presemte estavam que bem e verdadeiramente visemos aquella hobra se hia bem feita e conforme ao comtrato que era feito para se fazer a tall hobra" – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 86, nº 1713.

para o reboco das paredes apenas usem da branca. Em conclusão referem que a obra está a ser bem construída, e de acordo com o contrato.[191]

Ainda que os documentos apenas refiram tratar-se de obras realizadas no Mosteiro de Chelas, não especificando o seu âmbito, pressupõem-se que se tratava das obras do claustro.

Em 26 de outubro de 1548 a comunidade do Mosteiro de Chelas, representada pela prioresa e pelas freiras do mosteiro, compra um terreno adjacente ao do mosteiro[192]. Com isso, apercebemo-nos de que a respetiva comunidade estaria em fase de crescimento.

Com estes documentos podemos observar que os anos quarenta do século XVI foram particularmente profícuos na realização de obras no Mosteiro de Chelas.

Uma outra obra que nos parece ter sido realizada nessa década, ainda que não exista documentação que permita afirmá-lo categoricamente, terá sido a referente à galilé da igreja, situada a leste do claustro que então estava a ser construído. A obra da galilé terá envolvido a construção de um portal exterior, em arco de volta perfeita, onde se observa a mesma linguagem do portal da portaria, anteriormente referido, desenvolvido na ordem toscana. De cada lado do portal existe uma abertura quadrada. Tal como no outro portal, é patente uma linguagem classicizante, com pouca decoração, sendo que esta se limita a um jogo de reentrâncias ao longo do fuste e intradorso do arco. Os remates com formato em "L" existentes nos fustes, segundo Manuel Apóstolo, "foram comuns no renascimento europeu anterior à consolidação tratadística de meados da centúria de quinhentos, estando presentes, por exemplo, na Vila Farnesina, construída na primeira década do século XVI segundo projeto de Baldassare Peruzzi. Também em Portugal se podem citar numerosos exemplos datados do século XVI, como as molduras dos vãos da fachada do Paço de Vila Viçosa e do castelo dessa vila, já parcialmente existentes em 1537, de muito vãos do Convento de Cristo em Tomar, entre muitos outros de Norte a Sul do país."[193]

[191] "asim dezemos que a hobra esta bem feita e bem lavrada e direita comforme a seu comtrato" – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 86, nº 1713.
[192] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 77, nº 1516. Ver documento 6.
[193] APÓSTOLO, Manuel — *A Circulação nos Paços Portugueses no Século XVI*. Lisboa 2020, p. 39, nota 119.

Ao entrar no átrio antes da galilé, observa-se que ele se divide em duas áreas, ambas com revestimento azulejar, separadas uma da outra, por um arco abatido que apresenta uma linguagem classicizante similar à utilizada no portal.[194]

A primeira área é aproximadamente quadrangular. Existe uma porta de moldura retangular de acesso à portaria. Nessa primeira área, a cobertura é em madeira trabalhada.[195]

A segunda área é mais alongada, abre-se a Norte para a galilé, e destaca-se por ter uma espécie de serliana[196] a rematar a zona imediatamente antes da igreja, criando um pequeno pórtico, onde se encontra, ao centro, o portal manuelino, e na parede de cada um dos lados, um vão com moldura boleada, sendo esse acabamento comum às janelas.[197] Pode-se ainda dizer que a galilé é ligeiramente elevada, relativamente ao átrio que a antecede.

Esse acabamento boleado, das molduras dos vãos das portas e das janelas, também é possível ser encontrado na ala leste do claustro novo[198], o que indicia poderem ter sido construídos na mesma altura, o que faria com que esta ala do claustro tivesse sido a primeira a ser construída. Isto, atendendo a que, como veremos a seguir, o claustro foi construído em diversas fases.

Não temos notícia das campanhas de obras no claustro até 1577, no entanto, sabemos que em 1562 Gonçalo de Torralva, acompanhado por Francisco Esteves e Dinis Carvalho, foi ao Mosteiro de Chelas avaliar uma obra que Fernão de Eanes lá estava a realizar, na enfermaria. Isso demonstra uma continuada relação e presença destas figuras, na sua ligação com as campanhas de obras do mosteiro. Nesse documento, Gonçalo de Torralva, Francisco Esteves e Fernão de Eanes, são identificados como pedreiros, enquanto Dinis Carvalho aparece como medidor das obras da cidade de Lisboa.[199] Segundo esse documento, a obra ocorre na casa da enfermaria, e consistiu na recuperação de vários elementos que apresentavam buracos e outros danos, envolvendo tapar buracos

[194] Ver figura 16.
[195] Ver figura 17.
[196] A serliana costuma ser constituída por três vãos, o central arqueado e os laterais arquitravados, no entanto neste caso os dois vãos laterais também têm um arco, portanto não se pode considerar uma "serliana pura". Ver figura 16
[197] Ver figuras 18 e 19.
[198] Ver figura 25.
[199] VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 3*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1922, p. 137.

e remendar esses elementos; além disso, foi ainda rebaixado o sobrado e construído um novo portal na entrada. As intervenções incidiram ainda na cozinha da enfermaria.

Voltamos a ter notícia de Gonçalo de Torralva e Fernão de Eanes em dois documentos de abril de 1576, altura em que já tinham falecido.

Assim, no primeiro documento, de 5 de abril, Domingos da Costa, tutor dos filhos de Fernão de Eanes, e cavaleiro da casa del rey, pede os dez mil reais que eram devidos aos filhos de Fernão de Eanes, pela obra que o pai tinha realizado no Mosteiro de Chelas[200]. É ainda patente no documento que Fernão de Eanes era aparelhador das obras reais[201]. Outra informação que retiramos do documento é o facto da filha de Fernão de Eanes ser casada com um cavaleiro da casa real, o próprio Domingos da Costa, o que poderá ainda significar que o pai pudesse ser uma figura de algum relevo.

É de notar que os dois Torralva teriam, em princípio, herdeiros comuns, já que, apesar de não se saber ao certo, costuma-se especular que Gonçalo e Diogo de Torralva poderiam ser irmãos.[202]

Assim, no segundo documento, de 11 de abril de 1576, existe a referência não só a Gonçalo de Torralva, como a Diogo de Torralva, sendo patente no documento que Domingos da Costa, teria o receio de que os herdeiros dos Torralva pudessem afirmar que as obras no Mosteiro de Chelas tivessem sido exclusivamente realizadas por Gonçalo de Torralva.[203]

No ano seguinte, a 12 de abril de 1577, Francisco Godinho, cavaleiro e fidalgo da casa real, e residente em casa da rainha, no papel de procurador do mosteiro contrata com Mateus Pires, pedreiro, e Diogo Godinho, carpinteiro, a realização de obras no mosteiro. Tratava-se de trabalhos relacionados com o claustro, e mais especificamente, com o objetivo de contruir toda a estrutura de colunas e arcos num dos lados, à imagem do que já tinha sido feito no lado oposto.[204]

---

[200] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, nº 1593.
[201] "Fernãod'Eanes que Deos aja aparelhador que foy das obras del rey noso senhor" – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, nº 1593. Ver documento 11.
[202] PEDREIRINHO, José Manuel — *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal do Século I à Actualidade*. 2ª Edição. Porto: Afrontamento, 2017, pp. 315-316.
[203] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, nº 1598. Ver documento 12.
[204] "fazerem hũa quadra das varãodas da crasta do ditto mosteyro con suas cullunas e arcos asy e da maneyra da outra que ja esta feyta no dito mosteyro e com seu poial sobre que vão asemtadas as ditas cullunas foradas de lajeas por syma", ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 82, nº 1632. Ver documento 13.

A obra envolveria mesmo a demolição de uma varanda lá existente, que voltava a ser construída, de modo a ficar idêntica à do outro lado.

Era ainda explicitado que tinham de ser incluídos todos os revestimentos, coberturas, algerozes e demais componentes para que esse novo edificado ficasse totalmente pronto para ser usado pelas religiosas.

Para dar a obra como totalmente pronta, tanto a parte nova, como a já existente, tinham de ser totalmente caiadas, e o prazo para conclusão das obras, era em setembro desse mesmo ano. Em caso de incumprimento do prazo, os empreiteiros incorriam em serem obrigados a pagar todos os custos, despesas e perdas, daí decorrentes.

Não se sabe ao certo como se terão desenvolvido as campanhas de obras no claustro entre 1546 e 1577. Contudo, por este documento de 1577, parece poder-se deduzir que numa primeira fase terão sido respeitados os planos previstos, mas que na continuação dessa sequência de obras, nomeadamente aquando da persecução do segundo lado do claustro, tenha ocorrido algum desrespeito pelo que estava inicialmente contratualizado, tendo ainda aparentemente ficado obras por completar, como por exemplo as frestas, que terão sido apenas começadas; isto, conforme lemos no seguinte trecho: "Item desfarão a varãoda que hora esta feyta no andar de syma, do peytorill pera sima soomente e a tornarão a fazer [fl. 3] de novo que fique toda conforme a outra conteuda neste contrato con suas cullunas e madeyramento e foro e aguoas furtadas canos e alljerozes e telhados e todo ho mais que for neçeçaryo pera que fique tudo conforme, e farão as frestas que jaa estão prynçipyadas que dão luz as hofeçinas que estão por bayxo da dyta varãoda de dous palmos se conpryr, e no peytorill da dita varãoda farão hũa entrada como na outra, has quaes varãodas terão de ladrylho dellas ate hos tyrãotes de fero quynze palmos."[205]

Na sequência destas campanhas de obras, podemos recorrer a um documento de 8 de maio de 1589[206], que materializa mais um contrato de obras no Mosteiro de Chelas, e que fundamentalmente consistiria na finalização de elementos já anteriormente iniciados.

Esse contrato é celebrado entre Fernão Dinis, mestre-de-obras de pedraria, residente em Lisboa, e Gaspar de Carvalho, como procurador do Mosteiro de Chelas.

[205] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 82, nº 1632

[206] VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 3*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1922, p. 283

A obra contratada inclui o acabamento de duas alas do claustro, envolvendo a construção de colunas em pedra, no andar de baixo e nas varandas do andar superior, assim como a construção de arcos em tijolo. Relevante será ainda a referência de que a obra deveria simultaneamente respeitar uma perfeita concordância com o que já estava construído, e as indicações emanadas por Nicolau de Frias, mestre das obras de Lisboa, em tudo o que este considerasse conveniente.[207]

Nicolau de Frias nasce por volta de 1540, na família do escultor e marceneiro Pedro de Frias, em cuja oficina terá inicialmente trabalhado.[208] Em 1568, com 28 anos, terá ido para Roma, onde ficou durante dois anos, e ao regressar trabalhou para os Dominicanos no Convento de S. Domingos de Lisboa, no dormitório novo e na casa do capítulo. Em 1578, vai com D. Sebastião para Alcácer-Quibir, onde fica preso com Filipe Terzi que, tal como ele, terá ido na qualidade de "sitiador de campo" e "engenheiro superior".[209] Quando é libertado, no ano seguinte, volta para Lisboa onde trabalha na igreja do Convento de Santa Marta e na Igreja de Santa Catarina do Monte Sinai, tendo além disso, trabalhado em várias obras com Filipe Terzi. Alcançou os cargos de arquiteto da cidade de Lisboa e do Arcebispado, por volta de 1588. Aquando da morte de Filipe Terzi, em 1597, torna-se mestre-de-obras dos Paços da Ribeira e das aulas de arquitetura civil.[210] Todos esses cargos que desempenhou, assim como a sua obra construída, demonstram ter sido um arquiteto de prestígio e reconhecido pelos seus pares. Além disso, será digno de nota que, segundo Frei Luís de Sousa, Nicolau de Frias era irmão da escrivã do Mosteiro de Chelas, Filipa do Espírito Santo[211], o que também pode ter influenciado a sua escolha.

O contrato definia explicitamente um grande nível de detalhe dos vários elementos incluídos nessa campanha de obras.

Relativamente às colunas do piso térreo, além de referir que teriam de ser em pedra branca, definia ainda que deveriam ser construídas com uma altura, e espessura idênticas às que já existiam em outros locais, indicando mesmo que também teriam de respeitar a

[207] *Ibidem*, p. 283.
[208] SILVA, Hélia — O Convento de Nossa Senhora da Quietação das Religiosas Flamengas em Lisboa ou a Prática Arquitectónica no Novo Mapa Religioso. In *Martinho Lutero e Portugal. Diálogos, Tensões e Impactos*. Lisboa: Edições Húmus, 2019, p. 356
[209] *Ibidem*, p. 356
[210] *Ibidem*, p. 357
[211] SOUSA, Frei Luís de — *Primeira Parte da História de S. Domingos*, vol. I, Capítulo XXXIII, 3.a edição, Lisboa, Typografia do Panorama, 1866, p. 140

ordem, ou seja, que o sistema arquitetural das colunas e respetivos capitéis teria de estar em perfeita concordância com os outros já existentes nesse conjunto edificado.[212] Este nível de detalhe, em que a ordem é referida junto com as dimensões, demonstra que a utilização das ordens de arquitetura já era vista "como um dispositivo não apenas decorativo mas modulador do conjunto arquitectónico".[213] Os princípios classicistas tinham já sido interiorizados na elaboração desses cadernos de encargos.

No que diz respeito às colunas do piso superior, é também explicitamente definido que deverão ser idênticas às que já lá existiam.[214]

Essas "verandas alltas", conforme referido no documento, deveriam ser cobertas por um telhado mourisco.[215]

Os arcos do piso térreo teriam de ser construídos em tijolo, devendo ser "muito fortes e muito seguros os quaes lhe paguarão por os preços da alluenaria medindo lhe os vãos por cheo". Neste trecho, como noutros, existia o cuidado de definir os diversos detalhes, seja no âmbito da forma, seja mesmo com preocupações estruturais, justapondo de forma explícita a orçamentação ligada a essas características, procurando desse modo, ligar o respeito às especificidades e detalhes da construção, ao seu custeio e pagamento.[216]

Mais é indicado que o custo das obras não será sujeito a qualquer acréscimo, ou seja, quaisquer custos adicionais ficarão por conta do mestre de obras, Fernão Dinis. É ainda referido que as obras, para poderem ser consideradas terminadas, é necessário que Nicolau de Frias faça uma vistoria, de modo a verificar se estão bem executadas, ou se existem defeitos que tenham de ser corrigidos, naturalmente que à custa do próprio Fernão Dinis, de modo a que a obra possa então ser dada como concluída.[217]

Ainda relacionado com os pagamentos e garantias, João Dinis é constituído como fiador de Fernão Dinis. João Dinis, carpinteiro de tenda e possuidor de casas em Lisboa, fica obrigado, caso Fernão Dinis não cumpra o que está estabelecido no contrato, a "como seu fiador e primsipall paguador o comprirá como nelle se contem" a cumprir com todas as custas, despesas perdas e danos.[218]

---

[212] VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 3*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1922, p. 283
[213] GOMES, Paulo Varela — Aspectos do Classicismo na Arquitectura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII. In *14,5. Ensaios de História e Arquitectura*. Lisboa: Almedina, 2007, p. 121
[214] VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 3*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1922, p. 283
[215] *Ibidem*, pp. 283-284
[216] *Ibidem*, p. 284
[217] *Ibidem*, p.284
[218] *Ibidem*, p.284

No contrato é também estipulado que a prioresa e a comunidade do Mosteiro de Chelas dão autorização ao procurador, Gaspar de Carvalho, para que ele possa acordar com Fernão Dinis as obras já começadas, e ainda outras que se venham a considerar fazer.[219]

Relativamente ao prazo de conclusão das obras, é indicado outubro, ou seja, considerando que o contrato estava datado de 8 de maio, estar-se-ia a falar de um período de cerca de seis meses.[220]

No que diz respeito aos pagamentos, no ato da assinatura do contrato Fernão Dinis recebe 60 000 reais, a título de adiantamento para início das obras. Subsequentemente poderá ir recebendo outros pagamentos intercalares, sempre dentro da orçamentação, sempre que, e desde que Nicolau de Frias declare que o andamento das obras o justifique. Caso Fernão Dinis não conclua as obras, ou não o faça dentro do prazo acordado, ele terá de pagar ao mosteiro um valor de 200 cruzados, além de ter de ressarcir o mosteiro pelo valor das obras por realizar, ainda incrementadas por eventuais acréscimos a esse valor, necessários para as concluir.[221]

Em linha com o que estava contratualizado, a 21 de maio de 1593 Nicolau de Frias, que aqui já é referido como arquiteto, faz uma vistoria ao Mosteiro de Chelas, acompanhado do medidor das obras da cidade de Lisboa, Diogo Rodrigues, com o objetivo de inspecionar, medir e calcular o andamento da obra que Fernão Dinis estava a fazer[222]. Também estavam presentes o doutor António da Cruz[223] e Gaspar de Carvalho, procurador do mosteiro. Além destes, a vistoria foi ainda realizada na presença de Fernão Dinis, pedreiro, mestre das obras em causa.

Na vistoria foram inspecionadas e medidas as obras previstas no contrato, atendendo ao que este definia, mas também outras, entretanto solicitadas, e como tal feitas fora do contrato.

---

[219] *Ibidem*, p. 285
[220] *Ibidem*, p.284
[221] *Ibidem*, p.284
[222] *Ibidem*, p. 287
[223] Neste documento (ANTT, Mosteiro de Chelas, m 84, nº 1665 – transcrito por Viterbo) não é identificado quem era; contudo, sabemos que era visitador, através do documento ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 81, nº 1612. Ver documento 15.

Pelo facto do contrato das obras no claustro, já com Fernão Dinis, ser de maio de 1589, e por nessa inspeção de 1593 haver referência ao claustro e a azulejaria, pressupõem-se que o contrato referido nesta inspeção seria aquele. Assim, parece poder-se concluir que a inicial previsão (e imposição) de que as obras estivessem concluídas em outubro desse ano de 1589, terá, em acordo das partes, sido revista, também eventualmente pela circunstância de terem sido solicitadas diversas outras obras a Fernão Dinis, inicialmente não contempladas – em vez dos seis meses inicialmente definidos, já tinham decorrido cerca de três anos.[224]

Atendendo a outro documento, de 28 de julho de 1594, que constitui o registo da quitação das obras no Mosteiro de Chelas[225], temos a confirmação desse prolongamento no prazo de conclusão das obras no claustro, já que aí é referido que essas obras terminaram no ano anterior (1593), explicitando mesmo que a vistoria realizada pelo arquiteto Nicolau de Frias, com a colaboração do medidor das obras da cidade de Lisboa, Diogo Rodrigues, teve o propósito de verificar a qualidade das obras, e aferir as suas medidas, atendendo a que Fernão Dinis, pedreiro e mestre daquelas obras, as teria terminado.

Procurando sumarizar os momentos-chave da construção do novo claustro, podemos atender a que o contrato de obras de 1589 estabelecia a construção de dois lanços, à imagem dos que já existiam nessa data; no documento de quitação de 1594 é declarado que a construção do claustro tinha sido terminada no ano anterior. Assim, poder-se-á concluir que em 1589 estavam prontos dois lanços do claustro, e que em 1593 a construção dos outros dois também já estava terminada.

A inspeção realizada em 1593 reporta que foi verificado que na construção do claustro foi usado tijolo, sendo revestido a azulejo; ainda mais declara estar o pavimento ladrilhado e ainda que o peitoril também incluia painel de azulejo na sua forra. Para além dessas obras, Fernão Dinis realizou outros trabalhos, não previstos no contrato de 1589[226], referidas como "demasias" que ele fez, em resposta a pedidos da comunidade do mosteiro,

[224] VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 3*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1922, p. 287

[225] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 81, nº 1612.

[226] "e asy vymos todas mais demasias que elle Fernão Dinis fez afora as que tem feitas na lavagem e suas oficinas que he a fonte que tem feita na crasta asentada em seu llugar" – VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 3*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1922, p. 288

provavelmente através do procurador Gaspar de Carvalho, conforme inclusivamente estava previsto no próprio contrato de obras de 1589.[227]

Relativamente às "demasias", encontramos a referência à fonte do centro do claustro, estando descritos todos os detalhes, seja do ponto de vista da sua aparência, ou mesmo das suas características funcionais, ou seja, do modo como a água tem de jorrar ordenadamente. Na descrição da fonte, refere que tem, como elementos decorativos, oito máscaras, e que a água corre por sobre quatro pequenas lajes nos cantos do claustro. Fala ainda do lavatório junto à entrada do refeitório e dos arranjos a que foi sujeita a sua pia. São ainda referidos quinze balaústres localizados nos dois lados do claustro, assim como os remendos efetuados no ladrilho, devido à passagem dos canos para a fonte. No descritivo aparece ainda a referência a três pedaços de colunas antigas que foram colocadas no quintal das galinhas, e de 18 buracos que foram feitos para segurar as madeiras.

Em todos esses elementos são ainda declaradas as medições, em braças, referentes a essas estruturas, construídas e revestidas, assim como os valores pecuniários a que o mestre de obras tem direito, como pagamento da obra, já que explicita as dimensões e o valor por braça que foi contratado – o pagamento da obra, como referido atrás, estava totalmente dependente do resultado da inspeção e medições, realizadas por parte de Nicolau de Frias e Diogo Rodrigues, à obra realizada.[228]

No documento de quitação consta mesmo a transcrição de um trecho do contrato de 1589, e o procurador aparece com mais um nome, "senhor Guaspar de Carvalho da Costa", e como "cavaleyro da ordem de Crysto", estando registado que também estava presente Fernão Dinis, e procurando verificar que o que dizia no contrato, a nível de elementos construtivos previstos, e custeio acordado, comprovadamente deviam ser assumidos como reais, atendendo ao documento de vistoria e medições elaborado por Nicolau de Frias.[229]

Através deste documento de quitação, é-nos possível perceber que Fernão Dinis terá sido responsável por, pelo menos, três campanhas de obras – a de conclusão do

[227] "A prioressa e conuento do mosteiro de Chellas damos poder a Guaspar de Carvalho pera que se possa consertar com Fernão Dinis pedreiro sobre as obras que tem comessadas e outras que ha de fazer neste mosteiro que pera tudo lhe damos nosso comprido poder pera que obrigamos todos nossos bens auidos e por auer feito por mim Felipa do Esprito Santo escripuã do dito mosteiro oje oito de maio de 1589" – *Ibidem*, p. 285

[228] *Ibidem*, p. 287

[229] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 81, nº 1612

claustro novo (terminada em 1593), uma segunda campanha, já referida num capítulo anterior, cujo objeto de intervenção foi fundamentalmente o dormitório, e uma terceira campanha, novamente focada no dormitório, e realizada em colaboração com Manuel Moreira, qua à data deste documento (em 1594), ainda estava em curso.

Além destas três campanhas de obras houve ainda outras obras que foram realizadas fora desses âmbitos contratuais, conforme referido atrás.

Pode mesmo concluir-se que as obras realizadas, e terminadas, por Fernão Dinis até 1593, lhe renderam 6 200 cruzados. Mais se acrescenta que durante esse período de obras que Fernão Dinis realizou até 1593, e conforme o documento de quitação de 1594 (podendo considerar-se nesse âmbito até esta última data), existiram três prioresas, já que no documento é declarado que Fernão Dinis recebeu pagamentos das três – "Fernam Dynys comfesa e de feyto confesou perante mym taballiam e testemunhas ao dyante nomeadas ter em sy recebido das senhora Breatiz da Payxão e da senhora Ana da Madre de Deos pryoresas que foram do dyto mosteiro e asy da senhora Francisqua de Sam Johão Bautysta pryoresa que ora he do dyto mosteiro e asy dele senhor Guaspar de Carvalho da Costa procurador gerall delle e ysto per vezes em dynheiro de contado". [230]

Poder-se-á, portanto com segurança, afirmar que a comunidade do Mosteiro de Chelas, em finais do século XVI, e mais concretamente pelo menos desde 1589, terá empreendido um esforço construtivo significativo – a última campanha de obras do claustro, que decorreu entre 1589 e 1593, assim como outras, também referidas no documento de quitação de 1594, nomeadamente as obras que decorreram nos anos noventa desse século, no dormitório do mosteiro, realizadas por Fernão Dinis e Manuel Moreira, e conforme descritas atrás, no capítulo referente às campanhas do dormitório, são sintomáticas desse esforço construtivo.

3. Análise do claustro

O claustro é um dos espaços mais importantes na arquitetura monástica, sendo apenas ultrapassado em importância pela igreja. Trata-se de um elemento ordenador e centralizador, sendo que o resto das dependências essenciais do mosteiro tendiam a se organizar à sua volta.

[230] ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 81, nº 1612

A origem etimológica da palavra "claustro" é a palavra latina "claustrum" que significava "originalmente tudo quanto pudesse servir para fechar, e veio, por extensão, a designar qualquer lugar fechado".[231] Apesar de originalmente ser utilizado para designar o mosteiro no seu todo, durante a Idade Média, o significado foi restringido ao elemento que ainda hoje designamos como claustro.

O claustro é um "espaço geralmente quadrangular e porticado, em volta do qual todas as dependências monásticas se foram desenvolvendo"[232], sendo que a sua origem parece dever-se aos "pátios abertos com pórticos e casas de habitação em redor, existentes nas vilas rústicas".[233] Esta origem faz sentido se tivermos em conta o fenómeno de adaptação de antigas villae romanas para servir de mosteiros, no monaquismo primitivo, como consideramos que terá sido o caso do Mosteiro de Chelas.

Segundo Thomas Coomans, o período carolíngio foi crucial na evolução do monaquismo e na definição da arquitetura monástica. Principalmente devido a dois eventos importantes ocorridos na viragem do século VIII para o IX – a imposição da Regra de São Bento a todas as abadias no Império e a inversão da orientação da igreja de este-oeste para oeste-este.[234]

No século VIII a utilização do claustro ainda não estava generalizada como é demonstrado pelo caso da Abadia de Saint Riquier, construída entre 789 e 799, onde em vez de um claustro vemos uma série de passadiços cobertos que ligam as várias dependências do complexo.[235]

Mais tarde, provavelmente dos anos de 820, temos a planta de Saint Gall que testemunha a visão de um mosteiro ideal do período carolíngio. Nesta planta já é possível identificar um claustro quadrangular a partir do qual são organizadas uma série de outras dependências. O claustro serve assim um propósito de ligação entre as várias dependências do mosteiro, organizando-as de maneira racional e eficiente. Trata-se um programa maduro e resulta do culminar de uma "longa tradição e experiência considerável".[236]

---

[231] BORGES, Nelson Correia — Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna. (Notas de Investigação). In *Museu. Revista de Arte, Arqueologia, Tradições. Publicação do Círculo Dr. José de Figueiredo*. Porto. IV Série, Nº 7, 1998, p. 34

[232] *Ibidem*, p. 34

[233] *Ibidem*, p. 34

[234] COOMANS, Thomas — *Life Inside the Cloister. Understanding Monastic Architecture*. Leuven: Leuven University Press, 2018, p. 34

[235] *Ibidem*, p.34

[236] *Ibidem*, p. 34

Uma das grandes contribuições das reformas do período carolíngio para a arquitetura monástica é exatamente a definição do claustro, servindo o propósito de delimitar o espaço fechado da vida monástica num período em que os mosteiros começavam cada vez mais a tomar dimensões muito grandes e assumir o papel de senhores feudais com grandes territórios que administrar e uma esfera de influência cada vez maior. Tendo isto em conta foi preciso criar uma área de clausura dentro do mosteiro.[237]

Também com a reforma cisterciense o claustro teve um papel de suma importância na planta cisterciense sendo que a igreja é construída no ponto mais elevado do terreno e a partir desta, as outras dependências do mosteiro eram construídas em relação a esta e ao claustro o qual envolviam. Tendo um dos lados justaposto à igreja; um que se encontra no prolongamento do transepto, chamado ala dos monges, onde se encontra a sala do capítulo no piso térreo e o dormitório no primeiro andar, paralelo a este lado ficava a ala dos conversos, onde no primeiro andar se encontrava o celeiro e por fim no lado mais longe da igreja mas paralelo a esta temos o lado onde se encontra o refeitório e a cozinha.[238]

Todas as dependências essenciais para o bem proceder dos deveres monásticos encontram-se à volta do claustro, no entanto os mosteiros cistercienses ainda tinham outras dependências dentro do recinto murado do mosteiro, como por exemplo enfermaria oficinas, forja, horta, moinhos, etc. Por fim ainda tinham uma portaria, com uma capela dos estranhos, reservada aos seculares e, nalguns casos, a hospedaria.[239]

Segundo Nelson Correia Borges, um dos elementos diferenciadores entre os claustros medievais e os renascentistas, reside no facto destes últimos serem mais abertos, já que os medievais têm os parapeitos mais elevados e vãos mais estreitos, assemelhando-se mais a janelas. Isso, ao invés dos claustros renascentistas em que é dada primazia à fruição desses espaços.[240]

---

[237] BORGES, Nelson Correia — Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna. (Notas de Investigação). In *Museu. Revista de Arte, Arqueologia, Tradições. Publicação do Círculo Dr. José de Figueiredo*. Porto. IV Série, Nº 7, 1998, p. 34

[238] *Ibidem, p.* 35

[239] *Ibidem*, p. 35

[240] *Ibidem*, pp. 35-36.

Nos primeiros claustros renascentistas portugueses encontramos um contraste de opções arquitetónicas, onde ainda é usado um modelo medieval de mais fechado, com parapeitos altos (por vezes até um metro de altura) e consequente menor abertura à livre circulação e ao ganho de luminosidade; apresentavam, contudo, já elementos da linguagem classicizante, como por exemplo, a utilização das ordens clássicas canónicas e a adoção de arcos de volta perfeita.

Vemos portanto que em Portugal, mesmo na segunda metade do século XVI, como, por exemplo no colégio de S. Jerónimo em Coimbra, no último claustro de Diogo de Castilho, em 1565, a passagem para o pátio ou jardim interior é limitada às zonas centrais do claustro "e convida a percorrer o seu perímetro"[241]. Como veremos mais adiante, o Mosteiro de Chelas enquadra-se nesse modelo. Ainda assim, "em alguns claustros de além Tejo já tinha começado a manifestar-se um novo espírito de abertura, através da redução do parapeito a simples degrau, com a conotação ambígua de ao mesmo tempo impedir e permitir a passagem."[242]

Como referido atrás, o claustro é um dos elementos mais importantes da arquitetura monástica. Essa relevância é multifacetada, pelo seu carácter funcional, mas também pela sua faceta simbólica.

Relativamente à relevância funcional, não só por constituir um elemento-chave de ligação dos vários espaços, mas também porque condiciona a organização da vida monástica, incluindo os condicionalismos de clausura.

No que diz respeito ao simbolismo do claustro, poder-se-á referir que se configura "como uma cidade sagrada, a Jerusalém celeste de que fala o Apocalipse e, ao mesmo tempo, como um microcosmo, em cujo centro se cruzavam coordenadas espaciais e temporais: as quatro ruas, orientadas segundo os pontos cardeais; o poço, tanque ou obelisco, marcando o centro do mundo. Do obelisco-fonte jorravam águas pelas quatro bocas voltadas aos pontos cardeais, numa clara alusão simbólica à Árvore da Vida, plantada no centro do Paraíso, de cujo pé corriam os quatro rios."[243]

Para Thomas Coomans a simbologia do claustro é ainda reforçada por apenas se abrir ao Céu, isto em coerência com a visão do monge, a viver na Terra, mas sempre

[241] *Ibidem,* p. 36.
[242] *Ibidem,* p. 36.
[243] *Ibidem*, p. 41

focado na vida eterna, ao lado de Deus. O claustro é, desse modo, o espaço essencial que permite conotar o mosteiro como réplica terrestre de Jerusalém Celestial.[244]

Em termos simbólicos o facto de se tratar de um "espaço fechado com uma única abertura vertical na direção do céu"[245], é deveras significativo.

a. Claustro novo do Mosteiro de Chelas

O Claustro do Mosteiro de Chelas, de dois pisos, tem uma planta aproximadamente quadrada, de 7 tramos. Em ambos os pisos, revestidos azulejo, existem pontos de comunicação com as diversas dependências monásticas, anexos, salas e gabinetes de trabalho, conforme é inerente às características funcionais dos claustros, como ponto de convergência principal entre as diversas dependências

O piso térreo é constituído por arcadas plenas, de 7 tramos, sobre colunas toscanas que se encontram em cima de um murete.[246] Esse murete é interrompido no tramo central de cada uma das alas, permitindo assim o acesso à zona central do claustro, que é ajardinada e com uma fonte no seu centro. À volta da fonte existem bancos de espaldar e floreiras, numa composição geométrica em forma de estrela; essas estruturas estão revestidas de azulejos azuis e brancos, incluindo vários motivos figurativos.[247]

O 2º piso, também conhecido como sobreclaustro[248], tem um parapeito corrido que, ao centro de cada ala, é interrompido, dando lugar a varandim com balaústres de pedra. Neste piso é patente um alpendre sustentado em colunas que assentam no parapeito.[249]

Relativamente às coberturas, temos que, atualmente, no piso térreo é em placa de betão, enquanto no segundo é em madeira. O do piso térreo era originalmente de outro material, mas não sabemos ao certo qual. No entanto, a inexistência de contrafortes indica-nos que não deveria ser em abóbada de pedra.

---

[244] "Its only opening is vertical, towards the sky. Such was the perspective of the monk, who lived on earth and aspired to the afterlife. The medieval abbey was therefore designed and experienced as a quest for perfection in the chaos of the world, and took as its reference (…) the holy city of God (…) associated simultaneously with paradise" COOMANS, Thomas — *Life Inside the Cloister. Understanding Monastic Architecture*. Leuven: Leuven University Press, 2018, p. 36.

[245] *Ibidem*, p. 36

[246] Ver figura 25.

[247] Ver figura 29.

[248] BORGES, Nelson Correia — Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna. (Notas de Investigação). In *Museu. Revista de Arte, Arqueologia, Tradições. Publicação do Círculo Dr. José de Figueiredo*. Porto. IV Série, Nº 7, 1998, pp. 38-39

[249] Ver figuras 24, 30 e 31.

O claustro novo do Mosteiro de Chelas, ao adotar uma estrutura de arcaria contínua sobre colunas, não utilizando contrafortes, aproxima-o de um modelo renascentista; não obstante, excetuando as zonas centrais de cada ala, não permite uma livre passagem para a zona central do claustro, pela existência de um murete; contudo, mesmo nesta aspeto, mais característico dos modelos medievalistas, importa ter em atenção que essa "barreira" é constituída por um murete bastante baixo, que pouco limita a luminosidade das zonas laterais. Poder-se-á assim conotar como um modelo de transição. Estes aspetos são comuns a outros claustros da época, como veremos a seguir.

Não nos foi possível encontrar nenhum outro claustro com o mesmo modelo do do Mosteiro de Chelas, pelo que teremos de fazer essa análise comparativa, selecionando alguns elementos de cada vez, procurando comparar essas diversas caraterísticas separadamente.

O claustro do Mosteiro de Chelas segue o modelo referido por Nelson Correia Borges, de "arcadas sequentes sobre colunas"[250]. Este autor identifica o claustro da Sé de Viseu, de cerca de 1528, do italiano Francisco de Cremona, como primeiro exemplo deste modelo em Portugal. Similar a esse modelo, é um outro em que em vez de colunas são utilizados pilares, sendo o pátio do Colégio do Espírito Santo, em Coimbra, um bom exemplo dessa solução. A arcaria contínua destes dois modelos, representa uma modificação conceptual importante, pela eliminação dos contrafortes, sendo coerente e sintomático com a adoção de uma linguagem renascentista.[251]

O facto das colunas (toscanas, no caso do claustro do Mosteiro de Chelas) seguirem o modelo de uma ordem específica, e ainda de apresentarem um notável rigor face ao definido para a ordem adotada, é também sintomático da aproximação ao modelo renascentista.[252]

Também é possível fazer um paralelismo entre estas soluções utilizadas no claustro do Mosteiro de Chelas, e algumas das soluções apresentadas na tratadística arquitetónica daquela época. Tal como refere Rui Lobo, a "sugestão das arcarias contínuas simples, indiciada no "*Medidas del Romano*" de Sagredo, surge abundantemente retratada na edição italiana, ilustrada, do *De Architectura* de Vitruvio,

[250] *Ibidem*, p. 37
[251] LOBO, Rui — *Santa Cruz e a Rua da Sofia. Arquitectura e Urbanismo no Século XVI*. Coimbra: EDARQ, 2006, pp. 147-148
[252] *Ibidem*, pp. 148-149

feita por Cesariano e publicada em Como em 1521".[253] Encontramos nesta edição de Cesariano ilustrações de pátios com arcarias contínuas sobre colunas.

Contrariando esta aproximação aos princípios renascentistas, observamos a manutenção do parapeito por baixo das colunas, que existia nos claustros medievais. Como refere Nelson Correia Borges, uma das características dos claustros renascentistas é a eliminação deste parapeito, seguindo um "espírito de livre fruição do espaço, convidando a entrar e a sair".[254] Não obstante, talvez por se tratar de uma obra de transição, o murete é muito baixo, minimizando o efeito de limitação visual, e mantendo ainda apenas alguma limitação nessa "fruição do espaço".

Uma particularidade do desenho da arcaria sequente do claustro do Mosteiro de Chelas é que os arcos terminam, não no eixo da coluna, mas sim sobre os extremos do capitel, criando assim um espaço entre cada arco. Esta solução, em que os arcos propriamente ditos são tratados como uma continuação dos ábacos, cria um efeito visual de continuidade de uma sequência ábaco/arco/ábaco/arco.[255] Esta solução também foi adotada no pátio do colégio da Graça, em Coimbra, ainda que sem um efeito visual tão marcante, devido à quebra entre cada tramo, induzida pela existência de contrafortes que dividem esses espaços, limitando a sensação de fluência dinâmica.

Esse jogo de formas entre o ábaco e o arco, acaba por ser uma maneira de dar um certo dinamismo ao espaço, numa solução global em que a nota dominante é um certo minimalismo formal, reduzindo ao extremo o recurso à ornamentação, e como alternativa, fazendo um uso criativo das formas da linguagem clássica.

Esta interpretação é coerente com o conceito desenvolvido por Kubler: "A arquitectura chã portuguesa corresponde à atitude experimental dos arquitectos formados na teoria do Renascimento, que se atreveram a desrespeitar os seus preceitos a fim de obterem uma construção útil e económica. As suas primeiras manifestações surgem associadas à arquitectura militar e ligadas aos movimentos religiosos de Reforma, que se opunha ao declínio da vida monástica. O racionalismo e a austeridade foram as linhas

[253] *Ibidem*, pp. 150-151
[254] BORGES, Nelson Correia — Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna. (Notas de Investigação). In *Museu. Revista de Arte, Arqueologia, Tradições. Publicação do Círculo Dr. José de Figueiredo*. Porto. IV Série, Nº 7, 1998, pp. 35-36.
[255] Ver figura 24.

mestras iniciais, persistindo mesmo através dos reinados financeiramente desequilibrados de D. Sebastião e do Cardeal-Rei"[256].

Ainda outro elemento relevante é o facto da porta do claustro para o dormitório ter uma linguagem absolutamente classicizante, com pilastras de caneluras encimadas por entablamento com uma arquitrave e rematado por cornija. Inclui a seguinte inscrição: "GLORIA TIBI TRINITAS".[257]

A circunstância de não ter contrafortes deve-se à cobertura não ser abobadada em pedra, apesar de não se saber com exatidão como ela seria, por ter sido alterada posteriormente.

Relativamente ao segundo piso do claustro do Mosteiro de Chelas, é resolvido em travejamento de madeira, sendo que, em Portugal, o primeiro exemplar desta solução deverá ter sido no claustro afonsino do Mosteiro da Batalha. Veio depois a ser profusamente adotado, com variações maioritariamente relacionadas com os balaústres e os parapeitos – no caso de Chelas, foi adotada uma solução que combina a utilização do parapeito com uma pequena balaustrada no centro de cada ala.

As colunas do piso superior apresentam um cesto alto, mas liso, marcado apenas por uma gola, e com o ábaco rodado a 90 graus, com lados côncavos. Este tipo de solução é encontrado em mais alguns exemplos em Portugal, tendo como possível primeiro exemplo de utilização a igreja do conventinho de Valverde. Também se encontram em algumas igrejas-salão alentejanas como, nomeadamente, a paroquial de Santo Antão de Évora, e a igreja matriz de Veiros. Manuel Branco aponta que esta escolha de capiteis se pode dever à "seriedade e simplicidade dum convento franciscano"[258], tal como era o conventinho. Também o Mosteiro de Chelas, no processo de reforma em que esta campanha de obras foi feita, assumia esses como valores intrínsecos à sua existência.

Como se pode ver nesta análise, o claustro novo do Mosteiro de Chelas é uma obra feita encarnando o espírito da reforma que o condicionou nos anos quarenta do século XVI, tendo-se isso expressado na desornamentação que apresenta, na escolha do

[256] KUBLER, George — *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes. 1521-1706*. Lisboa: Vega, 1988, p. 172

[257] Ver figura 35.

[258] BRANCO, Manuel J. C. — A Fundação da Igreja do Bom Jesus de Valverde e o Tríptico de Gregório Lopes. In A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal. Nºs 71-76. Anos XLV-L. (1988-1993), p. 49.

revestimento em cal, em vez de pedraria. Também é um bom exemplo do conceito de hibridismo explorado pelo historiador de arte Peter Burke[259], uma vez que já apresenta linguagem classissizante, através da utilização das ordens clássicas, da arcaria contínua, mas apresentando ainda algumas características mediavilizantes como a adoção dum murete por baixo das colunas do piso térreo.

v. Campanha de 1604

A campanha de 1604 é referida pela maior parte dos autores que escreveram sobre o Mosteiro de Chelas, como uma das maiores e mais importantes campanhas da história do mosteiro.

Vilhena de Barbosa inclui-a na enumeração que faz das "pricipaes obras de reconstrucção [que se fizeram no mosteiro] depois da fundação da monarchia". Referindo ainda que a obra foi feita "pela ordem, sendo prioreza D. Luiza de Noronha, no anno de 1604".[260]

Também Eduardo Sucena refere esta obra acentuando a sua importância, ao dizer que "[n]ovas e profundas obras foram realizadas no convento em 1604, sendo arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro e prioresa D. Luísa de Noronha".[261]

Nenhum destes autores refere com exatidão de onde tiraram essas informações, sem ser no que diz respeito às inscrições epigráficas que se encontram junto às capelas, e que foram aí colocadas durante essa campanha. No entanto, foi-nos possível localizar algumas fontes que nos parece serem as principais que documentam esta campanha.

A primeira referência que temos é exatamente do ano de 1604, e trata-se de um relato escrito por Manuel Severim Faria, respeitante a uma visita que fez ao mosteiro a 14 de junho desse ano.[262] A segunda fonte é a obra do Capitão Luís Marinho de Azevedo, datada de 1652, *Primeira Parte da Fundação, Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne*

[259] BURKE, Peter — *Hybrid Renaissance. Culture, Language, Architecture*. Budapest/New York: Central European University Press, 2016.
[260] BARBOSA, Inácio de Vilhena — "Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)", *Archivo Pittoresco*, vol. VII, Lisboa, Typographia de Castro & Irmão,1864, p. 375
[261] SUCENA, Eduardo, "O Vale e o Convento de Chelas" in *Arqueologia & História*, vol. 58|59, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2006|2007, p. 175
[262] FARIA, Manuel Severim de — Memoria da casa de Jasus de Chellas das conegas regrantes de Sant'Agostinho a 14 de Junho de 1604. In *Miscellanea Litteraria. Notas, Lembranças, etc. Obras, Tomo 140*. 1598-1625. Ver documento 17.

Cidade de Lisboa (...).[263] A terceira referência advém do Livro XII da Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho, de P. D. Nicolau de Santa Maria, de 1668.[264]

1. Problemática da datação

Segundo Manuel Severino de Faria[265], devido às freiras e ao arcebispo D. Miguel considerarem que a igreja, e principalmente a capela-mor, já estaria muito envelhecida, decidiram que a capela fosse construída de novo, com grande perfeição e segundo a ordem dórica, usando mármores e pedra jaspe. Atendendo a ser um documento de 1604, que reflete o que foi observado nessa sua visita, e que já descreve os detalhes do que foi feito nessa campanha, parece crível que as obras já estivessem concluídas nessa data, sendo provável que elas tivessem sido começadas em data anterior a 1604.

Segundo P. D. Nicolau de Santa Maria[266], terá sido D. Luísa de Noronha quem ordenou que fosse feita a transladação das duas arcas de pedra, que tinham as relíquias dos Santo Mártires São Félix, Santo Adrião e seus companheiros, para cima dos altares colaterais. Refere ainda que esta transladação se fez, com grande aparato e solenidade em 1 de agosto de 1604. Sendo esta última ação o que parece ser a última fase dessa campanha, parece poder-se dizer que as obras já estariam então concluídas, sendo verosímil que tivessem eventualmente começado em data anterior a 1604.

No documento de P. D. Nicolau de Santa Maria, é ainda mencionado que em 1604, ainda que sem indicação da data exata, foi descoberta uma pedra de seis palmos de comprimento, por três de largura, atrás da capela-mor do Mosteiro de Chelas, com inscrições epigráficas.

---

[263] AZEVEDO, Luiz Marinho de — *Fundaçam, Antiguidades, e Grandezas da muy insigne Cidade de Lisboa, Primeira Parte*. Lisboa, Oficina de Domingos Rodrigues, 1753, Livro II, Capítulo VI.

[264] MARIA, D. Nicolau de Santa — *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho (...)*, Lisboa: Officina de Joam da Costa, 1668, livro XII

[265] FARIA, Manuel Severim de — Memoria da casa de Jasus de Chellas das conegas regrantes de Sant'Agostinho a 14 de Junho de 1604. In *Miscellanea Litteraria. Notas, Lembranças, etc. Obras, Tomo 140*. 1598-1625.

[266] MARIA, D. Nicolau de Santa — *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho (...)*, Lisboa: Officina de Joam da Costa, 1668, livro XII

Também o Capitão Marinho de Azevedo refere[267] que se encontraram pedras com inscrições epigráficas, durante as obras na capela-mor; contudo, atribui como data da sua descoberta, 1603, levando assim a concluir-se que, pelo menos nessa data, já estariam em curso essas obras, contrariando que só tivessem começado em 1604.

Tendo em conta que os anos noventa do século XVI foram um período muito prolífico em campanhas de obras no Mosteiro de Chelas, conforme referido anteriormente, com obras documentadas no claustro e no dormitório, abrimos a possibilidade de que as obras na igreja possam ainda ter começado nessa altura. Corroborando isso, ainda o facto de aquando da visita de Manuel Severim de Faria, em 14 de junho de 1604, até já as lápides que registavam a realização dessas obras lá estavam, tendo até transcrito o seu conteúdo para o documento que regista a visita, conforme o seguinte trecho, que parece confirmar estarem portanto já antes do final do primeiro semestre de 1604 concluídas: "Esta casa se rehedificou em tempo do illustrissimo D. Miguel de Castro arcebispo de Lixboa".[268]

2. Mosteiro de Chelas e o mito fundador de Lisboa

Desde cedo que se desenvolveu um mito fundador de que Ulisses seria o responsável pela fundação da cidade de Lisboa, havendo referências medievais a este mito, como em "A Conquista de Lisboa aos Mouros, Relato de um Cruzado: DE EXPUGNATIONE LIXBONENSI"[269], e na Crónica Geral de Espanha de 1344[270].

No século XVI encontramos a primeira referência de Aquiles e Chelas no contexto do mito ulissiano da fundação da cidade de Lisboa. Esta ideia também aparece na obra "Libro Primero del Espejodel Principe Christiano" de Francisco de Monzón[271]. Como já foi referido anteriormente, este autor foi professor de teologia nas universidades de Lisboa

[267] AZEVEDO, Luiz Marinho de — *Fundaçam, Antiguidades, e Grandezas da muy insigne Cidade de Lisboa, Primeira Parte*. Lisboa, Oficina de Domingos Rodrigues, 1753, Livro II, capítulo VI, p. 136
[268] FARIA, Manuel Severim de — Memoria da casa de Jasus de Chellas das conegas regrantes de Sant'Agostinho a 14 de Junho de 1604. In *Miscellanea Litteraria. Notas, Lembranças, etc. Obras, Tomo 140*. 1598-1625. Ver documento 17.
[269] *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado. De expugnatione Lyxbonensi*. 3ª Edição. Lisboa: Nova Vega, 2018, p. 55
[270] CINTRA, Luís F. Lindley (ed. crit.) — *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1951.
[271] Por vezes o nome do autor também aparece escrito como Monçon.

e de Coimbra, e capelão e pregador de D. João III e de D. Sebastião. Esta obra foi editada em 1544, com o intuito de educar o príncipe D. João (filho de D. João III e pai de D. Sebastião), sendo depois reeditado em 1571 numa edição revista e ampliada, com o objetivo de educar D. Sebastião.

Segundo Monzón, Tétis, ninfa mãe de Aquiles, sabendo da profecia que o seu filho iria morrer na guerra de Troia, esconde-o no Templo de Vestais em Chelas, no local onde viria a ser construído o Mosteiro de Chelas, sendo contudo depois descoberto por Ulisses.

Durante o período da dinastia filipina começou-se a observar a criação de obras literárias que promovessem a imagem de Lisboa, enaltecendo a cidade, em resposta a uma certa secundarização a que tinha sido remetida nesse período.

Como exemplos disso, podemos referir as obras *Do Sítio de Lisboa*, publicada em 1608 por Luís Mendes de Vasconcelos., ou o *Livro das Grandezas de Lisboa* de Frei Nicolau de Oliveira, publicado em 1620, onde, como é referido por Fernando Castelo Branco, "a génese da obra, ligada intimamente – mais uma vez – à rivalidade de Lisboa e Sevilha, foi, segundo o seu autor, mostrar como a capital portuguesa suplantava a sua rival espanhola, não na sua história, mas nas 'suas grandezas, diferenças de edifícios, ruas, casarios, e cerco de seus muros, e arrabaldes', o que explica o carácter descritivo enaltecedor do texto"[272]. Também António Coelho Gasco escreve na década de vinte do século XVII a obra *A Primeira Parte das Antiguidades da Mui Nobre Cidade de Lisboa, Império do Mundo e Princesa do Mar Oceano*. Nesta obra, o autor agrega essa fundação ulissiana de Lisboa, já introduzindo Aquiles e o Templo de Vestais e o futuro Mosteiro de Chelas, demonstrando que as ideias de Monzón tinham tido aceitação.

Esta versão dos acontecimentos, que liga a cidade de Lisboa aos dois heróis gregos, Ulisses e Aquiles, terá tido alguma aceitação por parte dos intelectuais da época, num ambiente cultural em que existia interesse na ligação do passado histórico da cidade à antiguidade clássica.

Como exemplo disso, temos o relato atrás referido, que Manuel Severim de Faria fez, em que, baseando-se nas descobertas arqueológicas encontradas durante a campanha dita de 1604, relata essa mesma origem mítica de Lisboa, ligada a Chelas.

[272] BRANCO, Fernando Castelo — *Breve História da Olisipografia*. Lisboa: Instituto de Cultura Português, 1980, p. 15.

Também é importante referir a obra de 1652 do capitão Luís Marinho de Azevedo[273], *Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa*, onde é relatada a versão do mito fundador de Lisboa de Monzón, em que o próprio capitão Marinho de Azevedo refere que o objetivo dele é providenciar fundamentos para sustentação deste relato. A fundamentação apresentada, pelo menos em parte, é coincidente com as descobertas arqueológicas anteriormente referidas, e em inscrições epigráficas, também datadas dessa campanha.

Aquando da campanha dita de 1604, como já foi referido anteriormente, foram feitas algumas descobertas arqueológicas que foram na altura interpretadas como prova desse tal passado mítico e foram colocadas várias placas com inscrições epigráficas, onde é relatada essa ligação do mosteiro a um passado mitológico. Isso parece indicar que haveria vontade, da parte do encomendador, principalmente do que é referido nas placas, o arcebispo D. Miguel de Castro, de reforçar essa narrativa e ligar definitivamente o Mosteiro de Chelas a essas figuras da Antiguidade Clássica. Este objetivo acaba por se concretizar, uma vez que a maior parte dos relatos sobre a história do Mosteiro de Chelas, nos séculos seguintes citam sempre essa origem ligada a um templo de Vestais e à figura de Aquiles. Tendo em conta a colocação das placas, abrimos a possibilidade de que a campanha dita de 1604 tenha tido como motivação o enaltecimento do estatuto do mosteiro, e por maioria de razão de Lisboa.

d. Campanhas Setecentistas e Extinção Oitocentista do Mosteiro

i. Terramoto de 1755

O terramoto de 1 de novembro de 1755 foi um acontecimento que marcou definitivamente a cidade de Lisboa, do ponto de vista urbanístico, pela vasta destruição que provocou, levando desse modo a que, como consequência da sua ocorrência, se desenvolvesse uma importante alteração na estrutura urbanística. Não menos relevante, para o foco da análise que estamos a desenvolver, são os danos, em maior ou menor escala, nos edifícios, sendo por isso um evento que marca o património da zona de Lisboa.

[273] AZEVEDO, Luiz Marinho de — *Fundaçam, Antiguidades, e Grandezas da muy insigne Cidade de Lisboa, Primeira Parte*. Livro II capítulo I. Lisboa, Oficina de Domingos Rodrigues, 1753, p. 124

Também no que diz respeito ao Mosteiro de Chelas, são atribuídos danos que são identificados como decorrentes do terramoto. A historiografia referente ao mosteiro costuma atribuir-lhe danos de variada magnitude.

Inácio de Vilhena de Barbosa escreve, no século XIX, que o terramoto "causou bastante ruina na egreja e mosteiro" e que houve uma campanha de obras "para reparar os estragos do terremoto", com o auxílio do governo, entre 1756 e 1757.[274]

Também Eduardo Sucena refere que "[o] terramoto do 1º Novembro de 1755 provocou importantes danos no convento e na igreja, implicando mais uma campanha de obras, que decorreu de 1756/7 até, pelo menos, 1780."[275]

Já na ficha de inventário SIPA sobre o mosteiro é referido que no dia do terramoto "o conjunto sofreu alguns danos, nomeadamente a igreja, que ficou bastante danificada". Acrescentam ainda, referente a 1757, o seguinte: "reconstrução total da igreja, à exceção da fachada, e enriquecida de talha e feitura de um amplo coro; o Arcebispo D. Miguel de Castro, responsável por algumas das obras realizadas, mandou colocar as relíquias em arcas doadas por D. Isabel Scota, junto à capela do Nascimento, sobre um portal onde é invocada a proteção dos Mártires;".[276] No que diz respeito às obras cuja responsabilidade é atribuída ao Arcebispo D. Miguel de Castro, parece-nos existir alguma inconsistência nesta informação, já que essa obra, como referido anteriormente no capítulo respetivo, é relatada em 1604 por Manuel Severim de Faria.

Vilhena de Barbosa e Eduardo Sucena não referem as fontes que sustentam a tese de que a igreja e o convento foram bastante afetados pelo terramoto. Também na ficha do SIPA, existe a referência à igreja, dizendo "que ficou bastante danificada", mas também aqui, sem especificar as fontes dessa afirmação. Assim, porque não existem fontes referenciadas, não é possível confirmar se essas afirmações têm credibilidade.

Consultando as "Memórias Paroquiais", e o "Mappa de Portugal" (1745-58) de João Baptista de Castro, não nos foi possível encontrar qualquer referência a danos ocorridos no Mosteiro de Chelas, aquando do terramoto.

No entanto, ao consultar as "Memorias curiosas no anno 1778" do Padre António do Sacramento, na "Memoria XV", é referido que "Todos os mais conventos e mosteiros

[274] BARBOSA, Inácio de Vilhena — "Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)", *Archivo Pittoresco*, vol. VII, Lisboa: Typographia de Castro & Irmão,1864, p. 375.
[275] SUCENA, Eduardo, "O Vale e o Convento de Chelas" in *Arqueologia & História*, vol. 58|59, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2006|2007, p. 176.
[276] Ficha de Inventário do SIPA sobre o Mosteiro de Chelas. (consultado a 15 de Julho de 2022)

que estaõ fundados desde a Madre de Deos até Marvilla e Chéllas naõ experimentaraõ mayores ruinas; e alguns resentimentos que tiveraõ seus edifficios se remediaraõ com poucas despezas, embora (?) [sic] tempo. Alguns contemplativos se deixaraõ dizer que huns tantos conventos e mosteiros naõ padeceraõ ruínas consideraveis, porque os seus habitadores eram reformados nas vidas e costumes. Contudo muitas noites dormiraõ fora dos seus cobiculos nas sêrcas, com temor de repetidos tremores que assustaraõ a todos por alguns tempos."[277]

Atendendo a esta citação, e tendo em conta que em Chelas não existia outro mosteiro, poder-se-á concluir que o Padre António do Sacramento se referia ao Mosteiro de Chelas, e ainda que este não teria sofrido "mayores ruinas". Mais se poderá ainda considerar que o facto de essas "memorias" datarem de 23 anos após o terramoto, permitia que a memória não fosse demasiado longínqua, conferindo credibilidade ao por ele referido.

Apesar de tudo isto, não nos parece inverosímil que tenha ocorrido uma obra na igreja do Mosteiro de Chelas por essa altura, principalmente no que diz respeito ao coro, já que Luiz Gonzaga Pereira refere, em 1833, que foi mandado fazer pelo rei D. José I, descrevendo-o como "um coro tão grande e magestozo, que não há talvez no reino".

No entanto, tendo em conta que o coro alto e parte da igreja foram destruídos num incêndio, no primeiro quartel do século XX, ocorrido na antiga Fábrica da Pólvora, que se localizava na antiga cerca do mosteiro, e que se alastrou à igreja, é-nos impossível confirmar essa possibilidade de esse coro alto ter sido construído nessa altura.[278]

ii. Extinção do Mosteiro

Em 1833, segundo Luís Gonzaga Pereira, a igreja tinha uma capacidade para 600 fiéis, e possuía seis capelas, incluindo a capela-mor e duas capelas com as relíquias dos Santos mártires. Nalgumas das capelas havia retábulos pintados em madeira, que segundo Luís Gonzaga Pereira seriam de estilo da escola de Grão Vasco. Continuando a descrição,

[277] SACRAMENTO, António do — *Memorias curiosas em que, por estes annos de 1778, se acham as principaes cousas da corte de Lisboa*. Lisboa: Tombo Histórico, 1929.
[278] BORGES, Marcelo Hernâni de Teves — *Proposta de Musealização do Convento de Chelas*. Lisboa, 2020. Dissertação de Doutoramento, pp. 136-137.

teria ainda "na sachristia há dous quadrinhos de santos da Ordem de St.ª Thereza, que são insignes; todo o corpo da Igreja, o grandioso coro, são forrados de quadros com bellas molduras."[279]

Além disso, e segundo o mesmo documento, a igreja e capelas também apresentariam talha dourada.

Em consequência da guerra civil, em que as ordens religiosas e os conventos tinham apoiado D. Miguel, com a derrota deste, o objetivo de cortar os apoios ao absolutismo, e primazia de um estado laico, criou condições para que, a 1 de agosto de 1833 fosse constituída a Comissão da Reforma Eclesiástica.

Logo nos dias seguintes foram tomadas diversas decisões, e num Decreto de 5 de agosto de 1833 é proibida toda e qualquer admissão "*a Ordens Sacras, e a Noviciados Monásticos de qualquer Instituto*".[280]

Em 30 de maio de 1834, um novo Decreto estabelece a extinção de todas as casas religiosas, ainda que com uma nuance – no caso das masculinas, são imediatamente extintas, sendo que após a sua supressão, os edifícios e cerca passavam imediatamente à posse da Fazenda Nacional, havendo ainda a inventariação dos bens. Relativamente às casas religiosas femininas, é permitido que se mantenham em funcionamento, enquanto ainda lá existirem religiosas. Ainda que não existisse nenhuma lei que indicasse de forma explícita a sua extinção por morte da última religiosa professa, pelo facto do Decreto de 1833 impedir a admissão de noviças, essa extinção estava implicitamente assumida, já que por deixar de ter qualquer religiosa, acabava por estar tacitamente implícita a extinção da casa conventual.[281]

No decurso desse processo, em que a extinção efetiva das casas conventuais femininas acabou por se arrastar ao longo de várias décadas, a 21 de julho de 1857 é emitida uma portaria, por parte do Ministério dos Negócios Eclesiásticos, estabelecendo a obrigatoriedade de realização de inventários pormenorizados de todos os bens dos conventos das religiosas, ainda em funcionamento.[282]

---

[279] PEREIRA, Luís Gonzaga — *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Of. Gráf. da Biblioteca Nacional, 1927, p. 283

[280] SILVA, Hélia; MÉGRE, Rita; LOURENÇO, Tiago Borges — Lisboa dos Conventos. Permanências e Metamorfoses. In SEIXAS, João — *Projecções de Lisboa. Utopias e Estratégias para uma Cidade em Movimento Perpétuo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2018, p.100

[281] *Ibidem*, p.102

[282] *Ibidem*, p.102

No caso do Mosteiro de Chelas, esse inventário foi realizado entre os dias 15 e 17 de dezembro de 1858 – inventário de bens de raiz do mosteiro, onde o edifício é avaliado em 10 contos de reis, atendendo a que a sua avaliação, como conjunto edificado era de 18 contos de reis, mas pelo seu estado de degradação era desvalorizado em 8 contos de reis.[283]

Segundo informação do inventário de extinção, sabe-se da existência de casas de privados que, apesar de terem acesso pela mesma "porta de serventia", não foram incluídos nesse valor de inventário do edifício (de 10 contos de reis); nomeadamente, "A Casa que fica por sima da Sacristia do Convento que pertence à Casa do Marquez de Niza, por ter sido mandada fazer por seus antessessores, para terem recolhidas seculares, pessoas da sua familia".[284]

Deste inventário constam ainda outros elementos relativos a cinco propriedades, onde existem horta e pomar, sendo avaliados em oito centos mil reis.

Entre 18 e 27 de dezembro desse mesmo ano de 1858, é feito o inventário dos títulos de crédito público e das escrituras de empréstimos feitos com fundos – tratava-se de 33 elementos no valor de cinquenta e um contos de reis e seiscentos e setenta e três mil e oitocentos e quarenta reis (51:673$840).[285]

Entre 24 e 29 de janeiro de 1859, é feito o inventário das alfaias e mais objetos preciosos, móveis, livros, impressos e manuscritos e dinheiro.

Esse inventário geral, com as três fases indicadas, foi dado como terminado no dia 29 de janeiro de 1859.

Em 1859, mas 18 de setembro, foi feita a relação nominal das residentes que ainda existiam no Mosteiro – eram já só 13 residentes, entre 6 pupilas e 7 criadas.

Em 13 de junho de 1878, por morte da última religiosa professa, Maria Augusta de São José, o Mosteiro de Chelas é extinto.[286]

[283] Ficha de Inventário do LxConventos sobre o Mosteiro de Chelas (consultado a 18 de Julho de 2022)
[284] ANTT, Ministério das Finanças, Convento de São Félix de Chelas de Lisboa, Cx. 1996 a 1999, f. 1981. Apud Ficha de Inventário do LxConventos sobre o Mosteiro de Chelas (consultado a 18 de Julho de 2022)
[285] Ficha de Inventário do LxConventos sobre o Mosteiro de Chelas (consultado a 18 de Julho de 2022)
[286] Ficha de Inventário do LxConventos sobre o Mosteiro de Chelas (consultado a 18 de Julho de 2022)

3. Conclusão

O Mosteiro de Chelas é um importante exemplo da arquitetura religiosa portuguesa. Durante o período do domínio islâmico da Península Ibérica foi um importante centro da comunidade moçárabe de Lisboa. Desde a conquista de Lisboa, foi quase constante a sua ligação com a casa real portuguesa. Mais tarde, a partir do século XVI, viu a sua origem ligada a um passado mitológico comum à da própria cidade de Lisboa.

A relevância da investigação e análise da sua evolução prende-se ainda com o facto de sempre ter estado, além da intrínseca ligação ao clero, muito próximo da casa real e da nobreza – ao estudarmos o Mosteiro de Chelas conseguimos perceber melhor o ambiente social que o rodeou ao longo dos séculos, já que na análise dos documentos que testemunham a sua evolução, encontramos informações que nos ajudam a compreender a evolução da própria sociedade onde estava inserido.

Foi possível perceber, ao longo da investigação, a importância que o século XVI teve na vida conventual, nomeadamente por ter sido aí que as reformas pré-tridentinas chegaram ao Mosteiro de Chelas. Essas reformas das ordens religiosas também influenciaram as campanhas de obras, já que procuraram condicionar as soluções arquitetónicas, de modo a favorecer o recolhimento, o silêncio e a clausura, limitando fortemente o contacto das religiosas com o mundo exterior.

Pudemos desse modo entender melhor o motivo de determinadas opções arquitetónicas, e mesmo o enquadramento da escolha de materiais, de soluções, nomeadamente a nível do claustro novo, que já adotou uma linguagem classicizante.

Julgamos, através da documentação inédita que pesquisámos, ter conseguido abrir novos horizontes na continuação da investigação deste importante edifício da arquitetura religiosa, que ainda hoje se apresenta veículo para albergar de forma adequada outras utilizações coletivas, ainda que já de âmbito não religioso.

Finalmente gostaria de realçar que o trabalho constante desta dissertação não esgota o que existe para investigar sobre o Mosteiro de Chelas, servindo mais como um contributo para procurar preencher a lacuna de informação referente ao século XVI. Assim, principalmente sobre os séculos XVIII e XIX ainda existe pouca produção historiográfica. Não obstante, procurou-se apresentar uma visão global do percurso do

Mosteiro de Chelas, ainda que a preocupação de encontrar e acrescentar novas e sustentadas informações se tenha, como já referido, focado no século XVI.

4. Fontes e Bibliografia

Lista de Abreviaturas

ANTT – Arquivo Nacional/Torre do Tombo

AML-AH – Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico

m. – Maço

p. – página

pp. – páginas

Fontes Manuscritas

AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de D. Manuel I, doc. 56 (antigo 57)

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 87, nº 1725.

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1544

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, nº 1588

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 83, nº 1645

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 84, nº 1677

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1554

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 86, nº 1713

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 77, nº 1516

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1542

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 82, nº 1634

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 81, nº 1601

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, nº 1596

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, nº 1591

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, nº 1593

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, nº 1598

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 82, nº 1632

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, nº 1583

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, nº 1553

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 84, nº 1665

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 86, nº 1704

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 81, nº 1612

ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 82, nº 1637
ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 85, nº 1693
ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 79, nº 1565
ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, nº 1592

Fontes Publicadas

AZEVEDO, Luiz Marinho de — *Fundaçam, Antiguidades, e Grandezas da muy insigne Cidade de Lisboa, Primeira Parte*. Lisboa: Oficina de Domingos Rodrigues, 1753.

BRANDÃO, António — *Monarquia Lusitana. Volume 3*. *Livro X*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973, cap. 36, pp. 186v.-188v.

CARDOSO, Jorge — *Agiologio Lusitano (...). Tomo I*. Lisboa: Officina Craesbeekiana, 1652.

CINTRA, Luís F. Lindley (ed. crit.) — *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1951.

A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado. De expugnatione Lyxbonensi. 3ª Edição. Lisboa: Nova Vega, 2018

CUNHA, D. Rodrigo da — *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, Parte II, Capítulo XXXVIII, Lisboa: 1642.

Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livro de Reis. Volume IV, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1959

FARIA, Manuel Severim de — Memoria da casa de Jasus de Chellas das conegas regrantes de Sant'Agostinho a 14 de Junho de 1604. In *Miscellanea Litteraria. Notas, Lembranças, etc. Obras, Tomo 140*. 1598-1625.

MARIA, D. Nicolau de Santa — *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho (...)*, Lisboa: Officina de Joam da Costa, 1668.

MÁRTIRES, D. Fr. Timóteo dos — *Crónica de Santa Cruz. Tomo I*. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1955.

MÁRTIRES, D. Fr. Timóteo dos — *Crónica de Santa Cruz. Tomo III*. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1960.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de — *Lisboa em 1551. Sumário*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

OLIVEIRA, Frei Nicolau de — *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega, 1991.

SACRAMENTO, António do — *Memorias curiosas em que, por estes annos de 1778, se acham as principaes cousas da corte de Lisboa*. Lisboa: Tombo Histórico, 1929.

SOUSA, Frei Luís de — *Primeira Parte da História de S. Domingos*, vol. I, Capítulo XXXIII, 3.a edição, Lisboa: Typografia do Panorama, 1866.

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge — *Portugal Romano*. 3ª edição. Lisboa: Verbo, 1983.

ALARCÃO, Jorge — *Roman Portugal. Vol. II. Fasc. 2. Coimbra & Lisboa*, Warminster: Aris & Phillips ldt, 1988.

ALVES, José da Felicidade — *Peregrinação pelas Igrejas de Lisboa. Tomo II. As Igrejas Medievais (1147-1495)*. Lisboa: CEHR, 2020.

ANDRADE, Maria Filomena — *O Mosteiro de Chelas. Uma Comunidade Feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*. Cascais: Patrimonia, 1996.

ANDRADE, Maria Filomena — Opções Religiosas das Elites Lisboetas: O Convento de Chelas no Século XV. In *Lisboa Medieval: os Rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

BARBOSA, Inácio de Vilhena — "Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)", *Archivo Pittoresco*, vol. VII, Lisboa: Typographia de Castro & Irmão,1864, pp. 374-376.

BARROCA, Mário — *Epigrafia Medieval Portuguesa. 862-1422. Volume 2. Tomo 1*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BEACH, Alison Isdale; JUGANARU, Andra — The Double Monastery as a Historiographical Problem (Fourth to Twelfth Century). In BEACH, Alison Isdale and COCHELIN, Isabelle (eds.), *The Cambridge History of Medieval Monasticism in the Latin West*, Cambridge: Cambridge University Press, 2020, p. 561- 578

BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon — *Religions of Rome. Volume I. A History*, Cambridge: Cambridge University Press, 1998

BORGES, Nelson Correia — Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna. (Notas de Investigação). In *Museu. Revista de Arte, Arqueologia, Tradições. Publicação do Círculo Dr. José de Figueiredo*. Porto. IV Série, Nº 7, 1998, pp. 31-59.

BRANCO, Fernando Castelo — *Breve História da Olisipografia*. Lisboa: Instituto de Cultura Português, 1980.

BRANCO, Manuel J. C. — A Fundação da Igreja do Bom Jesus de Valverde e o Tríptico de Gregório Lopes. In *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal*. Nºs 71-76. Anos XLV-L. (1988-1993), pp. 39-71.

BRANCO, Maria João V. — Introdução. A Conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida. In *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado.* 3ª Edição. Lisboa: Nova Vega, 2018, pp. 9-53.

BRAUNFELS, Wolfgang — *Monasteries of Western Europe. The Architecture of the Orders*. Princeton: University Press, 1972.

BURKE, Peter — *Hybrid Renaissance. Culture, Language, Architecture*. Budapest/New York: Central European University Press, 2016.

CALDEIRA, Arlindo Manuel — *Mulheres Enclausuradas. As Ordens Religiosas Femininas em Portugal Durante os Séculos XVI a XVIII*. Alfragide: Casa das Letras, 2021.

CARITA, Helder — *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna. 1495-1521*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

COELHO, António Borges — O Domínio Germânico e Muçulmano. In MOITA, Irisalva (coord.) — *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. pp. 75-88

COOMANS, Thomas — *Life Inside the Cloister. Understanding Monastic Architecture*. Leuven: Leuven University Press, 2018.

DIAS, J. S. da SILVA — *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal. Séculos XVI a XVIII. Volume I*. Coimbra: Inst. Estudos Filosóficos, 1960.

DIAS, Pedro — *Arte Portuguesa da Pré-História ao Século XX. A Arquitectura Manuelina*. Vila Nova de Gaia: Fubu, 2009.

FERNANDES, Maria de Lurdes C. — Francisco Monzón, Capelão e Pregador de D. João III e de D. Sebastião. In *Lusitania Sacra, 2.ª Série, Tomo 3* (1991), pp. 39-70.

FERNANDES, Paulo Almeida — Visigótico ou Moçárabe? O Núcleo da Alta Idade Média. In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela (coord.) — *Construindo a Memória. As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005. pp. 264-293

FERNANDES, Paulo Almeida — Os Moçárabes de Lisboa e a sua Importância para a Evolução das Comunidades Cristãs Sob Domínio Islâmico. In *Lisboa Medieval: os Rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 71-83.

FERNANDES, Paulo Almeida — "O Mosteiro Baixo-Medieval de Chelas: Interrogações a respeito de uma observância mendicante" in GOMES, Ana Cristina

Costa; MOURÃO, José Augusto; FRANCO, José Eduardo; SERRÃO, Vítor (coord.) — *Monjas Dominicanas. Presença, Arte e Património em Lisboa*. Lisboa: Aletheia, 2008. pp.19-35;

FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de — "Antiguidades Romanas de Chellas" *Revista Archeologica e Historica*, vol. IV, nº 1, Lisboa, Janeiro 1890, pp. 1,15, 30, 37,126 e 128.

GARCIA, José Manuel; Jacquinet, Maria Luísa — Os Conventos Femininos de Clausura em Lisboa. In *Sigila. Revista Transdisciplinar Luso-Francesa sobre o Segredo*. Paris. Nº 34 (Outono-Inverno 2014), pp. 97-117.

GOMES, Paulo Varela — Aspectos do Classicismo na Arquitectura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII. In *14,5. Ensaios de História e Arquitectura*. Lisboa: Almedina, 2007, pp. 113-134

KUBLER, George — *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes. 1521-1706*. Lisboa: Vega, 1988.

LEAL, Pinho — *Portugal Antigo e Moderno. Diccionário Geográphico, Estatístico, Chorographico (...). Vol. II*. Lisboa: Livr. Ed. de Mattos Moreira & Companhia, 1874.

LEHFELDT, Elizabeth A. — *Religious Women in Golden Age Spain. The Permeable Cloister*. Hampshire/Burlington: Ashgate Publishing, 2005.

LOBO, Rui — *Santa Cruz e a Rua da Sofia. Arquitectura e Urbanismo no Século XVI*. Coimbra: EDARQ, 2006.

LOPES, Victor Sousa — *Azulejos. Grande Painel da História*. Lisboa: Guerra e Paz Editores, 2021

MACÍAS, Santiago — Resenha dos factos políticos. In MATTOSO, José (coord.) — *História de Portugal. Volume 1. Antes de Portugal*. Edição Comemorativa XX Aniversário. Maia: Círculo de Leitores, 2013, pp. 463-479.

MARTINS, Miguel Gomes — *1147. A Conquista de Lisboa na Rota da Segunda Cruzada*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017.

MATTOSO, José — "Monaquismo" *in Dicionário de História Religiosa de Portugal,* vol. 3, Carlos Moreira de Azevedo (dir.), Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 255-258.

MOITA, Irisalva — Chelas. In *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa. Volume 5*, Lisboa: Livros Horizonte 2007, p. 147-150

PEDREIRINHO, José Manuel — *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal do Século I à Actualidade*. 2ª Edição. Porto: Afrontamento, 2017.

PEREIRA, Luís Gonzaga — *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Of. Gráf. da Biblioteca Nacional, 1927.

PEREIRA, Paulo — *Arte Portuguesa. História Essencial*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2014

REAL, Manuel Luís - "Perspectivas sobre a flora românica (...) no Museu do Carmo", In *Sintria, Vol. I-II(1)*.

REI, António — Moçárabe. Conceitos e Realidades Cultural e Social (Séculos VIII a XII). In Xarajîb. Revista do Centro de Estudos Luso-Árabes, Silves. Nº 8 (2015), pp. 13-27.

SILVA, Augusto Vieira da — *Epigrafia de Olisipo. Subsídios para a História de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, 1944, pp. 66-67.

SILVA, Carlos Guardado — *Lisboa Medieval. A Organização e s Estruturação do Espaço Urbano*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

SILVA, Hélia — O Convento de Nossa Senhora da Quietação das Religiosas Flamengas em Lisboa ou a Prática Arquitectónica no Novo Mapa Religioso. In *Martinho Lutero e Portugal. Diálogos, Tensões e Impactos*. Lisboa: Edições Húmus, 2019, pp. 353-368.

SILVA, Hélia; MÉGRE, Rita; LOURENÇO, Tiago Borges — Lisboa dos Conventos. Permanências e Metamorfoses. In SEIXAS, João — *Projecções de Lisboa. Utopias e Estratégias para uma Cidade em Movimento Perpétuo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2018, pp. 86-111.

SILVA, Jorge Henrique Pais da; CALADO, Margarida — *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Barcarena: Presença, 2005.

SILVA, José Custódio Vieira da — *O Tardo-Gótico em Portugal. A Arquitectura no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

STROCCHIA, Sharon T. — *Nuns and Nunneries in Renaissance Florence*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2009.

SUCENA, Eduardo, "O Vale e o Convento de Chelas" in *Arqueologia & História*, vol. 58|59, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2006|2007, pp.167-176.

VASCONCELOS, João Leite de — "Da Etymologia de Chellas", *Revista Archeologica e Historica*, vol. IV, nº 1, Lisboa: Janeiro 1890, p. 38.

VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 1*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1899

VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 2*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1904

VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Volume 3*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1922

Teses de Mestrado e Doutoramento

ANDRADE, Maria Filomena — *A Ordem de Santa Clara em Portugal (Séculos XIII-XIV). In Oboedientia, Sine Proprio, Et In Castitate, Sub Clausura*. Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação de Doutoramento.

APÓSTOLO, Manuel — A Circulação nos Paços Portugueses no Século XVI. Lisboa 2020. Dissertação de Mestrado.

BORGES, Marcelo Hernâni de Teves — *Proposta de Musealização do Convento de Chelas*. Lisboa, 2020. Dissertação de Doutoramento.

CARVALHO, Tatiana — *Da Memória ao Lugar. Leitura e Reabilitação do Convento de Chelas*. Lisboa, 2019.

NUNES, Lígia — *Arquitectura Monástica de Clarissas em Portugal. Volume I*. Coruña: [s.n.], 2008. Dissertação de Doutoramento.

PINA, Isabel Castro — *Os Lóios em Portugal. Origens e Primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista*. Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação de Doutoramento.

Webgrafia

Ficha de Inventário SIPA sobre o Mosteiro de Chelas (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2518)

Ficha de Inventário do LxConventos sobre o Mosteiro de Chelas (http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=609&lang=pt)

5. Anexos

Anexo da documentação Mosteiro de Chelas

Documento 1 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 87, n.º 1725 – Lisboa, 19 de Abril de 1461 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

A quantos esta sentença de prazer de partes virem, Ereque Vaasques scolar em direito canonico e vigario jeerall do honrrado senhor Joham Gonçallvez dayam de Lixboa e prior de Santa Maria de Loures etc. faço saber que perante mym em juizo pareçerom partes convem a saber Joham Alvarez procurador geerall jeerall das honrradas prioresa donas e convento do moesteiro da Chelas dapres da dicta çidade per sy e em nome da dicta prioresa e convento do dicto moesteiro como auctor da hũa parte, e Martim Anes pedreiro morador na dicta çidade per sy reeo da outra. E logo per [o dicto][287] Joham Alvarez procurador do dicto mosteiro foy dicto contra o dicto reeo que era verdade que as sobredictas senhoras prioresa donas e convento do dicto moesteiro contrautarom com o dicto reeo que lhes fezesse certa obra de empreitada no dicto mosteiro, pella quall obra lhe aviam de dar hũa soma de dinheiro, scilicet XXI [mil] reais e elles e elle com outros lhe fazer a dicta obra e dar acabada ate çerto tempo segundo era contheudo em hũa scriptura pubrica que perante mym apresentarom, e que esso meesmo lhe davam as dictas senhoras huum lagar d'azeite dentro do çercuoto do dicto moesteiro de foro pera o elle aver de correger e aproveitar de todo o que lhe mester fezesse e se aproveitar dele em çertas vidas segundo sobre ello erom acordados e se lhe avia de fazer a scriptura, e que elle dicto reeo reçebera logo das sobedictas senhoras, em começo de pago mill e duzentos reais, e que ora elle dicto reeo dizia que nom podia teer e manter a dicta empreitada que fecta avia com as dictas senhoras por ser soo e nom achar quem no a ella ajudasse e se queria tirar e deçer da dicta empreitada e que aas sobredictas senhoras aprazia assy dello, porem que lhe pededya (sic) que lhe fezesse pergunta se lhe prazia assy dello e lho julgasse assy per minha sentença. E eu visto o dizer e pedir do dicto procurador do dicto moesteiro da Chelas, fiz pergunta ao dicto reeo vista per mim primeiramente a dicta scriptura da obrigaçom se lhe aprazia a elle dicto reo de se deçer da dicta empreytada, obras e lagar que assy tinha tomado das dictas senhoras no dicto moesteiro como per ho dicto procurador era dicto e eso meesmo de lhe tornar os dictos mil II^{c} reais que elle

[287] Lacuna no suporte.

reçebera em começo de pago. E per o dicto reeo foy logo dicto e disse que a elle aprazia de leixar toda a dicta obra e lagar e lhe emcampava todo contanto que dos dictos mill e IIc reais que elle reçebe<ra> lhe descontassem quatroçentos e cinquoenta reais que elle despendera em alguuns corregimentos que elle fezera na dicta obra e cousas do dicto moesteiro como ello dicto procurador bem sabia, e que porquanto seteçentos e çinquoenta reais que lhe ficasse dever lhe aguardasse por elles per todo mes de Mayo pera lhos entom pagar porquanto per o presente os nom tinha asy prestes pera lhos logo dar. E ao dicto Joham Alvarez aprouge assy dello. E visto todoo per mym ho aprazimento da hũa e da outra parte, per sentença julgo que o dicto ree abra maão da dicta obra e lagar e empreitada que assy com as sobredictas senhoras tinha fecta e lhe mando e asigno termo que per todo o mes de Maayo que vem lhe page os dictos bIIcL reais que lhe assy fica dever, e que a screptura que sobre elo tem fecta nom valha nem seja de nenhum vigor nem efecto, e que as sobredictas senhoras prioresa donas e convento do dicto moesteiro dem a dicta obra e lagar que lhe asy tinha tomada d'empreitada a quem quiserem e por bem teverem assy como da primeira antes que com ele reo contrautassem. E o dicto reeo foy assy dello muito contento e disse que lhe aprazia, e o procurador do dicto moesteiro autor outro que tal, e me pedyo asy delo esta sentença e eu lha mandey dar so meu signal e selo do dicto dayam aos XIX dias d'Abril. Pero Cordeiro scripvam a fiz, anno do Senhor Jhesu Christo de mil IIIIc LXI annos.

Ericus doctorum scolarum (assinatura)

Documento 2 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, n.º 1544 – Lisboa, Mosteiro de Chelas, 6 de Novembro de 1521 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

Saibam quantos este estormento de empreytada e obrigacom virem que no anno do nacymento de Noso Senhor Jhesu Christo de mill e quinhentos e vimte e hum annos seis dias do mes de Novenbro no moesteyro de Chellas termo da cidade de Lixboa estando hy presentes as muito virtuosas donas do dito moesteyro, scilicet, a muyto reverenda senhora dona Mycia Pereira prioresa e as devotas Violante Abrill e Maria Afonso e Maria Dominguez e Maria Vaaz e Janevora Çarota e Isabel do Canpo e Branca Leytoa ancyaãs juntas chamadas pera este casso seguinte todas de hũa parte e da outra Fernamd'Afonso pedreyro morador na dita cydade aa Rigueyra, e diseram as ditas partes que eram

conçertadas pera se aver de fazer no dormytorio do dito moesteyro esta obra que se segue, sicilet, se obrygou o dicto Fernamd'Afonso mestre de acreçentar no dicto dormytoreo aquellas braças de longo que aa dicta senhora prioresa bem pareçer e deribar as paredes velhas, scilicet, a de longo e a da testa, e a pedra que dy tirar sera sua delle mestre, e sera obrygado de abriir os aliçeses (sic) aa sua custa e fazer todallas paredes que neçesaryas forem d'alto abaixo, scilicet, os aliceses debaixo atee a façe do chaão seram de cinquo pallmos de larguo e da façe do chaão atee ho sobrado seram de quatro pallmos de largo e do dicto [f. 1v] sobrado atee o tylhado seram de tres palmos de larguo, e a'ltura das ditas paredes sera a que bem pareçer aa dita prioresa em se fazendo a dicta obra. E as ditas paredes levarom seus cunhaees e empilhares de pedrarya rija e forte lynpa e ben lavrada nos topos da banda da orta porque da outra banda seram d'alguas pedras comprydas e afeycoadas ao camartell porquanto entesta em outras paredes. E mais fara o mestre duas janellas de boa pedrarya leoz e asy dous portaees da mesma pedra e asy quatro meas frestas da mesma pedra leoz, scilicet, as duas janelas seram de oyto palmos de largo e d'alto seram de honze pouco mais ou menos e os portaes sera hum deles de largo çinquo palmos e meo e o outro de tres e meo e d'altura o que lhes for necesaryo, e as quatro frestas sera cada hũa de tres palmos de longo e hum palmo de largo ou o que disso bem pareçer ao pedreyro, e estas frestas seram da banda de dentro soomente da dicta pedrarya e pello meo de todo o dicto dormytoreo fara ho mestre hos pegõees que necesaryo forem pera se neles poerem as traves sobre que seja d'emmadeyrar e armar o dito dormytoreo de hũa banda [fl. 2] e da outra, os quaes pegõees seram d'alvenarya com algũas pedras afeycoadas ao camartel que lyem e esta obra toda sera boa e feyta e mocyça e bem farta de call e bem rebocada e depois de ser <fecta> sera vista per ofiçiaees se conprir e medyda pellos mydidores da cydade. E avera ho mestre por cada hũa braça da dita parede contando dous pallmos e meo por cada braca seyscentos reais e por ho da mais largura que tyverem as ditas paredes avera solldo aa livra a rezam de seyscentos reais por braça de dous palmos e meo, na quall mydida emtrarão os ditos pegõoes e na dita mydida e preço entrara toda a pedrarya e entrara na dita mydida vaão por cheo soomente os portaes e janellas e frestas. E quanto he aas arvores que se acharem no chaão do acreçentameto do dito dormytoryo porquanto he aforado, se as Luys Alvarez que ho tem quiser arancar que as leve, e se nam as quiser arancar que ho dito mestre as aranque e as leve tiramdo o cipreste que as donas arancarom e levarom, e que ho dito mestre ygualle o dicto chaão com a terra que tirar dos aliceses e ho faça bem yguall. E que seja obrygado o dito mestre de começar a fazer a dicta obra des primeiro dia do mes de Janeyro [fl. 2v] primeiro que

vem com tantos ofeçiaees quanto forem necesaryos per a dar de todo acabada atee dia de Sam Joham Bautista do anno vyndoyro de quinhentos e vimte e dous annos poemdo ho mestre todollos achegos pera a dicta obra. E a dicta pryoresa e donas lhe leixarom tirar d'agoa do poço pera a obra a que lhe necesarya for e ajudaram ao mestre com algũa madeyra que no moesteyro for achada pera andaymos da dicta obra. E mais sera obrygado o dicto Fernamd'Afonso mestre de lhe fazer a escada pera o dormytoreo de pedrarya leoz lavrada e boa com seu maynel e com seo tavoleiro em cyma de pedrarya e de largura sera per que posam ir duas donas per ellas jumtas, e toda a call com que ho dicto mestre fezer a dicta obra sera toda de pedra leoz. E a dicta senhora prioresa e donas seram obrygadas de pagarem ao dito mestre ho dinheiro que nella montar nesta maneira, scilicet, cimquoenta mill reais que logo o dicto Fernamd'Afonso mestre hy reçebeo perante mym taballiam e testemunhas e tostões pera loguo conprar hos achegos pera a dicta obra e ho mais que na dicta obra montar lhe hiram pagamdo asy como a obra se for fazendo de guisa que a obra acabada o dito mestre seja acabado [fl. 3] de pagar do que nela montar. O quall contranto e condiçõees delle asy a dicta senhora prioresa e donas como o dicto Fernamd'Afonso mestre prometeram e se obrygarom de conpryrem e manterem na maneyra que neste contranto he contheudo sob pena de pagar a parte que ho asy nam conprir nem per elle quiser estar ou se arepender e afastar de penna aa outra parte obidiente que ho conprir e por ello estever duzentos cruzados d'ouro com quaesquer custas e despesas perdas e dapnos que por ello fezer e reçeber per todos os beens e rendas do dito moesteyro e do dicto Fernamd'Afonso que pera ello obrygarom e por segurança do dito moesteyro apresentou logo hy o dito mestre por seu fyador e principall pagador a Afomso Lourenço seu genrro carpenteiro de tenda morador na Rua das Arcas, o quall Afomso Lourenço que presente estava disse que elle fycava por fyador e pryncipall pagador do dicto seu sogro asy por estes cinquoenta mill reais que ora reçebe adiantados como por quallquer outro dinheiro que adiantado reçeber e pella segurança da obra feyta per esta guissa, scilicet, que nam conpryndo o dicto Fernamd'Afomso seu sogro com ho dicto moesteyro segumdo todo vay decrarado que em tall caso elle dicto Afomso Lourenço se obrygava reallmente e com efeyto [fl. 3v] de todo inteyramente por elle conprir e manter no modo e maneyra que ho dicto principal he obrygado e sob a dita penna e custas e despesas, perdas e dapnos que ho dicto moesteyro por ello fezer e reçeber per todos seus beens moveys e de raiz que pera ello obrygou. E em testemunho de verdade asym ho outorgaram e mandarom fazer seu hos estormentos. Testemunhas Alvaro Fernandez procurador do dito moesteyro e Lopo Esteves morador no çerco do dicto

moesteyro e Bras Martiinz pedreyro morador na Villa Nova d'Andrade. E eu Fernam Vaaz taballiam del Rey nosso senhor em a dicta cidade e seus termos que este estormento em meu livro notey e da nota o fize tirar a meu scripvam e ho concertey sobsprevi e asiney de meu pubrico sinal que tall he [sinal]

pago por nota e notey CLXXII e destrebuycam e pubrico

Documento 3 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, n.º 1588 – Lisboa, 16 de Março de 1522 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

Saibam quantos este estromento de contrauto d'enpreytada e obrygaçom virem que no anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quinhentos e vinte e dous annos dezaseis dias do mes de Março em a cidade de Lixboa nas casas da morada de mim taballião ao diante nomeado pareçeo hy de hũa parte Alvaro Fernandez procurador do moesteyro da Chellas como procurador da senhora prioresa e donas antigas do dito moesteyro segundo hy mostrou per hum scripto do quall este he o tehor que se segue:

Nos dona Miçia Pereyra prioresa do moesteyro da Chelas com as donas antigas do dicto moesteyro per este scripto damos poder e autorydade a Alvaro Fernandez nosso procurador que elle posa fazer hum contrauto de enpreitada com Joham Alvarez carpenteiro com que estamos conçertadas sobre a carpentaria do dormitorio que ora fazemos no dito moesteyro pellos apontamentos que sobre ello temos feitos e pello preço de cinquoenta e cinquo mill reais seeos e açerca dello firmara com elle o contrauto e todo o que asy fezer prometemos de ho aver por firme e feyto pera senpre sob obrygacom dos beens do dicto nosso moesteyro que pera ello obrygamos. E por verdade mandamos fazer este per mym sobredita prioresa asynado a contentamento das ditas donas antigas que pera esto nos ajuntamos. Feyto no dicto [1v] moesteyro a XI dias do mes de Março de b^{c}XXII anos.

E mostrado como dito he loguo hy pareçeo da outra parte Joham Alvarez carpenteiro vizinho e morador no çerco do dito moesteyro, e diseram as ditas partes que elles eram concertados açerca da carpentarya do dormitoryo do dito moesteyro a quall carpentaria o dito Joham Alvarez se obrygou de fazer nesta maneyra, scilicet:

Sobradara e solhara o dicto dormitorio de novo com seus frechaaes de baixo e suas traves em pernadas per cima dos nembros e seu tavoado aberto pera o solhado.

Item mais enmadeyrara de novo isso mesmo ho telhado de cynquo panos com suas tacanicas oytavadas e ripado, e mais forrara todo de bordos com suas perchinas e entavollamentos, e este forramento sera debruado e perpasado e muyto bem apranado e bem feito e forrado, e asy janelas e portas que forem nesecaryas ao dicto dormitoryo, e asy fara hũas nesecaryas no cabo do dormitoryo sobradar e forrar de castanho com seus asentos nesecaryos, e ante [sic] de ser forrada esta obra sera vista per ofeciaaes de carpentarya que diram per juramento se vay como deve e segura e bem feita.

Item a madeira velha da dita casa que se tirar [fl. 2] se aproveitara o mestre della na dicta obra soomente e nam em outra cousa.

E sera tehudo o mestre a trazer senpre na dicta obra oito ofeciaes e mais se mais forem nesecaryos damdo lhe o pedreyro pera ello aviamento. A quall obra toda sera boa e bem feita e bem obrada a vista d'ofeciaes, e nam levantara della mãao atee nam ser acabado se lhe o pedreyro der aviamento, e a dicta prioresa e donas lhe darom e pagarom pella dicta obra asy feita e acabada e de suas mãaos e mestria sem ho mestre poer nenhum acheguo cinquoenta e cinquo mill reais pagos a elle mestre asy como for fazendo a dicta obra de maneira que a dicta obra acabada, seja acabado de paguar de seu trabalho. O quall contrauto e condicoes delle prometerom as ditas partes de conpryrem e manterem como em elle he contheudo sob penna de paguar a parte que ho asy nam conprir nem per elle quiser estar ou se arepender e afastar de penna aa outra parte que ho conpryr e per elle estever cem cruzados d'ouro com quaesquer custas e despesas perdas e dapnoos, a quall pena levada ou nam todavia o contrauto ficara firme e se conpryra como dito he per todos os beens de raiz e mooveys do dito moesteyro e do dito mestre que pera ello obrygarom.

[fl. 2v] E por seguranca do dito moesteiro apresentou o dito Joham Alvarez hy por seu fiador e pryncipall pagador a seu cunhado Diogo Fernandez morador em Sacavem termo da dicta cidade, o quall Diogo Fernandez a esto presente dise que elle ficava por fiador e prynçipall pagador pello dito Joham Alvarez seu cunhado per esta guisa, scilicet, nam conpryndo elle com o dito moesteyro açerca do fazimento da sobredicta obra como da seguramça della depoes que feyta for e em todallas outras cousas que he e for obrygado ao dicto moesteyro per este contrauto, que en tall casso elle dicto Diogo Fernandez se obrigava como de feito se obrygou de todo inteyramente de conprir e manter por elle no modo e maneyra que ho dicto pryncipall he obrygado sob a dicta penna e custas e despesas perdas e dapnoos per sy e todos seus beens moveys e de raiz que pera ello obrygou.

E em testemuho de verdade asy se outorgarom e mandarom fazer senhos estormentos. Testemunhas Gill Eanees currador vizinho da porta d'Allfama, e Pero

Andre, cryado do dicto Alvaro Fernandez, e Fernamd'Afonso currador, morador detras de Sam Joham da Praça, que diseram anbos que conhecyam os dictos ofeciaes. E eu Fernam Vaaz taballiam del rei [fl. 3] nosso senhor em a dicta cidade que este estormento em meu livro notey e da nota o fize tirar a meu scripvão e ho concertey sobscrepvy e asyney do meu publico sinal que tal he [sinal]

pago Cem reais

Documento 4 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 78, n.º 1554 – Lisboa, 4 de Agosto de 1546 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

Em nome de Deos amen, saibão quamtos este estromemto de comçerto e obrygacão vyrem que no anno do naçimemto de Noso Senhor Yhesu Christo de mill e quinhemtos coremta e seis annos aos quoatro dias do mes d'agosto fora da cidade de Lixboa no mosteiro de Chellas as grades do lucotoryo do dicto mosteyro estamdo hi de presemtes - scilicet - ho reverendo padre Luis da Comceyção conego da ordem de Sam Joam Avamgellista reformador e amanistrador no esprytoall e temporal etc e outrosy a senhora dona Marya da Syllva e Cateryna da Fomsequa soprioresa do dicto mosteyro e Bryatiz de Maçedo e Amtonia d'Abreu, e Mecia da Fomsequa e Joana de Paiva e Ana de Matos e Bryatiz Pachequa, e Marya de Pina e Isabell d'Andrade e Amtonia Prestella e Maria de Payva e outras donas do dicto mosteiro todas jumtas em cabydo, cabydo fazendo per som de campaa tamgida segumdo seu bom e vertuoso custume, e logo per elle dicto padre e donas do dicto mosteiro foi dicto que elles [f. 1v] esteavão (sic) ora comçertados com Gonçallo de Torallva e Fernand'Eanes mestres de pedrarya ambos empreyteiros e moradores na dicta cidade que outrosy presemtes estavão per esta maneira seguymte:

Item prymeyramemte se hobrygarão a fazer no dicto mosteiro hũa crasta com as ofeçinas que nellas se am de fazer nos lugares que estam ordenados em huum debuixo que pera isso he feito per mandado del rey nosso senhor per a quall crasta e ofeçinas enllegarão logo hũa parede que venha aredada da porta da ygreja hũa braça e meya e corera em quadrado a dicta parede o pano della pera contra ho maar quatorze bracas e meya e do cabo della omde se fara huum cunhall de pedrarya corera outro pano em quadrado com ha dicta ygreja comtra a erdade o quall lamço tera dezanove braças de conprydo e ally farão outro cunhall de pedrarya e do dicto cunhall comtra o dormytoryo corerão outro lamço de parede e tera do dicto cunhall ao dormytoryo nove braças [f. 2] a quall parede toda elles emlegarão no fyrme e o pano da parede que core ao lomgo da orta

do doutor mestre Diogo tera pello pei (sic) do allycerçe sete pallmos de groso e acabara a face da tera bem seis pallmos de grosura e o lamço que core comtra o dormytoryo syra da mesma gorsura (sic) per dom dos entulhos e outro lamco que vem da ygreja comtra a estrada tera çimco pallmos de groso ate o amdar da tera e os repartymentos e paredes do refeitoryo e çapitollo e casa de lavor teram çimco pallmos de groso nos allyçerces.

Item emlleger se am os portais das dictas ofecinas mais baixos que ho andar em que ora estaa a ygreja seis pallmos e nesta alltura sera o andar da crasta e de todas as ofecinas que per ella am de ter servyço.

Item deste amdar pera çima teram as paredes da parte de fora – scilicet – do refeitoryo, casa do lavor, capitollo, cozinha teram de groso tres pallmos e meyo e as paredes dos repartimemtos de todas as casas do dicto andar da tera pera çima tres pallmos [fl. 2v] e o refeitoryo tera de comprydo sesemta pallmos e de largo trymta pallmos, e terão d'allto as paredes do amdar do chaão[288] da dita crasta ate os frechais trymta e çimco pallmos d'allto, e tera tres frestas nos lugares que esta na amostra e emllergem se am os couçis das dictas frestas em alltura de nove pallmos e teram de vam cada hũa dellas tres pallmos e meyo afora seus resgamemtos e d'allto tera cada hũa dellas dez pallmos e serão feradas, e nesta casa se fara huum pullputo (sic) com sua escada no logar que na mostra vay decrarado e tera huum portall a dicta casa no logar da mostra de nove pallmos de vam e dezaseis d'allto, sera o dicto portall e frestas e menistra todo de pedrarya.

Item farom hũa cozinha pegada ao dicto refetoryo no logar da mostra e sera de largura do refeitoryo e tera coremta e çimco pallmos de comprydo tera sua mamterya e lavatoryo e chumyne, [fl. 3] todo comforme a mostra e suas frestas e portais nos lugares asynados.

Item na casa de lavor tera sesemta pallmos de comprido e trymta de largo com suas frestas nos lugares da mostra e huum portall de pedrarya de nove pallmos de largo e dezaseis d'allto e asy as frestas serão de pedrarya da maneyra que pareçem bem ao padre Luis da Comçeyção e a senhora dona Marya da Syllva.

Item o capitollo tera trymta pallmos de largo e çimcoemta pallmos de comprydo asy e da maneyra que esta emllegido na mostra tera duas frestas no topo de tres pallmos de largo cada hũa dellas e seis d'allto seram rasgadas e de pedrarya, tera a dicta casa huum portall de pedrarya no meo da dicta casa per a crasta o quall tera omze pallmos de largo tera hũa colluna no meyo e sera lavrado de allgũa obra que bem parecer, e quamto a crasta

[288] originalmente chãaao, corrigido.

e varamdas e todas as mais ho[fl. 3v]ffeçinas que se am de fazer lhes sera dados aos dictos empreyteiros regimento por onde fação a dicta obra, e elles dictos empreyteiros fora a braca d'allvenarya - scilicet – braça comum por preco de quinhentos reais a braça revocada em preito e averam pella braça de garnicão setemta reais, <toda a obra> de pedrarya que se ouver de fazer lhe sera paga a vista d'ofeçiaaes e asy allgũas cousas de obra de tygollo se a fyzerem, tyramdo chumines nas paredes as quais lhe seram medidas com as allvernaryas como he custume, as quais paredes serão muito bem feitas de call e de boa call e pedra e muito bem rebadas e rebocadas como he custume e as paredes muito direytas a vysta de ofyciaaes que ho bem emtemdam e a call sera de pedra lioz e as garnyções muito bem feytas como pera semelhante obra se requere, e os dictos empreyteyros seram hobrygados a abryr os allycerses a sua custa ate alltura de sete pallmos, e todo o que mais baixo [fl. 4] forem lhes sera pago o abryr delles aquyllo que vallerem a vysta de ofyçiaaes e os pagamentos lhes serom feitos pella maneyra seguimte, comvem saber: lhes daram logo pera começo da dicta obra setemta myll reais a elles ambos e da feytura deste estromemto a dous meses lhe farom orçamemto da obra que teverem feita e todo o que acharem que tem feito lhes sera pago e dos dictos setemta mill reais lhes seram descomtados trimta myll reais e os coremta que ficarem traram sempre empregados em hacheguos e nom lhes serom descomtados se não no fim da obra pera o quall dinheiro daram fyamça ou obrygarão sua fazenda ate comtia de oitemta mill reais ambos de dous asy pera o dinheiro que receberem como pera a bomdade e segorydade da dicta hobra, e prometerão e se hobrygarão elles dictos empreyteiros de em todo e per todo compryrem e manterem este estromemto asy e da maneira que se nelle comtem, e toda a pedra que derubarem e paredes sera derubada [fl. 4v] a custa delles empreyteiros e a pedra sera delles e se aproveytarão della no que quiserem como seua (sic) que he e se allgũa qualhiça for necesarya de se tyrar serão hobrygados de a tyrar fora a sua propria custa delles empreyteiros e prometerão e se hobrygarão elles dictos empreyteiros de em todo e per todo compryrem e mamterem este estromemto asy e da maneyra que se nele comtem e se hobrygarão de trazerem tamtos hofeciaaes quantos mandarem que tragom na dicta hobra e não hallevantarão mão della ate nom ser acabada damdo lhe avyamento pera iso so penna de pagarem as donas do dicto mosteiro toda a perda e dano que niso reçeberem e todos e quaisqueer custos e despesas que mays fizerem per seus bens moveis e de raiz avydos e por aver de cada huum delles empreyteyros que pera ello hobrygarão, e ellas dictaas donnas hobrygarão outrosy de em todo e per todo lhes compryrem e mamterem este estromemto asy e da maneyra que se nele comtem [fl. 5] sob pena de lhes pagarem a

elles dictos empreyteiros toda a perda e danno que por ello fizerem e receberem per os bens e rendas do dicto mosteiro que pera ello hobrygarão. E pera milhor seguramca apresemtou ele dicto Gomcallo de Torallva por seu fyador a Diogo de Torralva cavalleiro da casa del Rey noso senhor e mestre de suas hobras cortesão que outrosy presente estava, o quall a esto se hofereçeo a esta fyamça per esta maneyra que sendo caso que ho dicto Gomcallo de Torallva nom cumpra este estromemto asy e da maneira que he obrygado que em tall caso se hobryga como seu fyador de pagar toda a perda e dano que nyso receberem as dictas donas do dicto mosteiro per seus bens moveis e de raiz avidos e por aver dele dicto Diogo de Torallva, que pera ello obrygou e elle dicto Gonçalo de Torallva se hobrygou de tyrar a paz e a sallvo desta fiamça ao dicto seu fyador sem sua perda nem dano per os dictos seus bens moveis e de raiz avydos e por aver que pera ello obrygou [fl. 5v] outrosy e a[289] penna levada o[u] não todavya este estromemto se compryra como se nelle comtem.

Em testemunho de verdade asy outorgarão e ello mandarão ser feito este estromemto pera cada huum seu delles partes e os que compryrem que elles partes presemtes aceytarão. Testemunhas que presemtes forão Rodrygo de Landroell mercador morador na dicta cidade de Lixboa e Bastião dos Anjos estamte ora no dicto mosteiro e Jorge Mendez cryado de mim taballião. E eu Alvaro Nuniz taballião pubrico por el rey noso senhor em esta cydade de Lyxboa nos termos que este estromemto de comcerto e hobrygaçam notey e esprevy em meu lyvro de notas e delle o mamdey treladar per autori[dade] que pera elo tenho do dicto senhor e o comcertey e me sooesprevy e asyney aquy de meu pubryquo synall que tall he. E risquei omde dezya "e" e amtrelinhey omde dezia "toda a obra" porque todo fiz eu taballiam por verdade.

[sinal do tabelião] Pagou com nota e destreboyçam[290] trezentos[291] dez reais (...) de tudo com nota caminho e de fazer borrão trezentos dez reais

[fl. 6] Conçerto e obrygaçam que fizeram as freiras do mosteiro de Chelas com Goncalo de Toralva e Fernand'Eanes sobre a hobra do dicto mosteyro – 310 reais.

[289] Letras riscadas.
[290] Seguem-se palavras riscadas.
[291] Seguem-se palavras riscadas.

Documento 5 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 86, n.º 1713 – Lisboa, 3 de Março de 1547 e Lisboa, 16 de Março de 1547 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

O licenciado Jacome Vaaz cidadão e juiz das propiadades nesta çidade de Lixboa e seus termos etc mando a vos Joham Affonso e Diogo Rodriguez veadores do oficio da pedraria e alvenaria dos annos pasados que visto o presente vades ao mosteiro de Chelas e veres a obra que se fez no dicto mosteiro por Goncalo de Toralva e Fernand'Eanes pedereyros praçeyros (sic) na dicta hobra e veres ha dicta hobra e paredes se sam bem feitas e de reçeber liadas e se tem muyta area ou pouqua e apalpares has ditas paredes e feituras e has veres se estam comformes ao comtrato e do que hachardes e vos pareçer sendo has partes presentes ou requeridas pera elo porquanto la pasey outro mandado em que vam Gaspar de Tores e Diogo Rodriguez e porquanto hora e por parte do dito mosteyro se louvaram Joham Afomso e nam se louvam no dicto Gaspar de Tores portanto vos mando que ho cumprais asy. Feyto em Lixboa aos tres dias do mes de março Jorge Gomcalvez ho fez de mill e quinhentos e corenta e sete annos.

Jacome Vaaz (assinatura)

Senhor,

Em comprimento do mandado de vosa merçe Joham Afonso e Diogo Rodryguez pedreiros fomos requeridos pello precurador das freiras do moisteiro de Çhellas e per Gonçalo de Torallva e per Fernãod'Eanes pedreiros mestres que fazem as hobras no dito moysteiro pera vermos as paredes no mandado conteudas as quaes paredes nos foram amostradas per elles partes e nos foi dado juramento dos Samtos Avamgelhos em presemça da senhora pryollesa e das senhoras outras freiras que no presemte estavam que bem e verdadeiramente visemos aquella hobra se hia bem feita e conforme ao comtrato que era feito pera se fazer a tall hobra e vysto per nos e lido ho dito comtrato e asym ho mandado de vosa merçe e ho que nelle nos manda fazer e loguo mandamos abrir as paredes todas per çertos luguares e as vimos muito bem da maneira que estam lavradas e a çall que levam e depois de tudo vysto tomamos esperiemçia da çall e das areas com que treçam a dita çall e a mandamos traçar cada hũa por sym segundo custume da çidade e assim a call que estava traçada na dita hobra e de tudo tomamos esperiemçia presemte elles partes e dezemos que area preta com que treçam allgũa çall que nam he tam boa

como a outra bramqua porque he suxa e portamto dezemos que nam treçem com ella e bem podem usar [fl. 2] della com a outra bramqua deitamdo tamto de hũa como da outra e so nam e asim dezemos que a hobra esta bem feita e bem lavrada e direita comforme a seu comtrato e sym dezemos que as paredes estam por reboquar que se reboquem muito bem com area bramqua somente e asym as gornyções que se fizerem nas ditas paredes ysto nos pareçe pello juramento que nos foi dado e por verdade pasamos esta çertidam per nos asinada oje dozaseys dias do mees de Marco de mjll e quinhemtos e quoremta e sete anos levamos de nosso hordenado pellos dias que la fomos dozemtos reais cada hum que nos foram paguos pella senhora priollesa.

[sinal do tabelião]

Documento 6 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 77, n.º 1516 – Lisboa, 26 de Outubro 1548 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

Em nome de Deus amem saibham quamtos este estromento de carta de vemda vyrem que no anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de myll e quynhentos e quaremta e oyto annos aos vinte e seis dyas do mes d'Outubro na çidade de Lixboa a Porta do Sol nas casas da morada de Dioguo Luis criado do senhor doutor Christovão de Farya chamçerell da casa da sopricasam, estamdo elle Dioguo Luis hy presemte e Lianor Lopez sua molher, loguo por elles Dioguo Luis e Lianor Lopez sua molher foy dicto que elles de seus prazeres boas e lyvres vomtades vemdiam como loguo de feito vemderam deste dia pera todo sempre a senhora pryoresa e freyras do mosteyro de Chellas que esta setuado no termo desta cidade huũa casa terea que elles tem e hão jumto com ho dito mosteiro que parte de hũa parte com adefiçio do dicto mosteiro e da outra parte com orta do fiçiquo moor e com outras comfromtações com que de dyreyto a dicta casa deve e aja de partir e com todas suas entradas e saidas dyreitos pertenças servemtyas e logradoyros e posysoes asy e da maneira que a elles tem e hão e como lhe direito pertemçer e mylhor sera no direito a dicta [fl. 1v] pryoresa e freyras e mosteiro mylhor poder aver, a quall casa he foreira ao dicto mosteiro e lha vemdem por preço e comthya de quoatro myll reais e cada huum pagara sua parte da sysa, da quall sysa loguo apresentou hũa çertidão do juiz das sisas desta çidade em como fica asentada, hos quoaes quoatro myll reais elles vemdedores conheçeram e comfesarão ja ter recebydos do dicto mosteiro e pryoresa e

freyras de elle por lhos dar e pagar por o dicto mosteiro ho senhor doutor Christovão de Farya do comselho del rey nosso senhor e chamçerell da casa da soprycasam, dos quoaes quatro myll reais se ouveram por entregues e paguos e lhe derão delles quytacam d'oje pera sempre, por bem do quall tyraram loguo e demytirão renunciaram de sy todo ho direito e aucam posse propriadade poder utell e domynyo que deles tem e hão e por dyreyto podem ter e aver na dicta casa em todas suas pertenças e todo poserão e derão e traspasarão no dicto mosteyro e pryoresa e freyras em todos seus sobçesorees pera que as ajam logrem e pessuam e facam della e em ella o que [fl. 2] lhes aprouver como de cousa sua propria e de sua propia pessicam e lhes deram loguo lugar e poder que por vygor e vertude deste estromento sem mais outra sua autorydade nem de algũa justiça nem figura de juizo posam thomar e mandar thomar em sy reter e conthynuar a posse reall autuall cyvell e naturall possicam da dycta casa, e aimda pera mays abastamça se costetuyram loguo pessoyr a dicta casa em nome do dicto mosteiro e pryoresa e freyras delle como seus colonos ate della thomar ou mandar thomar a posse corporall della e prometerão e se obriguarão de terem e manterem asy esta venda da dicta casa ao dicto mosteiro pera senpre e lha lyvrarem e deffemderem e fazerem boa e de paz de quem quer que lhes sobre yso allgũa duvyda ou embarguo poser e se darem a ello por autores e deffemsores sob pena de lhe tornarem ho dicto preço em dobro com todas as bemffeitoryas custas despesas perdas e dapnos que ho dicto mosteiro e pryoressa e freiras por yso fizerem e reçeberem per sy e todos seus bens moveis [fl. 2v] e de raiz avydos e por aver que pera yso obrigaram. Em testemunho de verdade asy ho outorgaram e mandaram fazer este estromento de carta de vemda e os que lhe comprirem deste theor, e prometeram a mym tabalião como a pessoa pubryqua estepulamte e açeitamte em nome do dicto mosteiro e prioresa e freiras e do dicto senhor doutor Christovão de Farya ausemtes de tudo asy terem e manterem como dicto he. Testemunhas que foram presemtes Joham Borges cryado do dicto senhor doutor Christovão de Farya morador em sua casa e Bastiam Botelho e Thome Botelho çapateiros moradores na dicta cydade a dicta Porta do Soll que diseram que conhecyam os dictos vendedores e o dicto Joham Borges asynou por os dictos vemdedores por lho rogarem e não saberem sprever. E eu Amdre Fernamdez tabaliam pubriquo das notas por el rey noso senhor na cidade de Lixboa e seus termos que este estromento de carta de venda na minha nota fiz e dele ho mandey aquy terlladar per provysão que do dicto senhor pera yso tenho [fl. 3] e ho comsertey e soesprevy e asyney deste me pubryquo synal que tall he. E risquey omde dizia preracam e comsertey omde dizya preracão e comsertey omde diz soms ho que fez priedade.

[sinal do tabelião]
pago com nota çem reais

[fl. 3v] Comtrato do mosteiro de Chelas das casas terreas que estam junto do mosteiro.

Documento 7 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 84, n.º 1662 – Lisboa, 6 de Fevereiro 1549 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

Aos que esta çertidam virem diguo eu João Lopez, cavaleiro da casa do cardeall Infante de Portugal que santa gloria ajaa sprivam na rellacam do arçebispado de Lixboa e notayro apostollico que he verdade e dou de mim fee que eu dise per palavra ao senhor doutor Diogo Gonçalvez do desembarguo del rei noso senhor e provissor e vigayro gerall no spritual e temporal no dicto arcebispado juiz de hũa causa apostollica sobre Maria Fogaça freyra do moesteyro das Chellas nom querer permaneçer no dicto moesteyro na refformacam nova que hora se intruduzio pela muito magnifica e muito reverenda senhora dona Maria da Silva prioresa do dicto moesteyro. Como a dicta senhora prioresa lhe requeria da parte da Samta See apostollica que elle senhor provissor vise o modo e maneira que avia de ter no dispensar com a dicta Maria Fogaça e que sua merçe avia de sprever ao Santo Padre Noso Senhor e enviar lhe dizer como ella Maria Fogaça era moça e se podia perder saimdo se fora do dicto moesteyro porque nam tinha pay may nem irmãos honde estar, e que ella senhora prioresa descaregava sua comsinçia e emcaregava a della senhora prioresa e em seu peito leixava ella tudo pera que depois em algum tempo nom pudese ser posto algum cullpa a ella senhora prioresa e que protestava nunca maes em tempo algum recolher no dito moesteiyro ha dicta Maria [fl. 1v] Fogaça e de lhe nom ser pedido conta da dicta Maria Fogaça. E temdo eu notayro dicto o sobredicto ao dicto senhor provissor elle deu em reposta que a elle nom hera dado responder a Sua Santidade sobre este caso e nom tinha hi mais que dizer que comprir os mandados de Sua Santidade que ha dicta Maria Fogaça impetrante vise o que lhe compria a sua consiençia porque elle fez todo ho que compria a seu offiçio asi bem e como era obrigado. E de tudo isto ha dicta senhora prioressa pedio a mim notayro esta certidam e eu lha dey pella maneira sobredicta e asiney de meu raso sinal que tall he. Em Lixboa aos bI dias de Fevereiro de I [mil] b^{C} RIX

Yoão Lopez (assinatura)

Documento 8 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 82, n.º 1634 – Lisboa, 12 de Setembro 1566 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

Em nome de Deus amen saibam quantos este estromento de doaçom remuneratoria vyrem que no anno do nacimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mill e quinhentos e sesenta e seys em doze dias do mes de Setembro na cydade de Lixboa na freguesya da Madanella nas casas da morada de Françisco de Pedroso fidalgo da casa del rey noso senhor e estamdo hi de presente Felipa de Pedrosa donzella que hora esta pera entrar em relegião no moesteiro da Chellas sytuado no termo desta cidade, filha de Dioguo de Pedrosa e de Jeronima Ribeira sua molher, e logo per ella foy dicto que reconhecendo ella has muitas e grandes boas obras que tem reçebidas do dicto seu irmão que presente estava porque alem das boas obras que hos irmãos custumão fazer ha houtras agora de presente pera ella entrar no dicto moesteiro lhe dotou com ellas ao dito moesteiro dozentos e cinquoenta mill reais em dinheiro dos quaaes tem pagos ha moor parte de sua casa e seu dinheiro e asy lho deu todo ho movell que pera o dicto moesteiro leva que sam mais de sesenta mill reais e queremdo galardoar parte destas novacões (?) e boas obras que asy delle tem reçebido e reçebe ella lhe faz pura e lyvre e imrevogavell doaçam remuneratoria inter vivos valedoyra deste dia em diante pera todo senpre pera elle e pera todos seus herdeiros e sobcesores que pos elle vyerem das legytymas que herdou ou lhe pertemçem herdar asy per falecymento do dicto seu pay como da dicta sua may tyrando ho que lhe pertençe herdar nas dyvydas do morgado porque yso tanbem ele seu irmão tem dotado [fl. 1v] ao dicto moesteiro com ella e pera effeito desta doacão e ser valyda ella por este tirou e dymitio e remyo loguo de si todo ho direito e aução pose e propyedade e senhorio husofruyto e utille dominyo e direito senhorio que has dictas legitimas dos dictos seus pay e may tem e pode ter e haver e todo pos cedeo e traspasou em elle dicto donatario e em todos seus herdeiros e sobçesores que pos elle vyerem pera que elles todo ajão logrem e posuão e façam de tudo como de cousa sua propia lyvremente, e lhe da poder e lugar a elle dicto seu irmão donataryo pera que elle por vertude desta doacão sem mais houtras autoridade sua della nem de algũa houtra justiça nem fegura de juizo posa thomar thomar [sic] per sy e quem elle quyser pose das ditas suas legitimas e pertenças e cousas dellas reall autuall corporall civell e naturall e aimda por mai abastamça se constituio tudo

posuyr em seu nome delle dicto Françisco de Pedrosa donataryo como sua inquelyna e colona husoffrutuaria e prometeo e se obrigou asy ter comprir e manter esta doação deste dia pera sempre e comtra ella nom hir em tempo algum per sy nem per outrem em juizo nem fora delle amtes lhe comprir esta doacão da maneira que dicto he pera o que obrigou todos seos bens [fl. 2] de raiz e moves havidos e por haver que pera iso obrigou. Em testemunho de verdade asy ho outorgo e mando ser feito este estromento e dons a elle dicto donatario que pedio e aceptou que no presente estava. Testemunhas que foram presentes Juse de Bayrros e Amtonio de Torres e Pero Tynoco, todos criados delle Françisco de Pedrosa e Mateus Dias criado de mim taballiam. Eu João Afonso Bocarro taballiam puvryco del rei noso senhor em a dita cidade de Lixboa e seus termos que este estromento esprevy e o asinei.

[sinal do tabelião]

[fl. 2v] Doacão a Francisco de Pedrosa

Documento 9 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, n. 1596 – Lisboa, 14 de Julho 1574 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

Saibam quantos este estromento de quytação viren que no ano do nasçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mill e quynhemtos setenta e quatro em catorze dias do mes de Julho naa cidade de Lisboa no paço dos taballiães pareçeo presenntte [sic][292] Antonyo de Sanpaio morador nesta cidade per ellle [sic] foy dito que he verdade que nas partilhas que se fizeran de fazenda que ficou por fallçimento de Yulliana Freyre sua may antre seus herdeiros ho convento de Chellas do termo desta çidade fycou a dever ao convento de San Dominguos desta cidade hoytenta mill reais que lhe pertenseram por rezam do padre frey Dioguo de Sanpaio frade profeso hen ho dito convento e filho da dita defuntaa e que a dita contia de hoytenta mill reais pertense e pertençeo a elle dito Antonyo de Sanpaio por ben do comtrato que fez com ho dito comvento de San Domymguos pello que [fl. 1v] ho dito convento de Chelllas estava hobryguado a paguar e satisfazer hos ditos oytenta mill reais a elle Antonyo de Sanpaio e ora elle Antonyo de Sanpaio conheçeo e confesou

[292] Este tabelião costuma repetir excessivamente consoantes de forma frequente, nomeadamente as letras “n” e “l”. Assinei com sic apenas a primeira vez que a repetição ocorre, para não sobrecarregar o texto.

perante min taballiam e as testemunhas ao diante nomeadas que elle estaa jaa ben paguo e entregue e satisfeito dos ditos hoytenta mill reais que lhos derão e paguaram a muyto yllustre senhora prioresaa e mais madres do dito convento de Chelllas sen lhe estaren nen fycarem a dever cousa allgũa da dita contia pello que elle Antonyo de Sanpaio dise que elle por este estromento em seu nome e do dyto connvento de San Dominguos por ben do dito contrato daa e de feito deu por quyte he lyvre ao dito comvento do mosteyro de Chellas e a todos seus buens he renndas dos ditos oytenta mill reais d'oje pera todo senpre e promete e se obrigua en seu nome e do dito com[fl. 2]vento de San Domynguos de teren e manteren esta quytaçam em todo e por todo como se nella contem e de nan yrem contra elle en parte nen hen todo em juizo nen fora delle de feito nen de dereito nen por modo allgun que seja e que nan sera mais pedido nem demandado cousaa allgũa dos ditos hoytentaa mill reais reçebidos ao dito comvento de Chellas nen a outrem en seu nome de feyto nen de dereito nen por modo allgun que seja e que elle Antonyo de Sanpaio fara senpre boa estaa quitaçan ao dito convento de Chelllas sob pena que todo conprira e mantera con todas as custas dezpezas perdas e danos que se por iso fyzeren hou reçeberen por todos seus buens avidos e por aver que pera todo obrygua. E en testemunho de verdade asy ho outorguou e mandou fazer este estromento e desta nota hos tresllados que compriren ho quall eu taballian açepto en nome do dito convento de Chellas [fl. 2v] senhoras delle e de quen mais tocar posa aubsente como pesoa pubryca estepullamte e açeptante. Testemunhas que presentes foran Fernan Moniz e Dioguo Corelha taballiães no dito paço. E eu Pero de Gois tabalião pubrico das notas por el rei noso senhor nesta cidade de Lixboa e seus termos este estromento em minhas notas tomei e delle o fis tresladar comsertei sobsprevi asinei de meu pubrico sinall.

[sinal do tabelião]

pagou com nota oitenta reais

Quitacão Antonio de Sãopaio convento de Chelas.

Documento 10 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, n.º 1591 – Lisboa, 31 de Agosto 1574 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

Saibão quoantos este estromemto de quitacam virem que no anno do nacimemto de Noso Senhor Jhesu Christo e mill e quinhentos setemta e quoatro em trymta e hum dia do mes de Aguosto na cidade de Lisboa na rua dos Coneguos nas casas do doutor Bras Bernalldez estamdo hay presemte Joana Paez molher que não he casada moradora no valle de Chellas termo desta cidade por ella foi dito que ella tem feito conta com ha senhora pryoresa e convemto do mosteyro de Chellas asy do tempo que servir ao dito comvemto como do que lhe deixou dona Guiomar de Mendonsa (?) may da dita senhora pryoresa como dito dão as mais obriguasões que lhe o dito mosteyro tinha e por remate de conta de tudo se achou ficar lhe a dita senhora pryoresa e comvemto devendo vimte mill reais os quais vimte mill reais [fl. 1v] ella comtou e resebeo peramte mim taballião e testemunhas ao fazer desta escriptura da mão delle doutor e com elles e com ho que mais tem resebido dellas dise que se dava e de feito deu por paga emtregue e satesfeita asy do serviço que fez ao dito comvento e senhora pryoresa como de todo ho mais pello que universallmente dise que dava como de feito deu pllenisima e gerall quytacão a dita senhora e comvento e a todos hos herdeyros e sobcesores delle deste dia pera todo sempre e prometeo e se obrigou numqa em tempo allgum lhe ser mais pedido nen demamdado cousa allgũa ao dito comvemto per sy nem per outrem e pello comtrayro lhe pagara todo com todallas custas despesas perdas e danos que se por iso fizeren [fl. 2] e reseberem pera o que hobrigou todos seus bens avidos e por aver. E em testemunho de verdade asi o outorgou e mandou fazer este estormemto e hos que comprirem e prometeo a mim taballião como a pesoa pubrica estepullante e aseytamte que todo pedy e aseytey em nome do dito comvemto a esto ausente de lhe tudo asi ter e manter pera sempre. Testemunhas presentes Manuell Memdez morador a Cruz de Cata Que Faras que asinou a roguo da dita Joana Paez por não saber esprever e Amador da Fomsequa criado delle doutor e Domimgos Carvalho outrosy seu criado e elle doutor dise ser ella ha propia e declarou elle dito doutor que hos ditos vimte mill reais herão das remdas do dito comvemto cujo procurador gerall o he. Testemunhas hos sobreditos. Eu Gomez [fl. 2v] Abreu de Carvalho taballião pubrico de notas per el rey noso senhor nesta cidade de Lisboa e seu termo que este estromento em minha nota tomey aqui ho treslladey comsertey asyney do meu pubrico sinall.

[sinal do tabelião]

pago com nota d'outenta reais

[fl. 3] Quitacão de Joana Paes

Documento 11 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, n.º 1593 – Lisboa, 5 de Abril 1576 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

Saibão quoantos este estormento de quitacão virem que no anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quinhentos e setenta e seis annos em cinqo dias do mes d'Abrill na cidade de Lisboa acima do mosteiro de São Dominguos nas casas da morada de mim taballião ao diante nomeado e perante mim pareçeo hy presente Dominguos da Costa cavalleiro da casa del rey noso senhor morador nesta cidade na Mouraria na rua de João do Outeiro, loguo por elle Dominguos da Costa foy dito perante mim taballião testemunhas ao diante escritas que he verdade que elle he titor dos filhos que ficarão de Fernãod'Eanes seu sogro jaa defunto aparelhador que foy das obras del rey nosso senhor segundo consta per hũa certidão do senhor lecenceado Bras Bareto cidadão e juiz dos orfãos desta cidade da qual çertidão o trellado [fl. 1v] de verbo ad verbo he o seguinte:

O lecenceado Bras Bareto cidadão e juiz dos orfãos desta cidade de Lisboa etc. faço saber a quoantos esta certidão virem que eu tenho dado e de feito dou poder e autoridade a Dominguos da Costa conteudo nesta precuração pera cobrar e receber da prioresa e madres do mosteiro de Chellas os dez mill reais que diz dever aos filhos e herdeiros de Fernãod'Eanes que Deos aja aparelhador que foy das obras del rey noso senhor porque no ynventairo lhe ficão careguados em receita como titor que he dos filhos do dito defunto os quaes são somente Jeronimo de Morais e Luisa de Morais e Caterina Lopez, porquanto o dicto Dominguos da Costa he casado com hũa filha do defunto se afastou da eranca e se cahio com seu dote, e por certeza de tudo mandey pasar a presente per mym asinada em Lisboa oje quatro [fl. 2] do mes d'Abril, Vicente Gonçalvez de Pina escrivão dos orfãos e dos autos a fez anno de mill e quinhentos e setenta e seis, Bras Bareto.

E dise mais o dito Dominguos da Costa que elle he tãobem precurador dos ditos orfãos seus cunhados segundo consta por hum estormento de hũa precuracão feita per mim taballião em tres dias do mes d'Abril do dito anno de mil e quinhentos e setenta e

seis que com este estormento seraa apresentada por poder e vertude da dita precuracão e certidão do dito juiz dos orfãos Brás Bareto, dise o dito Dominguos da Costa que elle como titor e precurador que asy he dos ditos orfãos filhos do dito Fernãod'Eanes e de Caterina Fernandez sua molher jaa defuntos conhecera e confesava como de feito conheceo e confesou ser paguo entregue e satisfeito e ter en sua mão recebidos da muyto magnifica senhora dona Maria da Silva prioresa [fl. 2v] do mosteiro de Chellas de junto desta cidade e das madres do dito mosteiro dez mill reais em dinheiro que o dito mosteiro devia ao dito Fernãod'Eanes de certa obra que no dito mosteiro fez de seu officio de pedreiro, os quais dez mill reais asy dise que tinha recebidos por boas moedas deste reino de que estaa pago e satisfeito, e portanto e por asy ser paguo e satisfeito como dito he, dise o dito Dominguos da Costa que elle por este pubrico estormento dava ora como loguo de feito deu quitacão plenisima geral a dita senhora prioresa e madres do dito mosteiro de Chellas de toda a obra e obras que o dito Fernãod'Eanes seu sogro pay dos ditos orfãos fez no dito mosteiro de Chellas do dito seu officio de pedreyro porquoanto de todas as ditas obras dise ser pago entregue e satisfeyto dellas de quoantas se acharem que ho dito Fernãod'Eanes [fl. 3] fez no dito mosteiro do dito seu officio porque de todas as ditas obras e feytio dellas lhe daa esta quitacão, e dise mais o dito Dominguos da Costa que sendo caso que em algum tempo por algũa via que seja os erdeiros de Gonçalo de Toralva parceiro que foy do dito Fernãod'Eanes venhão e demandem algũa cousa ao dito mosteiro de obras que nelle fizese como parceiro do dito Fernãod'Eanes na parte destes ditos dez mill reais somente, que elle Dominguos da Costa se obrigua de tirar de tudo a paz e a salvo ao dito mosteiro de Chelas e se dar por autor e defensor a dita causa e de depositar logo os ditos dez mill reais na mão da dita senhora prioresa e madres do dito mosteiro sem mais pera yso ser requerido citado buscado nem demandado se não depositar loguo os ditos dez mil reais como dito he sem poder vir com nenhuns embargos nem rezões, e querendo vir com elles [fl. 3v] o não poderaa fazer sem fazer primeiro o dito deposito da maneira que fica obriguado e emquoanto o não fizer lhe sera deneguada a audiencia e se daa por condenado pera fazer o dito deposito como se fora julgado per sentenca, e prometeo e se obrigou de nunca em nenhum tempo por sy nem por outrem nem por nenhũa outra pesoa mais ser demandado cousa algũa ao dito mosteiro de todo o que dito he, e sendo ese mais algũa cousa demandado lho pagara todo em dobro e com todas custas despesas perdas dapnos que o dito mosteiro e freiras delle por ello fizerem e receberem, pera o que obrigou seus bens e fazenda e os bens e fazenda dos ditos orfãos como seu titor. E em testemunho de

verdade asy o outorgou e mandou ser feyto este estormento e prometeo a mim taballião como a pesoa pubrica extipullante e aceitante em nome [fl. 4] do dito mosteiro e madres delle e de todas as pesoas que este estormento tocar ausentes de lho todo asy comprir ter e manter como neste estormento se contem. Testemunhas que presentes forão Antonio Carvalho pedreiro morador nesta cidade na Rua da Baroca do Chão de Dom Anrique e Francisco Gonçalves criado de mim taballião, e eu taballião conheço o dito Dominguos da Costa ser o proprio conteudo neste estormento e estar de presente.

[Noutra mão] E eu Marco Amtonyo pubriquo taballyão por el rey noso senhor na dita cidade de Lixboa e seus termos que este estormento de precuracão esprevy em meu lyvro de notas e delle o fiz treladar per licemca que pera ello tenho do dito senhor e o comcertei com ho propio que em meu poder fiqua e o asiney aquy deste meu pubriquo sinnal.

[sinal do tabelião]

pagua co[m] nota terlado cento sasenta reais

[fl. 4] Quitacão Dominguos da Costa como titor dos filhos de Fernãod'Eanes ao mosteiro de Chelas.

Documento 12 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, n.º 1598 – Lisboa, 11 de Abril 1576 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

Saibão quoantos este estormento de declaração e quitacão virem que no anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quinhentos e setenta e seis annos em onze dias do mes d'Abrill na cidade de Lisboa acima do mosteiro de São Domingos nas casas da morada de mym tabalião ao diante nomeado e perante mym pareceo hy presente Dominguos da Costa cavalleiro da casa del rey nosso senhor morador nesta cidade na Mouraria na rua de João do Outeiro loguo por elle foy dito perante mim taballião testemunhas abaixo escritas que he verdade que elle he precurador e titor dos filhos que ficarão de Fernãod'Eanes aparelhador que foy das obras del rey e que como seu titor e precurador declarava elle Dominguos da Costa que sendo caso que hos herdeiros de Goncalo de Toralva e Diogo de Toralva demandem em algum tempo ao mosteiro de Chellas de junto desta cidade dizendo que o dito Fernãod'Eannes [fl. 1v] não foy parceiro

no feitio da obra de que pertendam aver paguamento por ynteiro em tal caso elle Dominguos da Costa se obrigua a tirar o dito mosteiro a paz e a salvo de toda a perda e danno que por ysso o dito mosteiro fizer e receber e se dar por autor e defensor a tudo o que lhe asy ficou diguo for pedido e demandado, e o dito Dominguos da Costa conheceo e confesou ter em sua mão recebidos da muyto manifica senhora dona Maria da Silva prioresa do dito mosteiro e madres delle dez mill reais em dinheiro de contado os quais asy recebeo por ultimo paguamento de todalas obras que ho dito Fernãod'Eannes fez emquoanto viveo no dito mosteiro e portanto e por asy ser paguo e satisfeyto deu loguo quitacão plenisima gerall pera sempre ao dito mosteiro de Chellas e o daa por quite e livre d'oje pera sempre porquanto de tudo estaa satisfeyto [fl. 2] e paguo e que estes dez mill reais que asy recebeo são de obra que o dito Fernãod'Eanes fez e foy companheiro no fazer della com o dito Goncallo de Toralva de que o dito mosteiro ficou devendo certos pedacos de obras que nelle fizerão por bem das quais reçebeo os ditos dez mill reais que caben a sua parte pelo concerto que antre ambos <ouve> com ho dito mosteiro, e prometeo elle Dominguos da Costa e se obrigou como titor e precurador dos dittos orfãos e em seu nome delle Dominguos da Costa de nunca mais em nenhum tempo ser mais demandado por nenhũa pesoa nem pesoas ao dito mosteiro cousa algũa das sobreditas sob pena de lhe ser tudo pago em dobro e com todas custas despesas perdas dannos que o dito mosteiro por iso fizer e receber pera o que obrigou seus bens e fazenda moveis e de raiz avidos e por aver e que a tudo se dava por autor [fl. 2v] e defensor como atras fica declarado e que outorga de ser por ello citado demandado se comprir perante quem o dito mosteiro o quiser demandar e por suas cartas citatorias precatorias vir responder donde quer que estiver e renunciou pera isso juizes de seu foro e que de nada quer usar salvo todo comprir e pagar pelo modo que dito he. E em testemunho de verdade asy o outorgou mandou ser feito este estormento e prometeo a mym taballião como a pesoa pubrica extipullante e aceitante em nome do dito mosteiro e madres delle e de quem esto pertencer a esto ausentes de lho todo asy comprir ter e manter como neste estormento se contem. Testemunhas que presentes forão [noutra mão] Jorge Nunez filho de Goncallo Nunez morador nesta cydade alem do mosteyro de Santa Ana e Francisco Goncallvez cryado de myn taballyao. E eu taballyão conheço o dito Domynguos da Costa. E eu Marco Amtonio pubryquo [fl. 3] tabalyão por ell rey noso senhor na dita cydade de Lixboa e seus termos que este estormento esprevy em meu lyvro de notas e delle o fiz treladar e o comcertey com ho propyo que em meu poder fiqua e o asynney aquy deste mey pubryquo synnal e antrelinhey ouver.

[sinal do tabelião]
pagua com nota terlado cem reais

[fl. 3v] Aomde vão os riscavão as forças do que relevavam e contudo guardemse todos estes papeis.

Documento 13 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 82, n.º 1632 – Lisboa, 12 de Abril 1577 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

Saibão quantos este estromento de hobryguação conserto e quytação vyrem que no ano do nasçimento de Noso Senhor Jesu Cristo de mill e quynhentos setenta e sete aos doze dias do mez d'Abrill na çidade de Lysboa no paço dos taballiães pareserão presentes ha saber de hũa parte ho senhor Frãoçisquo Guodiynho cavalleyro fydallguo da casa dell rey noso senhor e rezydente em casa da raynha nosa senhora e seu allmoxarife, e da houtra parte estando presemtes Mateus Pyres pedreyro morador nesta çidade ha rua da Oullyveyra junto do postyguo de São Roque e Dioguo Guodynho carpynteyro e morador nesta çidade a callsada do Comgro e loguo pello dito Frãosiquo Guodinho foy dito que elle he procurador bastãote pera ho hefeyto desta hobryguação e comtrato do convento e madres do mosteyro de Chellas çito no termo desta çidade como loguo fez [1v] çerto por hum asynado das [s]enhoras pryoresa subpryoresa viguarya hen seu nome e das mays madres do dito mosteyro, ho quall asynado estava justyfycado por Pero de Guois taballião pubryco de notas nesta çidade de Lysboa e cuja justyfycação e sinall pubryco eu taballião conheço ser do dyto Pero de Gois e oje hem dya serve seu hofyçio do quall ho tresllado he ho seguynte:

Ha pryoresa e madres deste mosteyro de Chellas dão poder ao senhor Frãoçisquo Guodynho pera que hem seu nome mãode fazer hũa escretura a Mateus Pyres e Dioguo Guodynho sobre serta hobra que se obryguarão a fazer neste mosteyro como consta de huns apomtamentos que presentara e lhe dão poder pera asinar hen seu nome e das mais madres ha dita escretura. Oje honze d'Abrill de quynhemtos setenta e sete. A pryoresa, su[fl. 2]pryoresa, viguarya.

E tresladado ho dyto asinado o acostey a nota e loguo pello dito Frãoçisquo Guodynho em nome das dytas senhoras foy dito que ellas estão consertadas con hos

sobreditos Mateus Pyres Dyoguo Guodinho pera elles fazeren hũa quadra das varãodas da crasta do dito mosteyro con suas cullunas e arcos asy e da maneyra da outra que ja esta feyta no dito mosteyro e com seu poial sobre que vão asemtadas has ditas cullunas foradas de lajeas por syma, a quall varãoda sera travejada de tersadas, hasolhada de taboado de pynho de Frãodes e por sima ladrylhada de ladrylho rebatido e cortado, e no andar de syma da dita varanda farão houtro peytorill forado de lajeas sobre que asemtarão has cullunas que serão de pallmo de groso hou maes se for neçeçario [fl. 2v] has quaes cullunas terão de allto hoyto pallmos e tres quartos com suas vazas e capyteys sobre has quaes asentarão suas bonequas e allquytraves de vyguas dobradas sobre que farão ho madeyramento con suas aguoas furtadas, e no dyto peytoryll farão hũa entrada no meio da quadra pera nellas se hasentaren has grades de fero

Item forarão o travejamento e madeyramento de bordos conn suas mullduras neçeçaryas e emtabollamento por dentro e por fora e telharão e farão todos os canos e alljeroses que foren neçeçaryos pera ben da dita obra e guarneçerão de call todas as paredes da dita baranda allto e bayxo asy novas commo velhas as quaes todas serão caiadas.

Item desfarão a varãoda que hora esta feyta no andar de syma, do peytorill pera sima soomente e a tornarão a fazer [fl. 3] de novo que fique toda conforme a outra conteuda neste contrato con suas cullunas e madeyramento e foro e aguoas furtadas canos e alljerozes e telhados e todo ho mais que for neçeçaryo pera que fique tudo conforme, e farão as frestas que jaa estão prynçipyadas que dão luz as hofeçinas que estão por bayxo da dyta varãoda de dous pallmos se conpryr, e no peytorill da dita varãoda farão hũa entrada como na outra, has quaes varãodas terão de ladrylho dellas ate hos tyrãotes de fero quynze pallmos.

As quaes hobras elles Mateus Pyres e Dyoguo Guodinho se obryguarão e de feyto hobryguão fazer todas muyto ben feytas e acabadas hen que ão de por todas has acheguas a sua propya custa e despeza delles hobryguados soomemte as grades e tyrãotes que ha dita senhora [fl. 3v] abadesa ficou de se dar de fora deste contrato e allgũa telha se for neçeçarya e não serão hobryguados a ladrylhar mais que ho andar de sima. Has quaes obras elles obryguados se obryguão fazer da maneyra sobredita per preço e contia de trezemtos e vynte mill reais he hum moio de tryguo de que loguo conheçerão e confesarão teren reçebydo hem começo de paguo cento e vynte mill reais hem dynheiro de contado hen tostois de prata moedas corentes neste reyno dos quaes çento e vynte mill reais dyserão que davão e de feyto derão gerall quytação as ditas senhoras pryoresa e madres

e ao dito mosteyro e a seus buens pera senpre, e o que fallta pera conprymento dos dytos trezemtos e vymte mill reais he moio de tryguo que são duzemtos mill reais e o dyto moio de tryguo lhe paguarão ellas senhoras pryoresa e madres do dito [fl. 4] mosteyro interpolado por tenpos segundo tyveren nececidade do dynheyro pera ha dita obra de modo que lhe não fallte dynheyro pera se acabar ha dita obra, e de toda a contia que resta que elles hobryguados forem reçebendo ha conta queren he são contentes que todos hos asynados do que reçeberen de anbos honde quallquer deles valhão como escreturas pubrycas sem henbarguo de seren de maior contia. E se obryguão mais elles hobryguados a lhes daren toda esta hobra feyta e acabada por todo ho mes de Setenbro deste presente ano de quynhentos setenta he sete a quall não dãodo acabada paguarão todas as custas despezas perdas e danos que ho dyto mosteyro por iso fyzer e reçeber e prometen de não alleguar henbarguos ao hefeyto deste contrato hem parte nen [fl. 4v] em todo, e vyndo con elles lhe não serão reçebydos sen prymeyro depuzytaren hen juizo a contia que estyveren devendo do que tyveren reçebydo e se hentregue ao dyto mosteyro sen fyança nen hobryguação allgũa porquãoto d'aguora pera hemtão e pello contrayro hão por abonado ao dyto mosteyro pera todo poder reçeber, e con hobryguação mais que ambos elles hobryguados dyserão que de mão cumun fycavão cada hum por sy e hum pello todo yn sollydum, não se escuzando hum con ho houtro nen houtro con houtro sallvo que por quallquer delles que ho dyto mosteyro ho quyzer aver e o milhor parado achar que por esse ho ajão, e pela sentença que se ouver contra quallquer delles posão fazer eyxacusão nos buens do outro ate de todo serem satisfeytas ellas senhoras pryoresa e madres, [fl. 5] e se posão mudar de hun ao outro e doutro ao outro ate reallmente ha dita obra ser acabada hen toda a perfeyção, a quall elles prometem acabar copyosamente sen fallta allgũa, e sendo caso que aja allgũa fallta hou inperfeyção na dyta obra de que elleas (sic) senhoras não fiquen sa[293]tisfeytas elles se obryguão acabar perfeytamente a vomtade das dytas senhoras pryoresa e madres segundo forma deste contrato. E pera asy ho conpryr hobryguarão elles Mateus Pyres e Dioguo Guodynho suas pesoas e todos seus buens avydos e por aver e outorguarão não conpryndo asy todo pelo modo sobredito serem por iso çitados e demãodados perãote os juizes e coreguedores do civell desta cidade e de quaesquer houtras justyças honde e perante quem este estromento for mostrado, se obryguão responder çitados [fl. 5v] e demandados por suas cartas çitatoreas precatoreas e sem ellas de sy fazeren todo conprymento de dereyto e justyça, pera ho que renunçiarão

[293] Riscado "fiz"

e cada hum renunçiou juizes de seu foro e da tera e luguar donde ao tall tenpo vyveren e moraren e todos os mais prevylegyos e lyberdades de leys e ordenações e defenções de feyto e de dereyto que por sy e en seu favor alleguar posão que pera isto lhe não valhão, sallvo todo conpryr e paguar ynteyramente pello modo sobredicto. A quall obra sera vysta por hofiçiaaes que a bem entendão se esta booa e de reçeber e pera aceytar conforme a este comtrato e estãodo tall lhe sera feyto conprymemto de todo paguamemto.

E em testemunho de verdade asy ho outorguarão e mãodarão fazer este estromemto e desta nota os tresllados que conpryren que ho dyto Frãoçisco Godynho presente pedio e açeytou em nome [fl. 6] das ditas senhoras pryoresa e madres do dito mosteyro por has quaes hobryguou os buens delle e elles hobryguados ho aceytarão, e eu tabballião ho açeyto em nome do dito mosteyro como pesoa pubryca estepullãote e açeytãote.

Testemunhas que forão presemtes: Antonio Serão e João Rodrygues Jacome e Pero Tome taballiaes das notas nesta çidade. E eu taballião conheço estes partes todos tres serem hos propyos e serem presemtes.

[outra letra] E eu Fernaom Moniz taballiaom publico de notas por ell rey noso senhor em esta cidade de Lisboa e seus termos que este estromento em minhas notas tomei e dellas o fiz treslladar por licemca que pera yso tenho e ho comcertei sobescrevi e asiney de meu publico sinall. Risquei fi, por verdade.

[sinal do tabelião] pagou deste com nota duzentos e setenta reais

[fl. 6v] Contrato antre o mosteiro de Chellas e Diogo Godinho e Mateus Piriz

Documento 14 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 80, n.º 1583 – Lisboa, 1 de Fevereiro 1588 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

Saibão quoantos este estromento de quitação virem que no anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quinhentos e oitenta e oito ao primeiro dia do mes de Fevereiro no mosteiro de Chellas de junto a cidade de Lisboa no lucatoreo do dito mosteiro as grades delle estando ahy presentes ouvidas e não vistas convem a saber a senhora Maria da Trindade prioressa, Felipa do Espirito Santo vigaira, Illena do Espirito Santo, Breatis da Paixão, Margarida Bautista, Ana da Madre de Deus, Maria de

Nazare, Maria do Monte Ollivete, Joana d'Assencão, Felipa dos Anjos, Francisca de São João, Joana da Culluna, Isabeell da Vizitacão, e outras rellegiosas do dito convemto juntas e comgreguadas em cabido, cabido fazendo chamadas a elle per som de campa tangida segundo seu costume e especiall pera o auto seguinte e loguo por ella senhora prioressa e comvento foi dito perante mim ta[fl. 1v]ballião e testemunhas ao diante escrytas que he verdade que ho senhor dom Andre de Noronha bispo que foi de Prasencia manda por seu sollene testemento a seus testementeiros paguem a ella senhora prioresa e convento a contia de trezentos e sessenta mill reais que elle senhor bispo devia ao dito convento do dote e allimentos da senhora dona Julliana que no dito mosteiro estaa segumdo milhor disse ser declarado no testamento do dito senhor bispo a que se refere, os quaes trezentos e sessenta mill reais os illustrissimos senhores duque e duquesa de Beja os paguão a ella senhora pryoresa e comvento pello dito senhor bispo e como seus testementeiros e de feito paguarão perãote mim taballião e testemunhas ao diante escritas per hũa soma de moedas de prata das correntes deste reinno per mão de João Çunari criado dos ditos senhores duque e duquesa que presente [fl. 2] estava que lhas deu e pagou a ella senhora prioresa e convento por os ditos senhores e hos mãodarem daar pera fazer este pagamento, nos quaes depois de por ellas senhoras prioresa e convento mandadas contar e recebida disse averem ellas ha dita contia dos ditos trezentos e sessenta mill reais com os quaes disse ella senhora prioressa e convento que davão e de feito derão por quites e livres deste dia pera todo sempre aos ditos senhores duque e duquesa e aos maaes testementeiros do dito senhor bispo de todo o dito dote e alllimentos da dita senhora dona Julliana porque com a dita contia se dão por pagas e satisfeitas do dito dote e allimentos e declarou ella senhora prioresa que da obryguacão do dito dote e allimentos tinha ho dito senhor bispo dado dous allvaras de sua mão a ella senhora prioressa e hum delles feito a vinte e oito dias do [fl. 2v] mes de Setembro do anno de mill quinhentos e sessenta e oito e o outro a quatro dias do mes de Julho de mill e quinhentos e setenta e oito, os quaes allvaras ellla [sic][294] senhora prioressa ha por nenhuns e de nenhum iffeito pera por elles não tornar a pedir cousa alllgũa do dito dote e allimentos em tempo alllgum, e que se entenda que o declarado no dito testamento do dito senhor bispo e nos ditos allvaras he tudo hũa mesma cousa e promete e se obrygou ella senhora prioresa e convento de ter e manter esta quytacão pellos bens e rendas do mosteiro que pera isso obrygarão. E em testemunho de verdade

[294] O tabelião tem tendência a repetir os "ls" em excesso.

assi o ouutorguarão he mandarão fazer este estromento de quitacão que elle João de Cunari aseitou e prometerão a mim taballião como a pessoa pubryca estepullante e aseitante em nome dos dytos senhores duque e duquesa e pessoas ausentes a que tocar per quem eu taballião tudo pedi e a[fl. 3]seytei de lho todo assi comprir e manther pello modo que dito he. Testemunhas que presentes forão ho lecemceado Diogo de Taide procurador na corte e morador na cidade de Lisboa e Denis Carneiro cavalleiro fidalllgo da casa dell rey nosso senhor e morador na dita cidade e Pero Lopez famillíar do dito mosteiro e declaro que a senhora prio[r]esa e rellegiosas asinadas no registo são as proprias. [noutra mão] Eu Bertolameu Guomes Pinheiro taballião por ell rei noso senhor nesta cidade de Lixboa e seus termos que este stormento em [m]eu livro de notas tomei e delle ho fis treslladar e com ho propio ho consertei e aqui asinei de meu pubcrico sinall, consertei "mo".

[sinal do tabelião]

nada

[fl. 2v]
dote de Juliana de Jhesus

Documento 15 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 81, n.º 1612 – Lisboa, 28 de Julho de 1594 (treslado de 11 de Dezembro de 1596) (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

Saibam quantos este estormento de quytaçam virem que no anno do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de myll quynhemtos e noventa e quatro aos vynte e hoyto dyas do mes de Julho na cydade de Lysboa na Rua dos Cabides nas cassas da morada do senhor Guaspar de Carvalho da Costa cavaleyro da ordem de Crysto e procurador gerall do mosteyro de Chellas termo desta çidade estando elle ahy presente, e bem asy estando mais presente Fernam Dinis pedreiro morador nesta çidade a Mourarya na Rua Dereita de Santa Barbara loguo por elles foy dyto perante mym taballiam e testemunhas ao dyante nomeadas que hera verdade que aos hoyto dyas do mes de Maio do anno de mill quynhemtos oytenta e nove fizeram hum comtrato ante Antonio Pynheiro publyco taballiam de notas nesta çidade pello quoall comtrato elle Fernam Dinis se obrygou fazer no dyto mosteiro as obras seguyntes a saber: acabar dous [fl. 1v] lanços da crasta nova

em que farya colunas de pedra no andar de baixo e nas varandas de syma e arquos de tejolo tudo comforme ha hordem que pera estas cousas lhe desse ho senhor Nycolao de Fryas mestre das obras desta çidade e arcebispado della, e os preços seriam hos seguyntes:

Ytem averya elle Fernam Dinys por cada braça de allvenarya diguo de parede de allvenaria asy allta como bayxa muyto bem feyta e muyto farta de call em preto myll e quynhemtos reais, e por cada braça de guarnyção muyto polida e bem apymselada dozentos e çincoenta reais, e por cada vara de cunhall de boa pedraria branqua lavrada d'escoda bem tratada com boas restas de pallmo e meio de gallga, dous pallmos de paramentos boons leytos e asentados en seu luguar conforme aos que na dita crasta estam feitos e com seus resalltos quynhemtos e çinquoenta reais, e por cada vara de degrao de pallmo e meio de larguo que ficar a [fl. 2] descuberto e hum pallmo d'allto asemtados em seu luguar, lavrados d'escoda de pedra branqua hoytocemtos reais, e por cada vara de lagem das que vam antre as colunas e tomam toda a grosura de parede, lavradas d'escoda com seus paninhos, resalltos e aresto de çima, levada em redondo porque servem de peytoris, comforme as que estam feitas, e por cada hũa das colunas da crasta debaixo comformes em alltura grosura e ordem das que estam feitas, com seus capiteis e vazas muyto bem tratadas e asemtadas em seu luguar oyto mill reais, e por cada hũa das colunas das varandas alltas comforme as que estam na dita crasta seys mill reais, e por cada braça de telhado mourysquo pondo telha e tudo mais necessareo hoytocemtos reais, e por cada braça de tyjollo tosquo e rebatydo e cortado asentado oytocentos reais, e por cada braça de tijollo roçado, cortado, asentado myll e dozentos reais, e por cada braça de cano dobrado quynhemtos reai. E quanto aos arquos que ham de hyr sobre as colunas da varanda de baixo comforme [fl. 2v] ha de tijollo lhe paguaryão pellos preços da allvenarya. E todas as acheguas que fossem necesareas pera a obra seryam a custa do dyto Fernam Dynis como tudo isto e outras coussas muyto mais larguamente se comtem no dyto comtrato. E alem da dita obra comteuda no dyto comtrato fez mais obras no dyto mosteiro as quoais obras todas se acabaram no anno pasado de noventa e tres e todas foram medydas por Dyoguo Rodrygues medidor das obras desta cidade ao que foram presentes ho senhor doutor Antonio da Cruz vesytador nesta cidade de Lysboa e o senhor Nyculao de Fryas mestre das obras desta çidade e seu arcebispado e asy elle senhor Guaspar de Carvalho da Costa procurador gerall do dyto mosteiro e em todas as dytas obras declaradas no dyto contrato e nas mais que elle Fernam Dinis fez fora dele per sy soo no dyto mosteiro que as acabou no dyto anno [fl. 3] de noventa e tres se montaram seys myll e dozentos cruzados pellos preços do dyto contrato e pellos preços em que se

acordarão, não emtramdo nysto a obra que elle Fernão Dynys ora faz e acomeçou de fazer no dyto mosteiro o dyto anno de noventa e tres em companhia de Manoel Moreira houtrosy pedreiro morador no paço do Lomear pello segundo comtrato que elles fyzerão com ho dyto mosteiro, o quoall comtrato foy feyto per mym taballiam ao dyante nomeado de maneira que este segundo contrato e obra delle que elle Fernão Dynis e o dyto Manoel Moreira vam fazendo não emtra nesta soma açima declarada nem nesta quytação e fica de fora della por ser cousa soparada de por sy, e somente emtra na dita soma açima toda a dita hobra do dito comtrato atras referydo e asy toda a mais que elle Fernão Dynis fez de fora dele per sy soo no dyto mosteiro que deu hacabada no dyto anno de noventa e tres, os quoais seis myll e dozemtos cruzados que se momtaram na [fl. 3v] dyta obra sobredyta elle Fernam Dynys comfesa e de feyto confesou perante mym taballiam e testemunhas ao dyante nomeadas ter em sy recebido das senhora Breatiz da Payxão e da senhora Ana da Madre de Deos pryoresas que foram do dyto mosteiro e asy da senhora Francisqua de Sam Johão Bautysta pryoresa que ora he do dyto mosteiro e asy dele senhor Guaspar de Carvalho da Costa procurador gerall delle e ysto per vezes em dynheiro de contado de que dysse estar entregue sem fallta allgũa, emtrando nesta dyta somma treze myll e dozentos reais que lhe emtregou ho dyto Gaspar de Carvalho da Costa ao fazer desta escretura perante mym taballiam e testemunhas ao dyante nomeadas ha elle Fernam Dynis em dinheiro de contado com que lhe perfez e acabou de paguar a dita soma dos dytos seys mill e dozemtos cruzados emtrando neles todos asynados e escrytos que se acharem ter elle Fernão [fl. 4] Dinis dados ao dyto comvento desta sobredyta hobra, os quais asynados o dyto comvento tem e nam teram força nem vyguor alguum porque todos emtram na dyta soma e per elles se fez comta e emserramento della e constou per elles, e com hos ditos treze myll e dozentos reais que elle Fernam Dynis ora recebeo se montarem hos dytos seys mill e dozemtos cruzados que tem recebydos como dito he que se montaram em toda a sobredita hobra. E posto que açima digua que os dytos asynados que elle Fernam Dinis deu da dyta soma e conthia estavam em poder do dyto mosteiro lhe foram loguo ao fazer desta escretura mostrados pello dito Guaspar de Carvalho da Costa a elle Fernam Dinis que elle vyo e reconheceo por seus e estam feitos em hum livro que fica na mam delle Guaspar de Carvalho da Costa hos quoais asynados se ryscaram todos e não teram vygor algum porque todos emtram na dyta soma declarando que falltava [fl. 4v] para emcher a dyta soma hum asynado que dera ao dyto mosteiro de comthia de trezentos myll reais que fora feyto pello padre Francisco Lopez capellam do dyto mosteiro o quoall asynado esta em poder do dyto mosteiro e parecendo nam tera vyguor allgum

porquanto emtra na dyta soma, dyzendo mais elle Fernam Dynis que com hos dytos seys myl e dozentos cruzados que tem recebydos do dyto mosteiro como haçima se declara se daa por paguo e satysfeyto do dyto mosteiro de toda a obra que nele fez assy da conteuda no dyto contrato prymeiro atras referydo feyto pello dyto Antonio Pynheiro, como de toda a mais que fez que deu acabada no dyto anno de noventa e tres antes do segundo contrato, assy dos preços, como de todas as acheguas que pos em toda a dita obra porque em toda ella se montaram os dytos seys myll e dozentos cruzados de que elle Fernam Dynis esta emtregue [fl. 5] e satysfeyto como dyto he por bem do quall dysse elle dyto Fernam Dynys que elle por este publyco estromento daa e de feyto loguo deu plenyçima e gerall quytaçam deste dya pera todo senpre ao dyto mosteiro e senhoras pryoresa e relegiosas delle presentes e futuras de toda a obra que fez ao dyto mosteiro asy da conteuda no dyto contrato feito pello dyto Amtonio Pynheiro como de toda a mais que fez alem da conteuda neste contrato que deu feita e acabada no dyto anno de novemta e tres antes do segumdo contrato, e asy dos preços que montaram em toda esta obra e achegas que pos em toda ela, e dystrata o dyto contrato feito pello dyto Antonio Pinheiro e o ha a por de nenhuum efeito força nem vyguor como se feito nam fora, e prometeo e se obrygou elle Fernam Dynys de comprir esta quytacam e a fazer boa e não ir contra ella em parte nem em todo por nenhũa vya que seja e de nam pedir nem demandar ao dyto mosteiro coussa allgũa per rezão de todo o sobredyto pois que de tudo esta [fl. 5v] paguo como dyto he. E pera o asym comprir com todas as custas despessas perdas e dannos que se por isso fizerem ou receberem hobrygou elle Fernam Dynis sua pessoa e todos seus bens avydos e por aver, e pello dyto Guaspar de Carvalho foy dyto que em nome do dyto mosteiro e como seu procurador gerall haceyta esta quytacam no modo nella conteudo e que o dyto mosteiro esta contente e satysfeyto de toda a sobredita obra porquanto o dyto Fernam Dynys tem comprydo com toda sua obryguacam que pello dito contrato prymeiro tinha e dystrata ho dyto contrato e o haa por nenhum e de nenhum efeito e em testemunho de verdade asy ho outorguaram e mandaram fazer este estormento e os que compryrem que elles partes pediram e aceitaram, e eu taballiam o aceito em nome dos ausentes a que toca ou tocar possa como pessoa publyca estepulante aceitante. Testemunhas que foram presentes [fl. 6] Pero Carneiro moço da camara del rey nosso senhor morador nesta çidade a Mouraria e Bastiam Fernandez moço da camara do dito senhor morador na Mora na quyntaã de seu pay Bastyam Fernandez. E eu taballiam dou fee que conheco a todas estas partes serem as proprias.

E declarou elle Fernam Dynis que na dyta soma e comthya desta quytacam emtrou toda a obra que na dyta crasta fez e asy no coro e mais partes do dyto mosteiro de ladrylho e azoleijo porque toda esta hobra de ladrylho e azoleijo que no dyto mosteyro fez emtra nesta quytacam e emtrou na dyta soma. Testemunhas hos sobreditos.

E declararam que o dyto Fernam Dynis pagou e satysfez ao dyto mosteiro os sesemta myll reais que se montaram na pedrarya que elle Fernam Dinis achou na dita obra que desmanchou os quoais sesemta mil reais se abateram nas contas que fyzeram de toda a dita obra de que ficaram liquydos os dytos seys myll e dozentos cruzados [fl. 6v] de que elle Fernam Dinys esta satysfeyto como atras fiqua declarado. Testemunhas hos sobretydos.

Eu Miguel da Cruz que syrvo de taballiam publyco de notas por el rey nosso senhor na cidade de Lisboa e seus termos no ofiçio de Antonio Serram que este estormento tomey em mynhas notas e dellas ho tirey e o consertey escrevy e asiney de meu publyco synall, oje honze dias do mes de Dezembro de mill quynhemtos noventa e seis anos.

Rysquey em, ny, comcertey, fo, rarão

[sinal do tabelião]

pago deste terlado com busqua trezentos e vynte reais digo trezentos reais

Documento 16 – ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 79, n.º 1565 – Lisboa, 27 de Agosto de 1597 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

Saybam quantos este estormento de quitacam virem que no anno do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de myll quynhemtos noventa e sete aos vynte e sete dyas do mes de Aguosto na çidade de Lisboa no paço dos taballiaes pareceo ahi presente Manoell Moreira pedreiro morador no paço do Lomear termo desta çidade mestre que foy das obras do mosteiro de Chellas setuado no termo desta cydade, loguo por elle Manoell Moreyra foi dito perante mym taballiam e testemunhas ao diante nomeadas que hera verdade que elle em companhia de Fernam Dinis outrosy pedreyro fizeram hum comtrato com ho dyto mosteiro de Chellas em que se obriguaram a fazer no dyto mosteiro hum dormytoryo com outra maes hobra pellos precos declarados no dyto contrato de que se fez escretura publyca per mym taballiam ao diante nomeado a quall obra aviam de fazer de permeio e por bem do dyto contrato elle Manoell Moreira fizera no dito dormitorio

ametade delle e asy fizera alem do dyto dormitoiro no dyto mosteiro outras mais hobras nas quais obras e asy da [fl. 1v] metade do dyto dormitorio se montou a seyscentos e seys mill e quynhentos reais comforme aos precos declarados no dyto contrato, a quall hobra se medyo pellos medidores das obras desta çidade e comforme a medyçam que se achou e precos do dito comtrato se achou caberem a sua parte dele Manoell Moreira da ametade que fez no dyto dormytoiro e outras obras mais que fez no dyto mosteiro hos dytos seyscentos e seys myl e quynhemtos reais dos quoais elle Manoell Moreira comfesou perante mym taballiam e testemunhas ao diante nomeadas ter em sy recebido do dito mosteiro quynhentos sesenta e seys mill e quinhentos reais em dynheiro de contado de que dysse estar entregue e satysfeito dos quoais quynhemtos sesenta e seys mill e quynhentos reais elle Manoell Moreira pasou asynados seus asy no livro que o mosteiro tem como em asynados que deu de fora que todos se ajuntarão e per elles se fez a dita soma dos dytos quynhentos sesenta e seis myll [fl. 2] e quynhentos reais de que elle Manoel Moreira esta paguo e satysfeyto. E os corenta mill reais que faltam pera comprymento dos dytos seyscemtos e seys myll e quynhemtos reais elle Manoell Moreira recebeo perante mym taballiam e testemunhas ao diante nomeadas do senhor Bras Dias d'Abreu procurador gerall do dyto mosteiro em dinheyro de contado per moedas de prata das corentes deste reyno que elle Manoell Moreira comtou e recebeo e depois de contados e recebydos comfesou aver nas ditas moedas hos dytos coremta mill reais sem mimguoa nem fallta allgũa, os quoais coremta mill reais elle Bras Dias d'Abreu emtregou a elle Manoel Moreira em nome da da (sic) muyto ilustre senhora Joana da Coluna pryoresa do dyto mosteiro e per esta maneyra dysse elle Manoell Moreira que esta paguo e emtregue dos dytos seyscentos e seys mill e quynhemtos reais com hos quoais seyscentos e seys mill e quynhentos reais que elle Manoell Moreira tem em sy recebido do dyto mosteiro como [fl. 2v] dyto he dysse que se daa por paguo emtregue e satysfeyto a sua vontade do dito mosteiro de todas as obras que nele tem feitas ate oje asy a metade do dyto dormytorio que fez como quaisquer outras hobras de quallquer calidade que sejam que no dyto mosteiro fez e asy das acheguas que pos nas ditas obras e suas maãos e outros guastos e ofeciais que pos, pello que disse elle Manoel Moreira que elle por este publyco estormentos dara e de feyto loguo deu per lenicima e geral quytacam deste dia pera sempre ao dyto mosteiro e senhoras pryoressa e relegiosas presentes e futuras de todos os ditos seisçentos[295] e seis myll e quiynhemtos reais e das ditas obras e prometeo e se

[295] Riscado "sesenta"

obrygou elle Manoell Moreira de comprir e manter esta quytacam em todo e por todo como nella se comtem e nam ir comtra ella em parte nem em todo por nenhũa via que seja nem de pedir nem demandar ao dyto mosteyro cousa allgũa per rezam do sobredyto porquanto de [fl. 3] tudo esta paguo e satisfeyto inteiramente como dyto he sem ho dyto mosteiro lhe dever nem ficar devendo cousa allgũa de todas as obras que nelle tem feitas ate oje e acheguas ofeciais e maãos que nellas pos e outros guastos e despesas que fez porque tudo lhe tem o dyto mosteiro paguo e satisfeito como dyto he, e os asynados que elle Manoel Moreira tem pasados não terão vyguor allgum porquanto todos entram nesta quytacam e feneçimento de contas. E asy mais elle Manoell Moreira recebeo da dyta senhora pryoressa per maão do dyto Bras Dyas d'Abreu tres mill reais pella guarnyçam que fez nos botareos que estam acostados ao dyto dormytoryo novo com hos quais tres myl reais elle Manoell Moreira se dara por paguo e satisfeito de toda ha garnyçam que fez nos dytos botareos da quall garnyçam dara por quyte e livre ao dyto mosteyro e pera o asy comprir com todas as custas despesas perdas e dannos que o dyto comvento pella dita rezam receber e fizer obrygou elle Manoell [fl. 3v] Moreira todos seus bens avydos e por aver. E em testemunho de verdade asy ho outorgou e mandou fazer este estormento e os que comprirem que o dyto Bras Dias d'Abreu que presente estava pedio e aceitou e eu taballiam o aceyto em nome do dyto mosteiro e senhoras pryoresa e relegiosas e mais pessoas a que toca ou tocar possa como pessoa publyca estepulante aceitante. Testemunhas que foram presentes Bertolameu da Sylva, famalliar do dyto mosteiro e Francisco Dinis, morador em cassa do dito Bras Dyas d'Abreu, e eu taballiam dou fee que conheco ao dyto Manoell Moreira ser o proprio conteudo neste estormento, e foy mais testemunha Jeronimo da Guerra filho do dito Manoel Moreira que asynou por elle a seu rogo por nam saber escrever. Eu Myguell da Cruz que syrvo de taballiam publyco de notas por el rey nosso senhor na cidade de Lisboa e seus termos no ofiçio de Amtonio Pinheiro que este estormento tomey em minhas notas e dellas o tirey e o consertey escrevy e asiney de meu [fl. 4] publyco synall. Risquey sesenta.

[sinal do tabelião] pagou este com nota dozentos e corenta reais

[fl. 4] quitaçam que deu Manoel Moreira pedreyro ao mosteiro de Chelas

Documento 17 – Memoria da casa de Jasus de Chellas das conegas regrantes de Sant'Agostinho a 14 de Junho de 1604, de Manuel Severim de Faria – Lisboa, 14 de Junho 1604 (Transcrição feita por Teresa Oliveira)

Memoria da casa de Jasus de Chellas das conegas regrantes de Sant'Agostinho a 14 de Junho de 1604

A mais antiga igreija que em Lixboa há segundo as pedras e cipos[296] que[297] se nella acharão hé esta de Chellas, a qual em todas as scripturas de grandes tempos atrás hé sempre chamada Achelas donde paresce <algũs>[298] he derivação ao nome de Achyles que segundo Homero estava nestas praias do mar oceano em hum cenobio das virgens[299] escondido[300], <outros dizem> que foi <o templo> dedicado a Minerva por Ulisses quando lansado das tormentas e marés veo aqui tomar porto, edificando juntamente a cidade Ulissica segundo Strabão que o tomou de Asclepiades Merliano que na Turdetania teve scolla publica de <?[301]>[302] <dis> que[303] neste templo de Minerva ainda em seus dias avia grandes frag[fl. 138v]mentos de naos, padassos de escudos e outras armas que por memoria tinhão pendurado para testificarem os errores de Ulisses e sua vinda a este lugar. Porem como isto é cousa tão antiga não podemos saber mais della que o que estes <curiozos>[304] affirmão e assi nos contentaremos com sabermos de certeza que pello me[305]nos em tempo dos romanos era já esta casa das vestaes como o testeficão estas duas pedras e hũa dellas mais expressamente que se achou a 23 de Setembro de 603 na parede do altar mor da capella da banda de fora com as letras para dentro a qual ainda que está por hũa parte quebrada se dexa bem entender e dis assi:

IVLIA Q. F. FV
Q. IVLIVS. QF. C
SEVERVS
H. S. SVNT

[296] Riscado nella.
[297] Riscado "ch".
[298] Riscado "tras algua".
[299] Riscado "vestaes".
[300] Riscado "o que lhe alguns cuirozos (sic) atribuem".
[301] Palavra ilegível.
[302] Riscado "e escrevendo dos custumes desta região>.
[303] Riscado "em (...) no".
[304] Riscado "autores".
[305] Riscado "s".

[fl. 139] que tornado em portugues dis assim segundo alguns: Julia filha de Quinto, Flaminia Vestal, Quinto Julio filho de Quinto Consular <Severo> aqui estão sepultados.

A outra pedra se achou tambem na capella mor poucos[306] dias antes desta a qual por estar mais quebrada não explica tanto. Porem tem estas letras:

F. GAL

A Q. FL

(...) I. S. (...)

que paresce querem dizer Flaminea ou Flavia Galla filha de Quinto, aqui esta sepultada.

Allem destes cipos[307] debaxo do altar mor se achou <atras> hua[308] pedra de tres até quatro palmos lavrada em ovado que tinha as letras

MAC

NETI

OIMP

AUG

S (...) VO

[fl. 139v] Alem deste se achou outro cipo de quadrado com hum ovado lavrado dentro, metido entre hũas toalhas feitas da mesma pedra e tinha estas letras

*[309] EP

SIT IC BONE ME

MORIA ECTI*

*N*DS

Achou se mais ao abrir do aliçerce desta capella onde esta o altar mor hũa pedra quadrada com hũa crus lavrada que a devide em quatro partes e em cada quartel da mão dereita hua malassada (?) e da banda esquerda hũa rosa ou flor[310].

Outra pedra se achou tambem no dito lugar de 6 palmos de comprido e de largo [fl.140] lavrada ao scopro com tres circulos e em cada circulo hũa figura de animal quadrupede com asas que demonstrava ser Pegasus ou Ipogrypho. Estas memorias todas[311] são do tempo dos romanos[312].

[306] Riscado "ten".
[307] Riscado "que fallão em Flamineas".
[308] A palavra está errada, mas parece ter sido por engano, porque a frase faz mais sentido com ela.
[309] Estes "*" indicam símbolos que não são letras.
[310] Riscado "que parecem armas del rey Bamba".
[311] Riscado "tirando a del rey Bamba po".
[312] Riscado "e a del rey Bamba devia de ser de algũa obra que a esta casa fisesse des".

Nesta casa estão muitos corpos dos martires[313] de tempos antiquissimos de cuja vinda se não sabe principio nem a occasião somente se tem por tradição certa que vierão desembarcar à porta do pateo do convento por todo este valle ser então esteiro[314] do mar, no qual pateo aonde agora se acharão grandes <ruinas e> indiçios de cais que alli foi e hum poço que nelle está retem o nome do poço de Santos Martires porque sobre elle poserão as reliquias para as recolherem em o convento [fl. 140v] donde estiverão muitos seculos de annos metidos em duas grandes caxas de pedra que servião de alltares da mesma advocação em hum dos quaes estava S. Adrião e Santa Natalia sua mulher com <on>[315]ze companheiros seus que morrerão em Nicomedia[316] <em tempos> de Maximiano emperador e no outro estava S. Felix diacono com doze companheiros que forão martirizados imperando Diocliciano.

Achou se mais outra pedra pequena com sós tres letras desta maneira:

: A : D : M :

que querem dizer na (sic) <anno>[317] do Senhor de mil, pello que paresce que neste anno ouve algũa fabrica ou cousa memoravel na igreija, e que avia aqui templo sendo inda os mouros senhores desta cidade, e pello conseguinte que nunca faltarão nella christãos, os quaes despojando depois os arabes fizerão e dedicarão esta caza ao nome de Jesu, como [fl. 141] pello que[318] escudo que a porta do pateo está se collige, e juntamente do sello da caza que hé hum Senhor Minino, e pello retabolo de páo que se achou detras do altar mor. E porque todo o edificio he ja mui velho e principalmente a capella, quiserão as freiras e o arcebispo D. Miguel que se fabricasse de novo a capella com grande perfeição, e assi esta já em muito bom ponto, de orden dorica, de fermosos marmores e jaspes, o altar mor hé dedicado ao Nome de Jesus e os coleteraes aos martires, a da Epistola a Santo Adrião e o do Evangelho a São Felix, tem cada hum delles ao pé hum cipo de marmore em que tem hũa scripta de hũa dis:

Fidelissimo atque invictissimo Christi Domini Martiri Adriano et Nataliae uxori eius

[313] Riscado “que nella estão”.
[314] Riscado “ou braço”.
[315] Riscado “do”.
[316] Riscado “debaxo”.
[317] Riscado “era”
[318] Este que provavelmente seria para riscar, sendo a frase “pelo escudo…”.

aliisque undecim sociisque sub Maximiano vario tormentorum genere occubuere, quorum corpora ante Alfonsum I Portugaliae Regem hic quiescunt. Hoc altare dicatum est.

[fl. 141v] E o altar da parte do Evangelho tem este letreiro:

Beatissimo Christi Domini Martiri Faelici Diacono aliisque duodecim martiribus que impiorum gladiis sub Diocletiano occubuerunt, quorum corpora hic jacent, ante Alfonsum I Portugaliae Regem. Hoc altare dicatum est.

Tem sobre a cornija e feito deste mesmo retabolo outro letreiro em portugues que dis:

Esta casa se rehedificou em tempo do illustrissimo D. Miguel de Castro arcebispo de Lixboa prelado desta casa com cujo governo foi sempre administrada como se ve de hum cipo feito na Era do Senhor de mil e das armas do rey Bamba, que repartio os bispados em Espanha, o que tudo se achou nesta reedificação com ruinas de hum cais de enxelharia aonde desembarcarão estes santos martires por este valle ser mar.

Sobre o retabolo da parte da Epistola está o letreiro seguinte: [fl. 142]

Este convento hé de conegas regrantes de Santo Agostinho por scripturas antiquissimas e foi casa das vestaes antes[319] da vinda de Christo Nosso Senhor o que se ve pellos vestigios das pedras que estão na crasta velha, e por o cipo de Julia Flaminea, e ara das vestais com o buraco da urna do igne perpetuo, assi que se acha ser reedificada esta capella quatro veses hua em tempo das vestáes, outra na primitiva igreija de Espanha, e duas despois.

Na crasta velha como este letreiro dis estão algũas pedras do tempo dos romanos que eu não vi e podem dar noticia a mais cousas. Achou se tanbem hũa taboa de marmore de sculptura de meo relevo de grande perfeição porem como a não vi não sei do historiado della.

No mosteiro há quarenta freiras guardão a regra dos conegos regrantes de Sãoto Agostinho e são sogeitas ao ordinario.

[319] Riscado “que”.

Anexo das Figuras



Figura 1 – Planta do Mosteiro de Chelas, no final do século XIX/início de XX

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar da Direção de Infraestruturas do Exército.

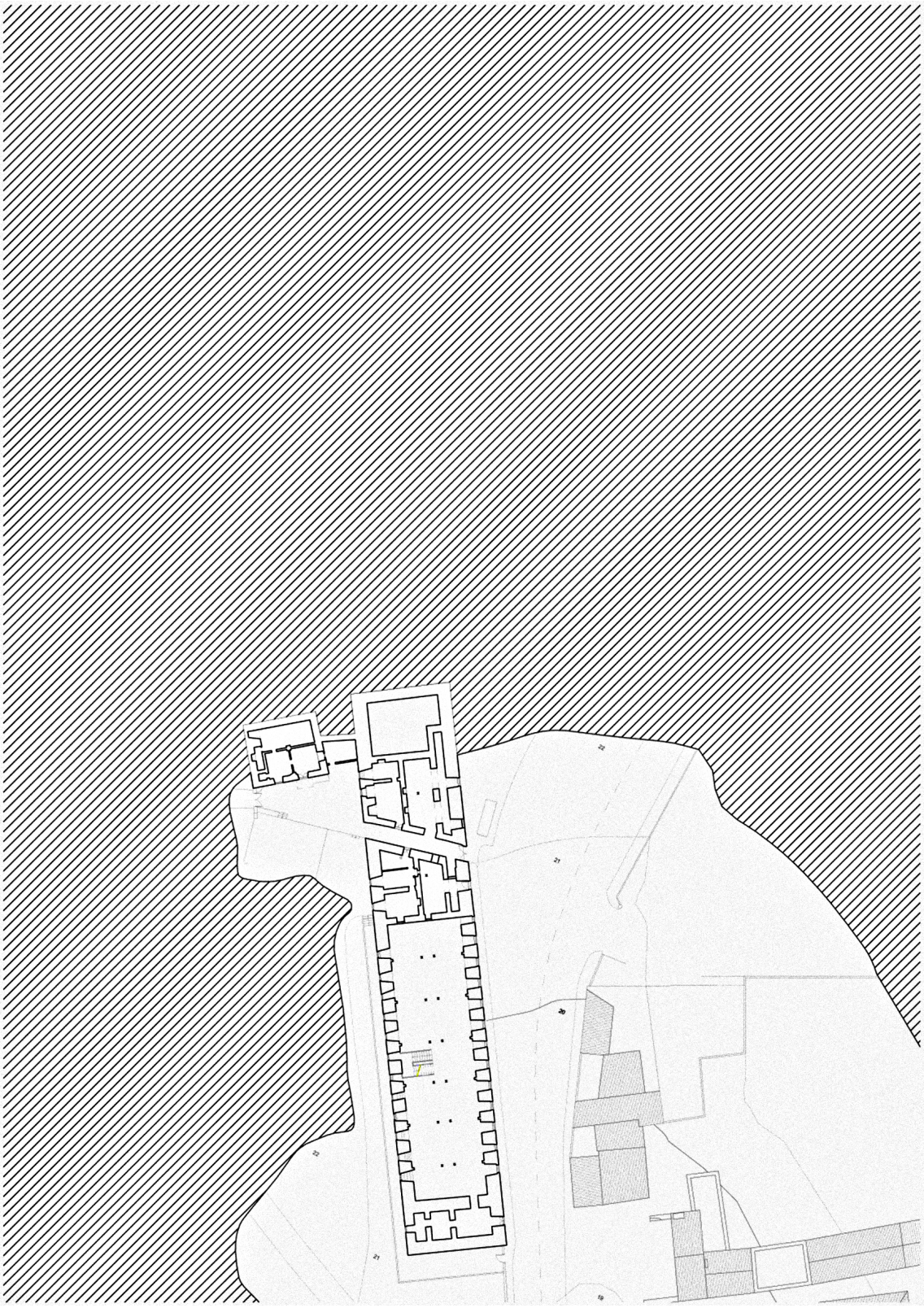


Figura 2 – planta do Mosteiro de Chelas na cota mais baixa. Fonte: CARVALHO, Tatiana — *Da Memória ao Lugar. Leitura e Reabilitação do Convento de Chelas*. Lisboa, 2019.

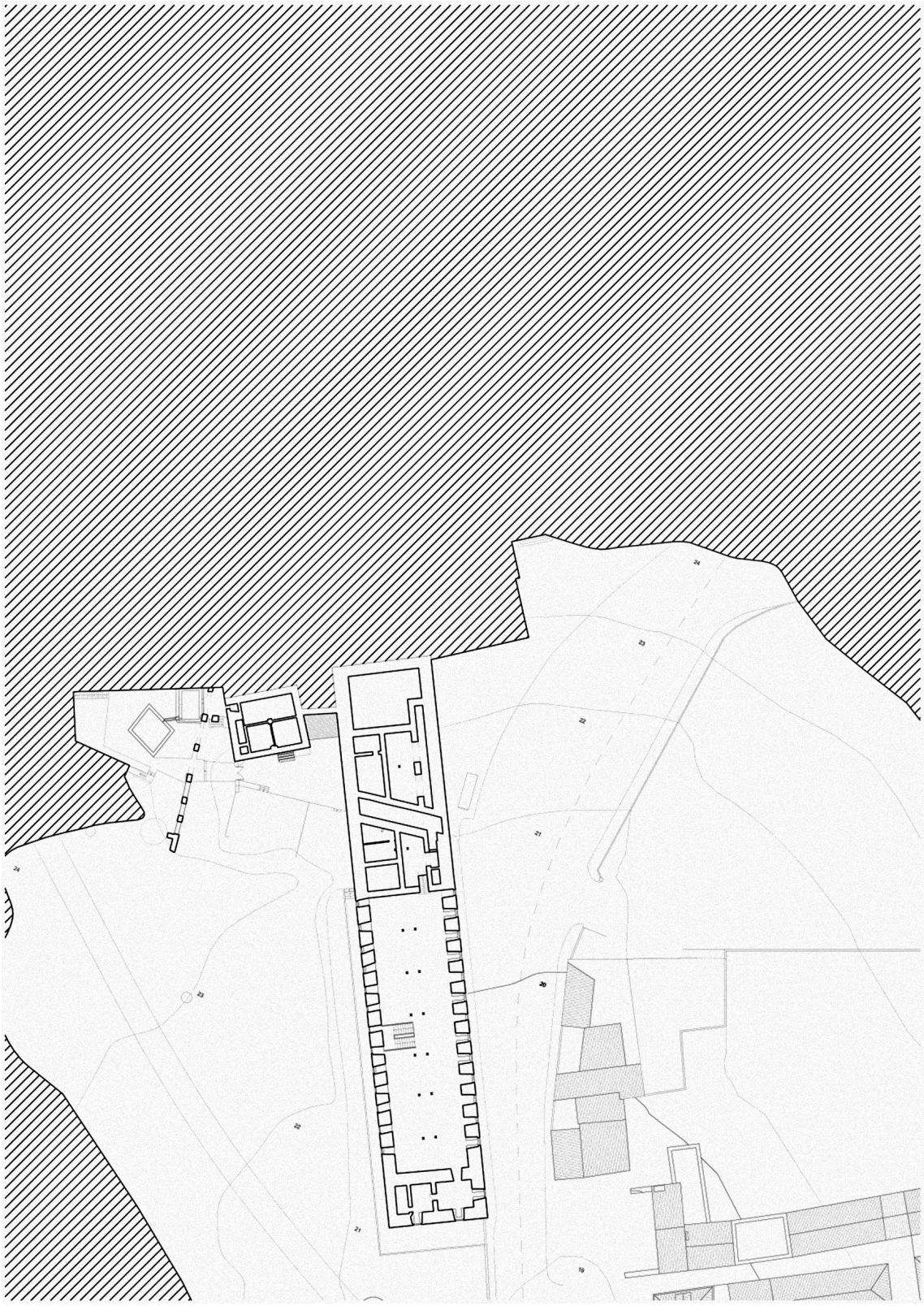


Figura 3 – Planta do Mosteiro de Chelas, 2ª quota. Fonte: CARVALHO, Tatiana — *Da Memória ao Lugar. Leitura e Reabilitação do Convento de Chelas*. Lisboa, 2019.

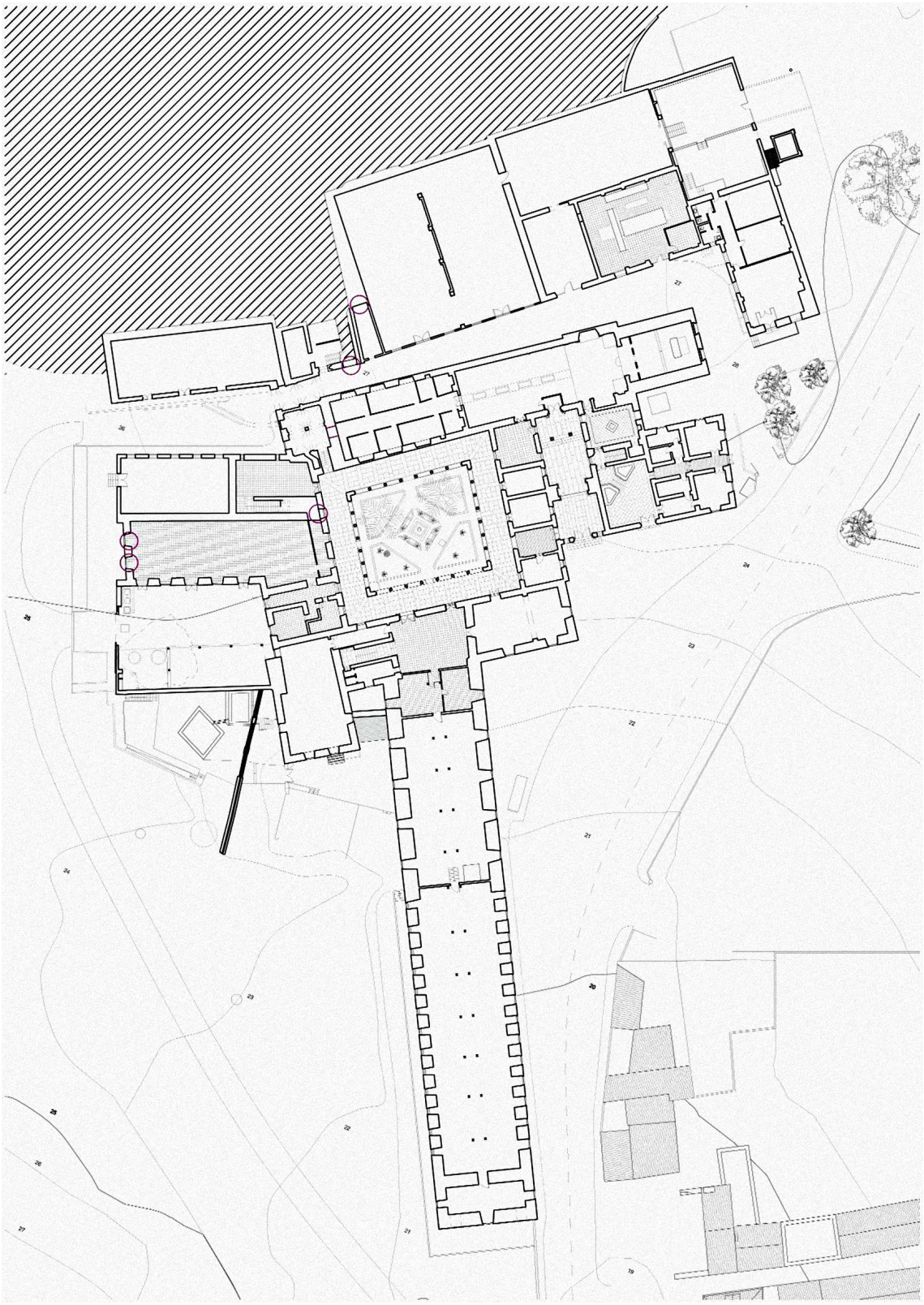


Figura 4 – Planta do Mosteiro de Chelas, 3ª quota. Fonte: CARVALHO, Tatiana — *Da Memória ao Lugar. Leitura e Reabilitação do Convento de Chelas*. Lisboa, 2019.

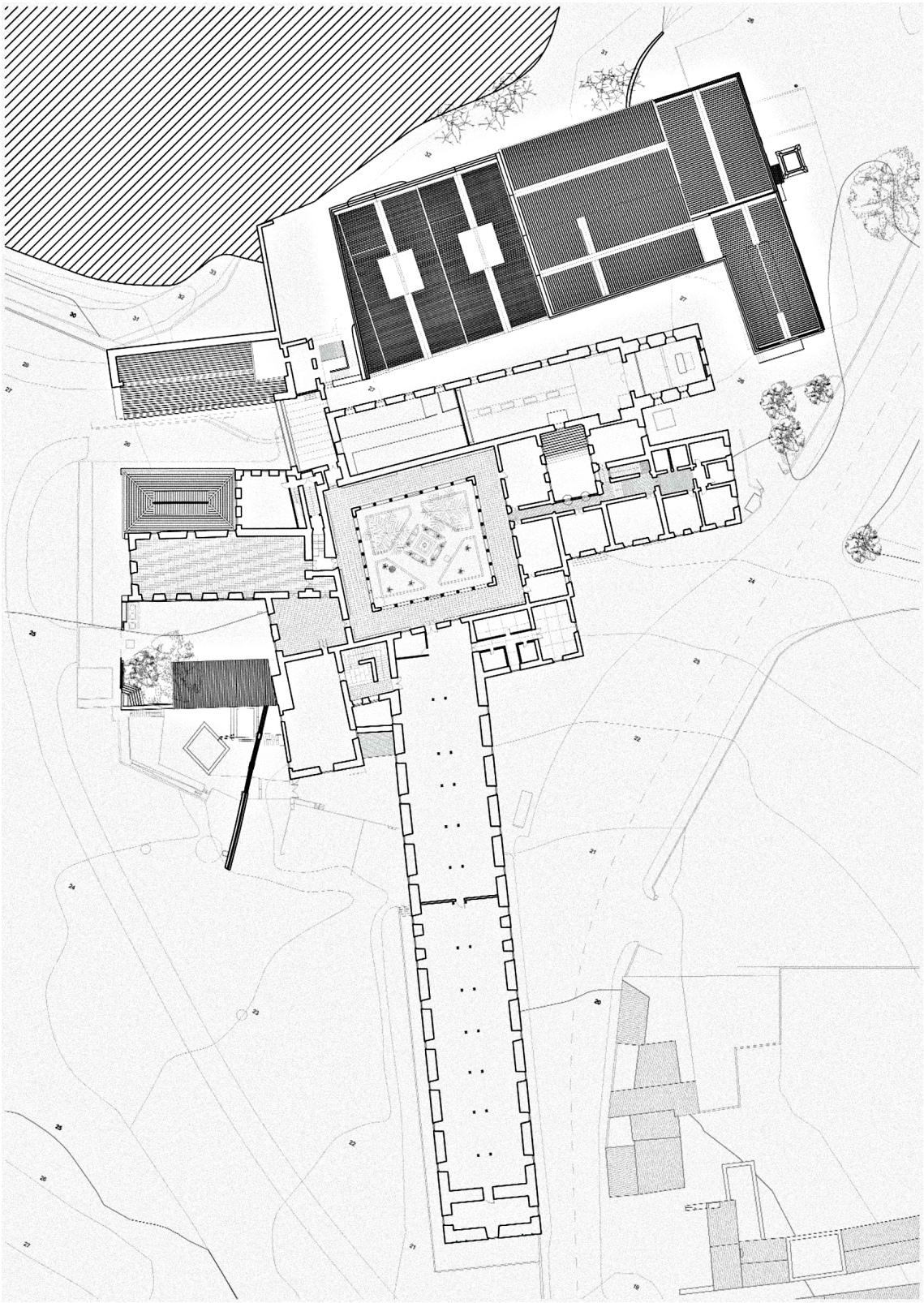


Figura 5 – Planta do Mosteiro de Chelas, 4ª quota. Fonte: CARVALHO, Tatiana — *Da Memória ao Lugar. Leitura e Reabilitação do Convento de Chelas*. Lisboa, 2019.

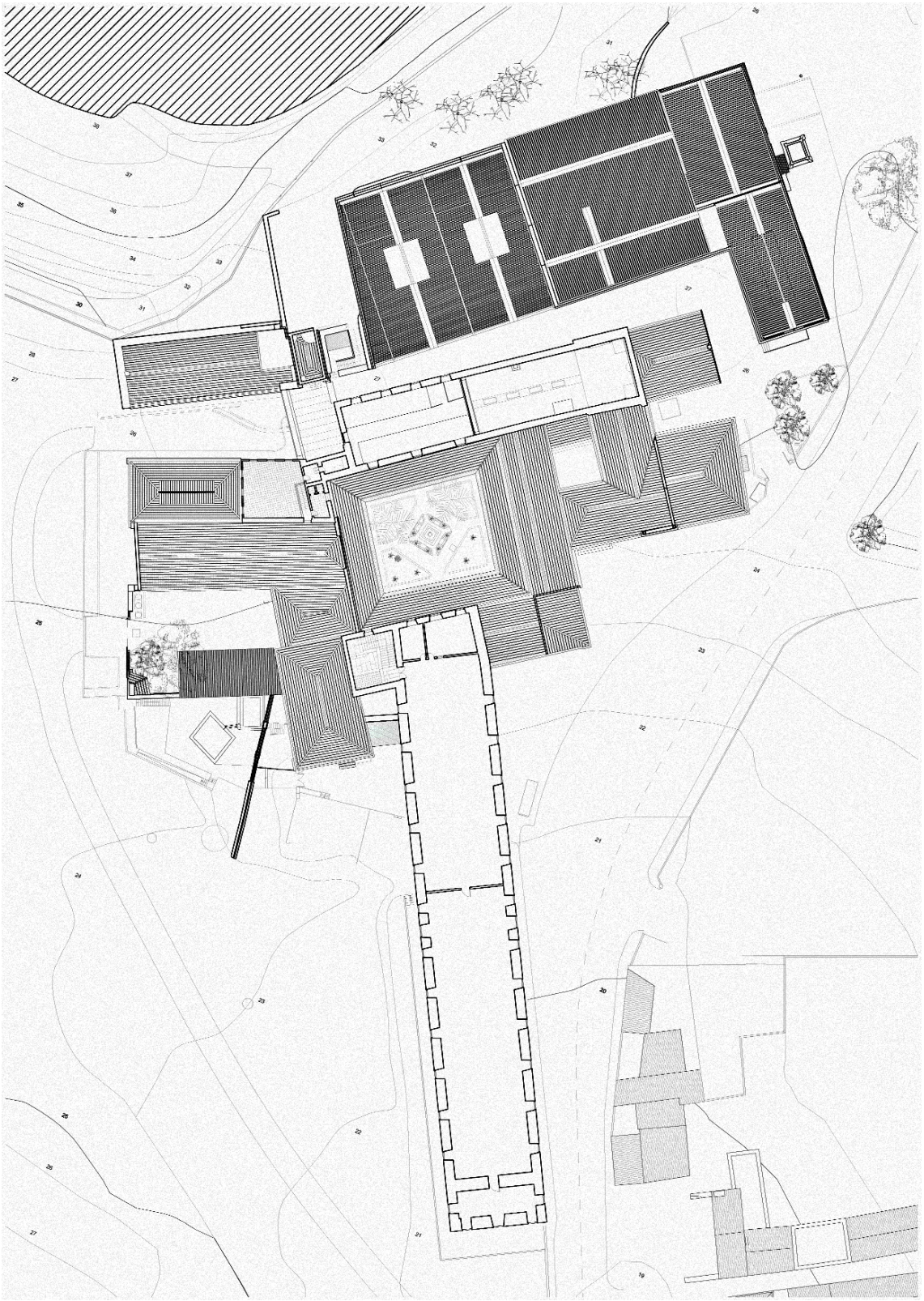


Figura 6 – Planta do Mosteiro de Chelas, 5ª quota. Fonte: CARVALHO, Tatiana — *Da Memória ao Lugar. Leitura e Reabilitação do Convento de Chelas*. Lisboa, 2019.

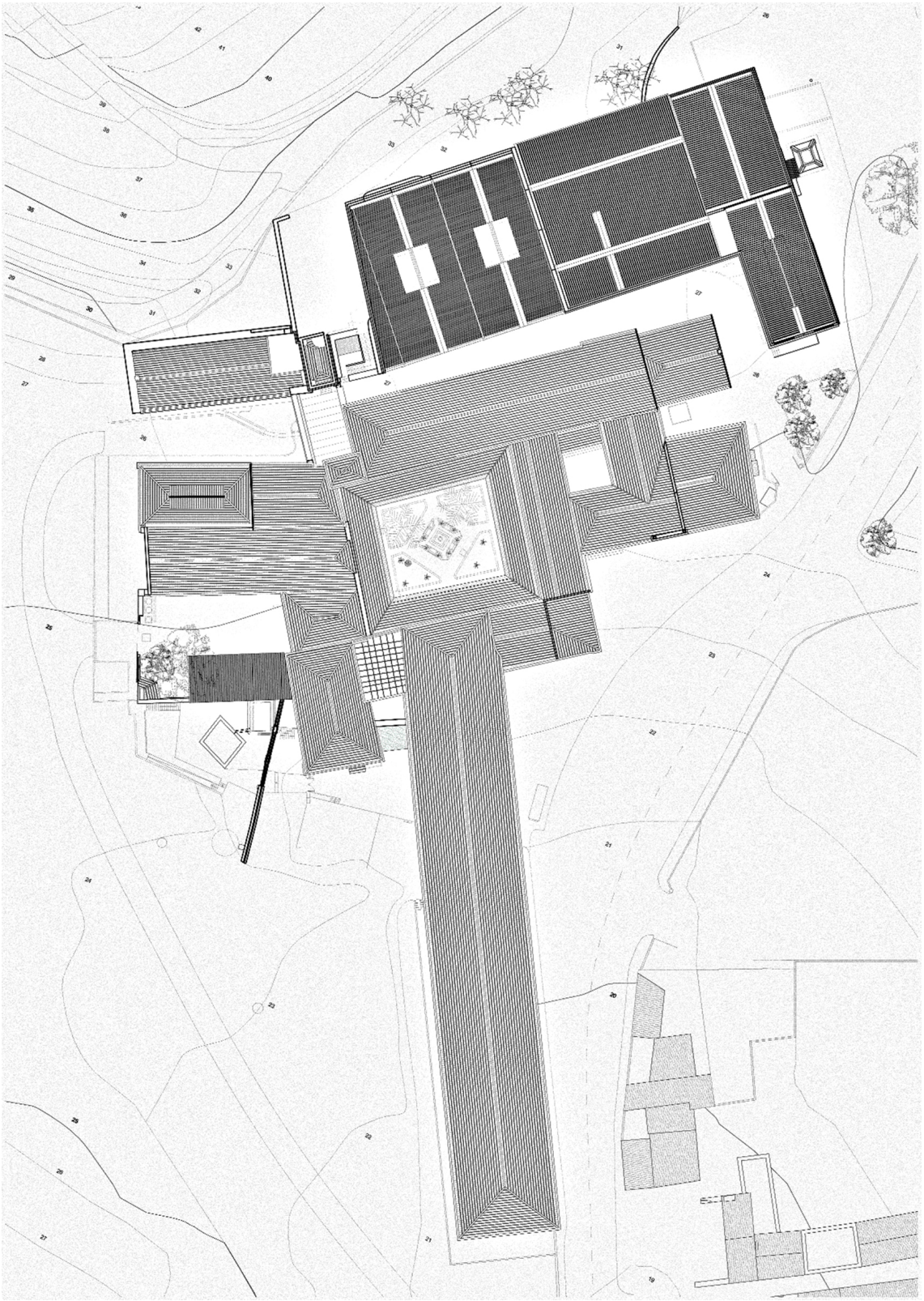


Figura 7 – Planta do Mosteiro de Chelas, 6ª quota. Fonte: CARVALHO, Tatiana — *Da Memória ao Lugar. Leitura e Reabilitação do Convento de Chelas*. Lisboa, 2019.



Figura 8 – Cortes do Mosteiro de Chelas. Fonte: CARVALHO, Tatiana — *Da Memória ao Lugar. Leitura e Reabilitação do Convento de Chelas*. Lisboa, 2019.

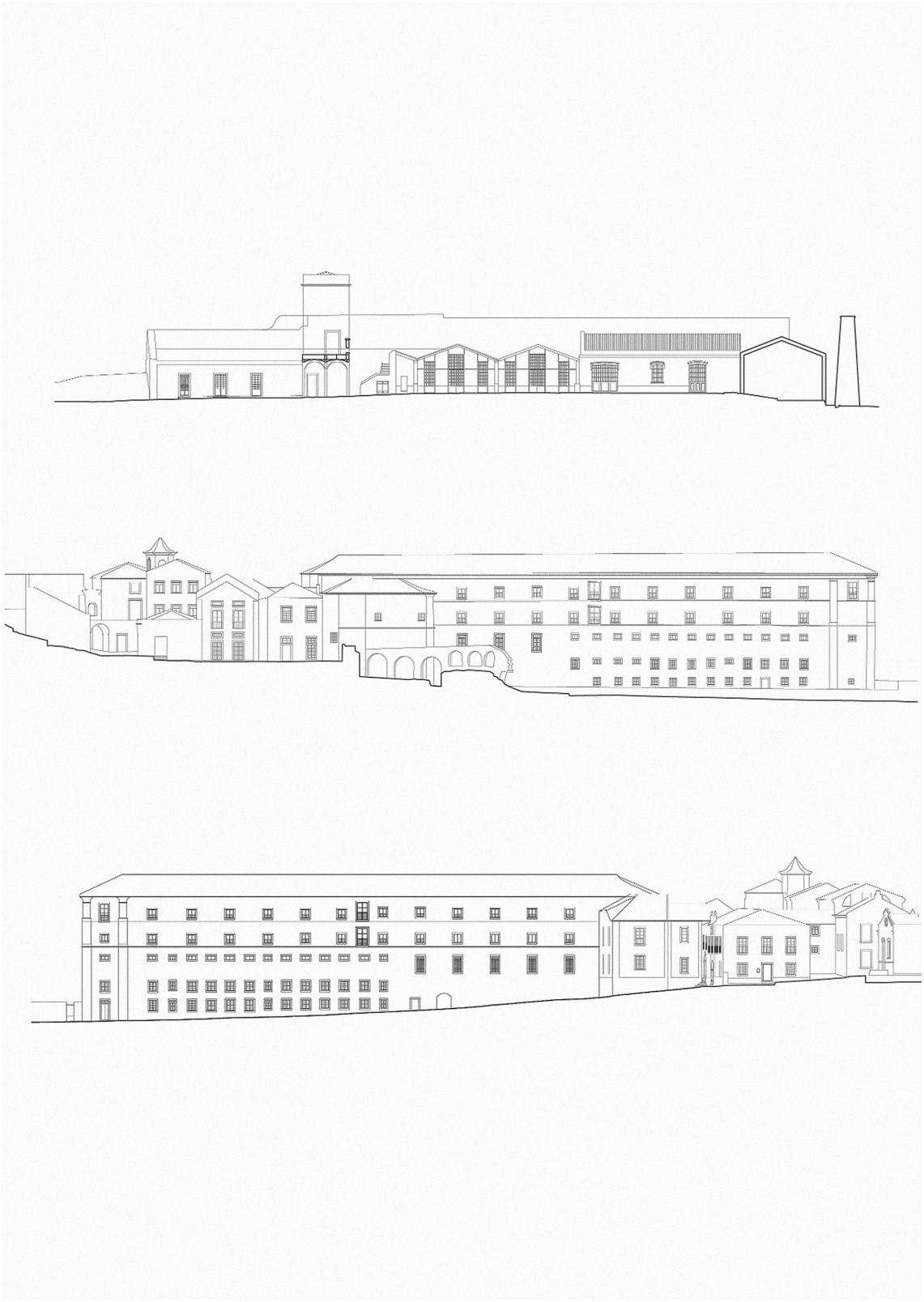


Figura 9 – Alçados do Mosteiro de Chelas. Fonte: CARVALHO, Tatiana — *Da Memória ao Lugar. Leitura e Reabilitação do Convento de Chelas*. Lisboa, 2019.



Figura 10 – Alçados do Mosteiro de Chelas. Fonte: CARVALHO, Tatiana — *Da Memória ao Lugar. Leitura e Reabilitação do Convento de Chelas*. Lisboa, 2019.



Figura 11- Mosteiro de Chelas, exterior. Fonte: Jorge Campos.



Figura 12 - Mosteiro de Chelas, exterior. Fonte: Jorge Campos.



Figura 13 - Mosteiro de Chelas, exterior. Fonte: Jorge Campos.



Figura 14 – Mosteiro de Chelas. Portal da Portaria. Fonte: Jorge Campos.



Figura 15 – Mosteiro de Chelas. Portal do Átrio da Galilé da igreja. Fonte: Jorge Campos.



Figura 16 – Mosteiro de Chelas. Átrio da galilé da igreja. Fonte: Jorge Campos.



Figura 17 – Mosteiro de Chelas. Átrio da galilé da igreja. Fonte: Jorge Campos.



Figura 18 – Mosteiro de Chelas. Galilé da igreja. Pormenor da porta da sacristia. Fonte: José Vicente



Figura 19 – Mosteiro de Chelas. Átrio da Galilé da Igreja. Pormenor das janelas. Fonte: José Vicente.



Figura 20 – Mosteiro de Chelas. Interior da Igreja. Fonte: José Vicente.



Figura 21 – Mosteiro de Chelas. Placa epigráfica existente na igreja. Fonte: José Vicente.



Figura 22 – Mosteiro de Chelas. Placa epigráfica existente na igreja. Fonte: José Vicente.



Figura 23 – Mosteiro de Chelas. Claustro. Fonte: José Vicente.



Figura 24 – Mosteiro de Chelas. Claustro. Fonte: José Vicente.



Figura 25 – Mosteiro de Chelas. Ala leste do claustro. Fonte: Jorge Campos.



Figura 26 – Mosteiro de Chelas. Piso térreo do claustro. Fonte: Jorge Campos



Figura 27 – Mosteiro de Chelas. Pormenor dos capitéis do piso térreo do claustro. Fonte: Jorge Campos.



Figura 28 – Mosteiro de Chelas. Pormenor da base das colunas do piso térreo do claustro. Fonte: Jorge Campos.



Figura 29 – Mosteiro de Chelas. Fonte do Mosteiro. Fonte: José Vicente.



Figura 30 – Mosteiro de Chelas. Sobreclaustro. Fonte: Jorge Campos



Figura 31 – Mosteiro de Chelas. Sobreclaustro. Fonte: Jorge Campos.



Figura 32 – Mosteiro de Chelas. Pormenor dos capitéis das colunas do sobreclaustro. Fonte: Jorge Campos.



Figura 33 - Mosteiro de Chelas. Pormenor dos capitéis das colunas do sobreclaustro.

Fonte: Jorge Campos.



Figura 34 – Mosteiro de Chelas. Pormenor das bases das colunas do sobreclaustro.

Fonte: Jorge Campos



Figura 35 – Mosteiro de Chelas. Portal do dormitório no piso térreo do claustro. Fonte: José Vicente.



Figura 36 – Mosteiro de Chelas. Antigo Dormitório. Fonte: Jorge Campos.



Figura 37 – Mosteiro de Chelas. Antigo Dormitório. Fonte: José Vicente.



Figura 38 – Mosteiro de Chelas. Antigo Dormitório. Fonte: Jorge Campos.



Figura 39 – Mosteiro de Chelas. Exterior. Fonte: José Vicente



Figura 40 – Mosteiro de Chelas. Exterior da igreja. Fonte: José Vicente.